



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**NÍVEL MESTRADO**

**SABRINY SUELEY OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO**

**(IN)SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NO  
ESTUÁRIO DO RIO VAZA-BARRIS/SE: PERSPECTIVA ANALÍTICA DA  
LEGISLAÇÃO VIGENTE.**



**São Cristóvão/SE**

**2015**

**SABRINY SUELEY OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO**

**(IN)SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NO  
ESTUÁRIO DO RIO VAZA-BARRIS/SE: PERSPECTIVA ANALÍTICA DA LEGISLAÇÃO  
VIGENTE.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares

**FEVEREIRO/2015  
São Cristóvão/Sergipe  
Brasil**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C744i Conceição, Sabriny Sueley Oliveira da  
(In)sustentabilidade turística no estuário do Rio Vaza Barris/SE:  
perspectiva analítica da legislação vigente / Sabriny Sueley  
Oliveira da Conceição ; orientador Maria José Nascimento Soares.  
– São Cristóvão, 2015.  
134 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)  
– Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Ecoturismo. 3.  
Homem – Efeito do meio ambiente. 4. Vaza-Barris, Rio, Bacia (BA e  
SE). I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título.

CDU 502.131.1:338.485(813.7)

## FICHA DE APROVAÇÃO

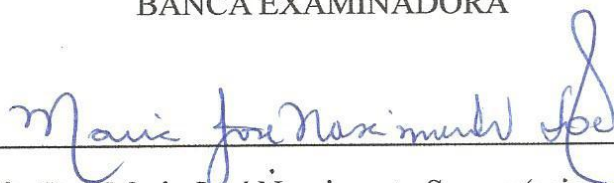
SABRINY SUELEY OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO

(IN)SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NO  
ESTUÁRIO DO RIO VAZA-BARRIS/SE: PERSPECTIVA ANALÍTICA DA  
LEGISLAÇÃO VIGENTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

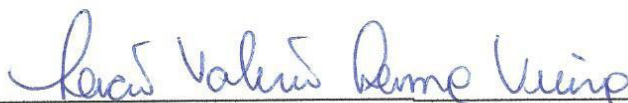
**Aprovada em 24 de fevereiro de 2015**

### BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares (orientadora)

Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação



Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira (examinador externo)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)



Profa. Dra. Ivana Silva Sobral (examinador interno)

Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

---

Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares (orientadora)

Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Programa responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

---

Sabriny Sueley Oliveira da Conceição  
Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA

---

Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares (orientadora)  
Universidade Federal de Sergipe

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Deus Sábio - em quem se origina toda a ciência. Todo mérito que pode ser remetido a essa dissertação eu devo única e exclusivamente a Ele, o qual me capacitou para percorrer esse caminho “solitário” e realizar mais um dos meus sonhos. Como é gratificante e animador olhar para trás e perceber que Ele estava comigo! A Ele seja sempre o meu louvor!

À minha mãe, pela compreensão, paciência e amor dispensados ao me dar apoio nos momentos mais difíceis do mestrado. Seu auxílio foi fundamental nesse processo!

Ao meu pai, quando precisei passar semanas em sua casa a fim de um ambiente mais tranquilo e sossegado para leituras.

A minha irmã Paula, pelo apoio, motivação e confiança que sempre demonstra e que me impulsiona a crescer. Você foi uma peça importantíssima pra que eu chegasse até aqui!

À minha tia Ilcema e meu tio Ewerton, pelo apoio que me deram, tanto em palavras como em atitudes, abrindo as portas de suas casas para me servir sempre de bom grado.

À minha orientadora Profa. Maria José Nascimento Soares que me proporcionou um término de mestrado de forma mais tranquila e confiante. Muito obrigada pelo suporte, confiança e carinho demonstrados. Sem dúvida, tornaram minha caminhada acadêmica muito menos tenebrosa!

Aos meus primos, amigos e irmãos em Cristo, por compreenderem minhas “ausências” em programações de lazer e nos ensaios.

Às colegas Maria São Pedro e Thatiane pelo apoio e compartilhamento das ideias e angústias no processo da pesquisa. Guerreiras, foi motivador conhecer vocês!

Aos meus professores da graduação no IFS que aguçaram minhas inquietações sobre a sustentabilidade no turismo e por todo estímulo que me proporcionaram quando fui em busca de orientações sobre “como fazer um projeto de pesquisa”.

Aos meus professores da rede PRODEMA que ampliaram meus horizontes principalmente quanto a necessidade de autoconhecimento e desenvolvimento intelectual.

A CAPES pelo apoio financeiro.

## RESUMO

O turismo em áreas naturais tornou-se alvo de interesse de turistas. Essa preferência é justificada pelo valor paisagístico e de estética, bem como a necessidade de atividades de recreação e lazer dos indivíduos. A indústria do turismo, visando a lucratividade, apropria-se de tal realidade por meio de um discurso baseado na sustentabilidade. Tal cenário já atingiu o estado de Sergipe, que tem uma diversidade de paisagens e uma diversidade cultural que expressa potencialidades turísticas. O estuário do rio Vaza-Barris é envolvida neste contexto, uma vez que tem sido explorado pelo turismo, especificamente, após a construção da Orla Pôr do Sol e a da ponte Joel Silveira. Neste sentido, as atividades que ocorrem no estuário, especificamente, sobre a Orla Pôr do Sol, Ilha da Paz e Ilha do Paraíso, estão sendo danificadas por atividades turísticas e estes lugares não têm qualquer tipo de plano de gestão, que tem comprometido a sustentabilidade local. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas no estuário do rio do Vaza-Barris, uma vez que estas Ilhas são áreas de intensa visitação turística, bem como são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP), mas que não apresentam até agora qualquer tipo de plano de manejo. Como metodologia utilizou-se pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, instrumentos de coleta de dados tais como: questionários, observação da área de estudo e entrevistas semiestruturadas com os moradores da localidade e órgãos públicos. Chega-se à conclusão de que o exame sistemático da relação entre a Lei Geral do Turismo, as políticas públicas para o turismo sustentável no Estado de Sergipe e da realidade do turismo no povoado do Mosqueiro não mostraram tendências favoráveis para a sustentabilidade, sendo necessária uma intervenção de organismos públicos do turismo e dos organismos públicos do governo do meio ambiente, a fim de elaborar um plano de uso público desses locais, assim como é necessária a participação da comunidade local para participar dos benefícios do turismo da região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo, Sustentabilidade, Rio Vaza-Barris.



## **ABSTRACT**

Tourism in natural areas have become targeted by tourist's interests. Such preference is justified by landscape and aesthetic's value, as well as the need for recreation and leisure activities of individuals. The tourism industry, aiming profitability, appropriates themselves of such reality by means of a discourse based on sustainability. Such scenario has already reached the State of Sergipe, which has a diversity of splendiferous landscapes and a cultural diversity that express tourist potentialities. Vaza-Barris estuary is engaged in this context, since it has been touristic explored, specifically, after the construction of Orla Pôr do Sol (Sunset Edge) and Joel Silveira's bridge. In this sense, the activities that occur in the estuary, specifically, on Pôr-do- Sol Orla, Ilha da Paz (Island of Peace), and Ilha Paraíso (Paradise Island), are being damaged by touristic activities and these places don't have any kind of management plan, which has been compromising the local sustainability. In this context, this study aimed to analyze the sustainability of tourist's activities developed at the estuary of Vaza-Barris's River, since these Islands are areas of intense touristic visitation as well as they are considered Permanent Preservation Areas (APP's) but they don't present until now any kind of management plans. As methodology we used exploratory research, documentary and bibliographic, and data collection instruments such as: questionnaires, observation of the study area and semi-structured interviews with the residents of the locality and Public bodies. Reach the conclusion that the systematic examination of the relationship between the General Law of Tourism, public policies for sustainable tourism in Sergipe State and the reality of tourism in the Mosqueiro Village hasn't showed favorable trends for sustainability, being necessary a intervention from the public bodies of tourism and the public bodies of environmental government in order to elaborate a plan for public use of this places as well as it is required the participation of the local community to partake the benefits from the tourism of the area.

**KEYWORDS:** Tourism; Sustainability; Vaza-Barris River.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Lista de princípios constitucionais ambientais enfatizados na ECO-92.....	52
<b>Quadro 2-</b> Critérios de sustentabilidade e conceitos.....	54
<b>Quadro 3</b> - Aspectos a serem considerados para uma teoria crítica da sustentabilidade.....	55
<b>Quadro 4</b> - Características condicionantes aos impactos negativos do turismo de massa.....	64
<b>Quadro 5</b> - Impactos causados pela indústria do turismo.....	65
<b>Quadro 6</b> - Desenvolvimento cronológico do conceito de turismo sustentável.....	67
<b>Quadro 7</b> - Divisão dos Princípios do turismo.....	67
<b>Quadro 8</b> - Quais as fragilidades ambientais do estuário do Rio Vaza-Barris?.....	101

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Estuário do Rio Vaza-Barris.....	28
<b>Figura 2</b> – Registros anteriores à construção da Orla Pôr do Sol.....	32
<b>Figura 3</b> – Obra Orla Pôr do Sol após concluída.....	33
<b>Figura 4</b> – Orla do Mosqueiro após a revitalização (Orla Pôr do Sol).....	34
<b>Figura 5</b> – A importância das Áreas de Preservação Permanentes (APPs).....	36
<b>Figura 6</b> – Ilha do Paraíso.....	37
<b>Figura 7</b> – Ações impactantes na Ilha do Paraíso.....	41
<b>Figura 8</b> – Ilha da Paz (Crôa do Goré).....	42
<b>Figura 9</b> – Etapas básicas do planejamento estratégico.....	68
<b>Figura 10</b> – Mapa de Sergipe e seus respectivos polos turísticos.....	70
<b>Figura 11</b> – Rotas turísticas de Sergipe.....	72
<b>Figura 12</b> – Pólo Costa dos Coqueirais.....	75
<b>Figura 13</b> – Áreas de estudo.....	76
<b>Figura 14</b> – Ações do Projeto “PÔR DO SOL DE ARACAJU” .....	85
<b>Figura 15</b> – Atracadouro interditado na Orla Pôr do Sol.....	88
<b>Figura 16</b> – Catálogo “Sergipe trade tour”, Ed. 09 (2011/2012).....	90
<b>Figura 17</b> – Catálogo “Sergipe trade tour”, Ed. 11 (2013/2013).....	91
<b>Figura 18</b> – Mapa Turístico do ano de 2011.....	91
<b>Figura 19</b> – Mapa Turístico “Sergipe Trade Tour, 2012.....	92

<b>Figura 20</b> – Divulgação pela agência MFTUR.....	92
<b>Figura 21</b> – Divulgação das áreas de estudo no Catálogo de destinos turísticos “Sergipe Encantador” .....	93
<b>Figura 22</b> - Alguns cartões de visita dos serviços de traslado.....	93
<b>Figura 23</b> - Questionário aplicado aos turistas na Orla Pôr do Sol.....	94
<b>Figura 24</b> – Tempo de moradia no Povoado Mosqueiro.....	101
<b>Figura 25</b> – Eventos náuticos e a poluição do Rio Vaza-Barris.....	102
<b>Figura 26</b> – Quais as interferências vivenciadas com a construção da ponte Joel Silveira e da Orla Pôr do Sol?.....	103
<b>Figura 27</b> – Mudanças no aspecto social após a construção da Orla Pôr do Sol.....	106
<b>Figura 28</b> – Mudanças ocorridas no aspecto econômico após a construção da Orla Pôr do Sol.....	107
<b>Figura 29</b> – Mudanças ocorridas no aspecto ambiental após a construção da Orla Pôr do Sol....	109
<b>Figura 30</b> – Cartaz para a sensibilização ambiental dos visitantes da Orla Pôr do Sol.....	110
<b>Figura 31</b> - Como você percebe a dinâmica de visita de pessoas (turistas) na localidade?....	111
<b>Figura 32</b> – Atividade direta relacionada com o estuário do Rio Vaza Barris.....	112

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ADEMA** – Administração Estadual do Meio Ambiente

**APA** – Área de Proteção Ambiental

**APP** – Área de Preservação Permanente

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CDB** - Convenção da Diversidade Biológica

**CMMAD** - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**EMBRATUR** – Instituto Brasileiro de Turismo

**EMSETUR** – Empresa Sergipana de Turismo

**EMSURB** - Empresa Municipal de Serviços Urbanos

**EMURB** - Empresa Municipal de Obras e Urbanização

**FUNCAJU** - Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IES** - Instituições de Ensino Superior

**IUOTO** - União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MPF** - Ministério Público Federal

**MTur** - Ministério do Turismo

**OMT** - Organização Mundial de Turismo

**OMT** - Organização Mundial do Turismo

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PARNASI** – Parque Nacional Serra de Itabaiana

**PDITS** - Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável

**PETROBRAS** – Petróleo Brasileiro S/A

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNT** – Política Nacional de Turismo

**PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente

**PRODEMA** – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

**PRODETUR** – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

**SEMA** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**SEMARH** - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

**SEMICT** - Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo

**SEPLAN** – Secretaria do Estado do Planejamento de Sergipe

**SETUR** - Secretaria de Turismo

**SIRHSE** - Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos de Sergipe

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**UC** – Unidade de Conservação

**WWF** - Fundo Mundial para a Natureza

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA: Uma odisseia no labirinto.....</b>	<b>23</b>
1.1 O PERCURSO NO LABIRINTO: da teoria ao campo empírico.....	23
1.1.1 Descrição dos procedimentos metodológicos.....	23
1.1.2 Estratégias para o percurso.....	24
1.2 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	27
1.2.1 Bacia Hidrográfica do rio Vaza-Barris.....	27
1.2.2 Povoado Mosqueiro.....	29
1.2.3 Orla Pôr do Sol.....	33
1.2.4 Ilha do Paraíso.....	37
1.2.5 Ilha da Paz.....	44
<b>CAPÍTULO 2 – O TURISMO SOB ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>47</b>
2.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA SUSTENTABILIDADE.....	48
2.2 O TURISMO NA MODA SUSTENTÁVEL.....	59
2.2.1 Planejamento para o turismo sustentável.....	70
2.3 APLICABILIDADE DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	78
2.3.1 O turismo no estuário do rio Vaza-Barris.....	78
<b>CAPÍTULO 3 - UM MERGULHO NO CENÁRIO.....</b>	<b>80</b>
3.1 O CAMINHO PERCORRIDO.....	81
3.1.1 A gestão para o turismo sustentável em Sergipe.....	82
3.1.2 A gestão ambiental para o turismo na Orla Pôr do Sol, Ilhas da Paz e Ilha do Paraíso.....	98

3.1.3 O turismo e a comunidade do Mosqueiro.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>126</b>
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado aos moradores do bairro Mosqueiro.....	126
Anexo B – Carta de apresentação enviada ao secretário de turismo.....	128
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>129</b>
Apêndice A – Proposta de roteiro de entrevistas.....	129
Apêndice B – Roteiro de questionário para os responsáveis pela gestão do turismo.....	130
Apêndice C – Roteiro de questionário para os responsáveis pela gestão ambiental das APPs.....	131
Apêndice D – Roteiro de questionário para os moradores da comunidade do Mosqueiro.....	132
Apêndice E – Roteiro de questionário para os trabalhadores do segmento turístico da região.....	133
Apêndice F - Roteiro de questionário para a Capitania dos Portos de Sergipe.....	134





# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

O interesse particular da pesquisadora pela área das ciências ambientais deu-se no período transcorrido no curso de graduação em Gestão de Turismo (inicialmente denominado Ecoturismo). Os debates acerca da sustentabilidade em torno do turismo sempre foram intrigantes e reticentes do seu ponto de vista ao mesmo tempo em que os percebia oportunos ao curso e passíveis de ampliação na comunidade científica em geral.

Mais, especificamente, interessada pela temática “turismo em áreas protegidas” foi o fator motivador da escolha das áreas de estudo que serão detalhadas mais adiante. Em concomitância a isso, outros motivos foram agravantes ao perceber pelos meios de comunicação, pesquisas na internet, acervos bibliográficos e diálogos com professores da área de turismo que a atividade turística no estuário do rio Vaza-Barris era tendenciosa ao crescimento e, por isso, passível de pesquisas devido aos impactos negativos que poderiam advir dela.

Para evitar sobreposição de pesquisas foi feita uma investigação prévia a fim de identificar a coexistência delas. No entanto, na busca por referências bibliográficas sobre a discussão do turismo especificamente nas áreas escolhidas para o estudo, apenas foi encontrado um trabalho de monografia intitulado: “Envolvimento das Comunidades Locais no Planejamento e Desenvolvimento do Turismo: O Caso da Orla Pôr do Sol e da Ponte Joel Silveira-Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE” no Instituto Federal de Sergipe sob autoria de Tiara Santos de Santana (2012). Tais motivos ratificaram a pertinência da desta pesquisa.

Para alcançar as respostas para as indagações dessa pesquisa as questões norteadoras foram:

- a. Quais são os aspectos legais do Ministério do Turismo no que se refere ao turismo sustentável?
- b. De que forma os órgãos responsáveis pela gestão do turismo em Sergipe tem executado a tal legislação específica?
- c. Como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) do estuário do rio Vaza-Barris tem sido utilizadas pelo turismo?

d. Como os gestores de turismo da esfera estadual concebem o conceito de “sustentabilidade”?

Para contextualizar o estudo proposto, vale ressaltar, conforme alguns autores citados nesta dissertação, que a prática do turismo em áreas naturais tem sido a preferência de muitos turistas brasileiros. Tal atratividade deve-se ao fato de satisfazer as necessidades de lazer e recreação do tempo livre e da renda que possibilita a busca por visitas a locais que possuem o reconhecimento do valor estético e paisagístico. Em proveito, o mercado turístico apropria-se dessa realidade como um distintivo para a formatação de produtos turísticos com vista à lucratividade, o que favorece a proliferação desordenada do turismo e, por consequência, a degradação ambiental em virtude da falta de uma ação efetiva quanto aos destinos turísticos comercializados no ambiente natural.

Tal realidade tem alcançado o estado de Sergipe, pois, apesar de ser o menor do Brasil, sua beleza cênica, diversidade paisagística e cultural manifestam o potencial turístico. O estuário do Rio Vaza-Barris, por sua vez, engaja-se nesse contexto em virtude de nos últimos anos ter sido explorado turisticamente devido ao fomento do governo Estadual e Municipal e dos empreendedores do setor turístico. Como consequência desse incentivo, a construção da Orla Pôr do Sol (referenciada como cartão postal de Aracaju) e a construção da Ponte Joel Silveira, no ano de 2010, favoreceram, sobremaneira, o aumento do fluxo de visitantes.

Além do estuário do Rio Vaza-Barris ser explorado por atividades econômicas como a pesca artesanal, a cultura do coco e a carcinicultura, a exploração da atividade turística deve ser levada também em consideração (SOUSA, 2012). Conforme Braghini (2009) o aumento do número de visitantes em áreas naturais compromete a conservação dos mangues, restingas e apicuns ao longo do estuário, provocando pressões físicas e especulativas em seu entorno e a ampliação o custo de vida das populações locais que tendem a ser sufocadas e, posteriormente, expulsas. Essa situação faz parte do contexto que se vivenciou na década de 1970, período em que o contato com a natureza era extremamente valorizado, em que as ilhas de pescadores, ambientes com matas densas e praias extensas tornaram-se focos da atração turística em detrimento dos centros urbanos que eram áreas tradicionalmente ocupadas para fins turísticos (MACEDO, 2004 *apud* OLIVEIRA, 2008).

Essa elucidação se apresenta como um cenário semelhante ao que acontece com as

atividades turísticas na Orla Pôr do Sol e nas Ilhas do Paraíso e da Paz. As atividades são realizadas de maneira desordenada cabendo aos setores responsáveis pelo planejamento e gerência dessas áreas, adotarem medidas de cunho sustentável para que impactos negativos sejam previstos e evitados. Assim, a realidade que circunda esses locais apresenta um quadro de exploração turística feita por agências de turismo, empreendedores independentes e visitantes, desintegrada de um planejamento ordenado por parte dos poderes públicos que, por consequência, poderá comprometer o ciclo de vida desses destinos turísticos. Frente a isso, Braghini ainda afirma que

a Organização Mundial do Turismo, em 1999, divulgou o Código Mundial de Ética do Turismo que indica o turismo como fator de desenvolvimento sustentável, desde que salvguarde o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável e que considere as gerações atuais e futuras; estabelece a importância de impor limitações ou obstáculos quando as ações se deem em zonas sensíveis e propícias à criação de parques nacionais ou reservas protegidas; reconhece o ecoturismo e o turismo de natureza como formas enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais e se ajustem à capacidade de carga dos locais e aos impactos da visitação (BRAGHINI, 2009, p.12).

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo: analisar se as atividades turísticas no estuário do Rio Vaza-Barris têm sido desenvolvidas de forma sustentável, e como objetivos específicos:

- Identificar nas recomendações legais do Ministério do Turismo quais são as diretrizes voltadas para o turismo sustentável.
- Entender aspectos legais correlacionados a sustentabilidade nos espaços da Ilha do Paraíso, Ilha da Paz (Crôa do Goré) e a Orla Pôr do Sol.
- Destacar as atividades promotoras do turismo local pelos setores públicos e privados.
- Apontar as ações que podem minimizar os impactos ambientais negativos das atividades turísticas *in locus*.
- Refletir criticamente a sustentabilidade do turismo na realidade local.

Para tanto, a hipótese que norteou a pesquisa pressupôs que: “o crescimento do turismo em áreas naturais no estuário do rio Vaza-Barris e a ausência de um programa de uso público poderá desencadear relevantes entraves à sua sustentabilidade”.

A relevância dessa investigação está na capacidade de elaborar conhecimentos acerca do turismo. Para tanto, Utsumi faz a seguinte argumentação “[...] o que de fato confere a pesquisa científica o caráter de originalidade, no processo de construção e reconstrução do conhecimento, é a sua capacidade de estar contribuindo permanentemente para a criação do novo e a recriação do velho” (2002, p. 192). Pois, após análise de fontes documentais, não se encontrou pesquisa relacionada à análise do turismo no estuário do Rio Vaza-Barris o que ratifica sua relevância ao tema.

Esta pesquisa é composta pelos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo elucida sobre o percurso da pesquisa descrevendo os procedimentos metodológicos escolhidos; a definição do universo e da amostra para a pesquisa; as estratégias traçadas para atender os objetivos específicos e a delimitação e caracterização das áreas de estudo.

O segundo capítulo objetiva uma discussão teórica em torno de um conceito intrigante que vem permeando o turismo: a sustentabilidade. Para enriquecer o entendimento sobre as dimensões e nuances desse conceito elege-se as perspectivas de Leff (2009), Sachs (2002), Portilho (2005), Neves (2011), Hogan, Marandola Junior e Ojima (2010), Veiga (2006), Zilbersztajn e Lins (2010), Mitidiero Junior (2010) com vistas a fundamentar a discussão por meio da exposição do contexto pelo qual o conceito de sustentabilidade passou a ser inserido como imprescindível a ordem mundial. Após abordagem sobre a sustentabilidade será explanado, então, o turismo sustentável tendo como principais referências Swarbrooke (2000), Ruschmann (1997), Dias (2003; 2005), Dias e Aguiar (2002), Neiman e Rabinovici (2010), Vilar e Araújo (2010), com o propósito de debater a questão da aplicabilidade do conceito de sustentabilidade no âmbito do turismo.

O terceiro capítulo descreve a análise dos dados obtidos por meio do uso das ferramentas metodológicas, tratando de como o conceito de sustentabilidade tem sido aplicado à realidade do turismo na Orla Pôr do Sol e nas Ilhas da Paz e do Paraíso. Traz as

perspectivas dos moradores da comunidade do Mosqueiro, dos gestores de turismo e de meio ambiente obtidas por meio das entrevistas e questionários, relacionando-as com as ideias dos teóricos que ancoram o estudo sobre o turismo e a sustentabilidade.

Por fim, as considerações finais trazem apontamentos importantes acerca dos propósitos desse estudo evidenciando alguns entraves existentes para a sustentabilidade turística nas áreas de estudo por parte dos órgãos competentes, bem como sugestões para os problemas apontados. Nesse sentido, espera-se que o referido estudo sirva como aparato para informar aos tomadores de decisão para futuros projetos ou elaboração de políticas mais efetivas para a localidade. E em seguida, trazemos as referências bibliográficas, os anexos e as apêndices.





## CAPÍTULO I

METODOLOGIA: Uma odisseia no labirinto



## **CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA: Uma odisseia no labirinto.**

### **1.1 O PERCURSO NO LABIRINTO: da teoria ao campo empírico.**

#### **1.1.1 Descrição dos procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa optou-se pela abordagem quali-quantitativa uma vez que as pesquisas quantitativas constituem-se uma base confiável para outros pesquisadores ao fornecerem quantificação de dados que permitem uma predição de resultados. Já as pesquisas qualitativas foram escolhidas por requererem descrições, interpretações e análises de informações.

Nesse sentido, a formulação da pesquisa deu-se por meio das modalidades de: pesquisa bibliográfica<sup>1</sup> (buscando em livros, periódicos da CAPES e Scielo, sites, revistas, dicionário e CDs, informações que dessem embasamento às discussões propostas nessa dissertação); pesquisa documental<sup>2</sup> (utilizando documentos de fonte primárias e secundárias como dados históricos arquivados em órgãos públicos e instituições de pesquisa, gravações, fotografias, mapas, imprensa em geral). De acordo com Laville e Dionne “[...] a importância dos documentos nas pesquisas em ciências humanas não descarta todo recurso direto às pessoas: estas se mostram frequentemente a fonte melhor adaptada às necessidades de informação do pesquisador” (1999, p.168).

Além da pesquisa de base documental, optou-se também pela investigação empírica pois, conforme Hill e Hill (2012) afirma, é um tipo de investigação que objetiva conhecer com mais propriedade o fenômeno a ser estudado. Por isso, utilizou-se da aplicação de questionários<sup>3</sup> com perguntas abertas e fechadas, entrevistas semiestruturadas<sup>4</sup> com o auxílio

---

<sup>1</sup> Estratégia de pesquisa que busca discutir um assunto, tema ou problema baseada em referências de livros, periódicos, anais de congresso, jornais, sites etc. É reconhecida como um excelente meio de formação científica quando utilizada de forma independente ou mesmo para como parte indispensável na construção da plataforma teórica do estudo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

<sup>2</sup> Caracterizada como a estratégia que se utiliza de documentos de variados tipos, escritos ou não, como fonte principal de informações e evidências (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

<sup>3</sup> Conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).



de gravador de voz para captar mais precisamente as informações e máquina fotográfica para registro do campo empírico. Ao aplicá-los aos moradores da comunidade do Mosqueiro, especificamente, apresentou-se no ato da abordagem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) explicitando os objetivos da pesquisa e solicitando autorização do participante para que as informações fornecidas fossem utilizadas na construção da dissertação.

Para transcrição dos áudios após a coleta de informações obtidas com as entrevistas e os questionários, utilizou-se o Express Scribe<sup>5</sup>. O universo da pesquisa foi representado por um grupo de atores sociais representado por moradores e trabalhadores do segmento turístico da comunidade do Mosqueiro, bem como gestores de turismo e do meio ambiente tanto da esfera estadual quanto da municipal do Estado de Sergipe.

A amostra de entrevistados foi intencional e não-probabilística pois teve como critério de escolha os moradores da comunidade do Mosqueiro que moravam mais próximo às áreas de estudo. Os órgãos públicos foram estrategicamente escolhidos para a execução das entrevistas pois já era sabido qual o local mais pertinente para encontrar os participantes a fim de responder os questionários.

### 1.1.2 Estratégias para o percurso

Na finalidade de analisar se as atividades turísticas desenvolvidas no estuário do Rio Vaza-Barris desenvolvem-se de forma sustentável, foram traçados objetivos específicos e, a partir disso, os meios para atingi-los como se pode verificar na descrição abaixo:

- a) Identificar nas recomendações legais do Ministério do Turismo quais são as diretrizes voltadas para o turismo sustentável.

---

<sup>4</sup> Conduzida por meio de roteiro mas o entrevistador tem livre liberdade de acrescentar novas perguntas (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

<sup>5</sup> É um software especializado para transcrição de áudios com intuito de efetuar a transcrição do arquivo com praticidade.

Para tanto, a Lei Geral do Turismo (N.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008) foi tomada como ponto de partida visto que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo (como seu instrumento) e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Não apenas isto, mas também estabelece normas sobre a disciplina de prestação de serviços turísticos, o cadastro, bem como a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (Cap. 1, Art. 1º, LEI No - 11.771, 2008). Em particular, o aspecto mais relevante da citação dessa Lei foi notar que nela contém referências ao desenvolvimento sustentável, buscando assegurar que este deve ser seguido no âmbito do turismo:

O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de **desenvolvimento sustentável**, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (Cap. 1, art. 3º, Parágrafo único, LEI Nº - 11.771, 2008).

A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do **desenvolvimento** econômico-social justo e **sustentável** (Cap. 2, art. 4º, Parágrafo único, LEI Nº - 11.771, 2008).

A Política Nacional de Turismo tem por objetivo [...] promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as **atividades turísticas de forma sustentável** e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica [...] propiciar a prática de **turismo sustentável** nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural (Cap. 2, art. 5º, inciso VI e VIII, LEI Nº - 11.771, 2008)

O Sistema Nacional de Turismo tem por objetivo promover o desenvolvimento das **atividades turísticas, de forma sustentável**, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo (Cap. 2, art. 9º, LEI No - 11.771, 2008).

Essa constatação demonstra que a inserção da sustentabilidade no âmbito do turismo tem dado passos para sua aplicabilidade. Por esse motivo, esta pesquisa se dispôs a verificar

junto as secretarias de turismo do Estado o que tem sido feito para que essa Lei seja colocada em prática, especificamente no que tange ao turismo sustentável.

- b) Entender aspectos legais correlacionados a sustentabilidade nos espaços da Ilha do Paraíso, Ilha da Paz (Crôa do Goré) e a Orla Pôr do Sol.

Além de ser identificado respaldo na Lei Geral do Turismo para assegurar a sustentabilidade das atividades turísticas de forma geral, foi feita referência ao Código Florestal (Lei Nº 12.651, de 25 de março de 2012) na perspectiva de ampliar o entendimento sobre a fragilidade ambiental das áreas de estudo e a necessidade de planejamento turístico. Nesse sentido, conceitos, funções e aspectos críticos relacionados as Áreas de Preservação Permanente foram abordados de maneira que possibilitou estabelecer uma contextualização sobre a realidade em que se encontram.

- c) Destacar as atividades promotoras do turismo local pelos setores públicos e privados.

Como demonstrado na hipótese desse estudo e nas motivações da pesquisadora, a escassez de estudos sobre as áreas da referida pesquisa somado ao crescimento desordenado do turismo em ambientes naturais, tornaram a constatação dessas informações indispensáveis para confirmar a hipótese. Dessa forma, fez-se entrevistas junto aos representantes dos setores responsáveis pela gestão e divulgação do turismo em Sergipe a fim de: verificar quais meios são utilizados para tal e levantar quais empresas divulgam as áreas de estudo.

- d) Apontar quais ações tem sido feitas para minimizar os impactos ambientais negativos das atividades turísticas em prol da preservação/conservação.

Para obter informações sobre essas ações, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores de turismo e gestores ambientais do Estado a fim de: identificar se existe algum programa de uso público para os visitantes das APPs; se existe algum projeto de educação ambiental na Orla Pôr do Sol para os visitantes; levantar

documentos que retratassem os impactos ambientais negativos nas APPs; identificar o que eles entendem por “turismo sustentável”; levantar quais são os documentos e planos voltados para a prática do turismo sustentável no Estado.

e) Refletir criticamente a sustentabilidade do turismo na realidade local.

O atendimento desse objetivo específico foi o que mais demandou esforço devido a necessidade do campo empírico nas áreas de estudo na busca de conhecer a realidade local e compará-la com os documentos e planos voltados para a prática do turismo sustentável no Estado. Para isso, foram feitas visitas de campo em setores públicos do Estado e no Povoado do Mosqueiro de modo a coletar informações com os instrumentos de pesquisa, a saber: a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas utilizados como as principais ferramentas de coleta de dados.

## **1.2 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO**

### **1.2.1 Bacia Hidrográfica do Rio Vaza-Barris**

A Bacia Hidrográfica do Rio Vaza-Barris é uma das oito bacias que compõe o conjunto de recursos hídricos do Estado de Sergipe tendo como rio principal, o Vaza-Barris que nasce próximo do município de Uauá, no estado da Bahia. Seu comprimento total é de 450 Km, no entanto, somente 152km estão contidos no Estado de Sergipe. Já a área total da bacia hidrográfica é de 17.000 km<sup>2</sup> mas somente 15% dessa área (2.559 km<sup>2</sup>) localiza-se no Estado de Sergipe (SIRHS, 2012).

Relativamente ao abastecimento urbano e rural, as pesquisas do grupo ACQUA<sup>6</sup> (2013) apontam que 97.3 mil m<sup>3</sup>/dia de água são desenvolvidos dentro da bacia. Sendo que a água consumida é 42% proveniente dela própria e 58% de outras. Os municípios do Estado de Sergipe inseridos nessa bacia hidrográfica são: Carira, Frei Paulo, Pedra Mole, Pinhão, Areia

---

<sup>6</sup> Grupo de pesquisa da Universidade Federal de Sergipe voltado para estudos dos recursos hídricos do Nordeste.

Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, São Domingos, Simão Dias, Lagarto, Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda.

No que se refere a área específica do seu estuário, está compreendido no território da Grande Aracaju, entre os municípios de São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda e Aracaju (SIRHSE, 2012). Sua foz está catalogada pelo Ministério do Meio Ambiente como área prioritária para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira com nível de prioridade alta (BRASIL, 2007), sua margem direita está inserida na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul (DECRETO ESTADUAL Nº 13.468, 1993) como também as Ilhas da Paz e do Paraíso, que fazem parte do arquipélago da Bacia, estão protegidas por lei como Áreas de Preservação Permanente (LEI ESTADUAL Nº 2.795, 1990) (Ver Figura 1).

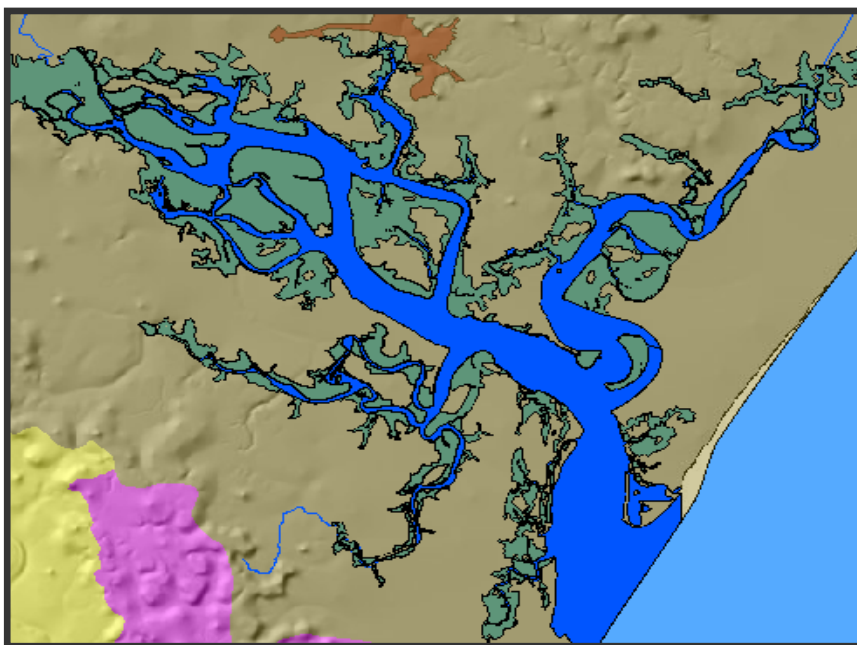


Figura 1 - Estuário do Rio Vaza-Barris.

Fonte: SIRHSE, 2012. Atlas Digital do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos de Sergipe.

Vale destacar que, estuários são zonas de transição entre o rio e o mar que comportam grande diversidade de espécies de animais onde encontram nesses ambientes um berçário propício para sua procriação. A maioria da população mundial vive em regiões estuarinas causando impactos ambientais significativos. Muitos dos que apreciam a beleza cênica desses ambientes desconhecem a grande relevância que eles possuem para o desenvolvimento e o equilíbrio da fauna aquática, o que os tornam vulneráveis à degradação (ECOLOGIA, 2014).

As iniciativas de proteção ambiental no estuário do rio Vaza-Barris, conforme supracitadas, devem-se também ao fato dessa região ser constituída, predominantemente, pelo bioma de Mata Atlântica possuindo manguezais, dunas, restingas e brejos litorâneos, situados nas depressões fluviomarinhas que abrigam uma biodiversidade de fauna e flora que atrai interesses de diferentes âmbitos (SOUSA, 2012).

Nesse contexto, a Ilha do Paraíso (Praia do Viral) e a Ilha da Paz (mais conhecida como Crôa do Goré), integrantes do arquipélago dessa bacia hidrográfica, foram as áreas escolhidas como objeto de estudo visto que estão compreendidas neste bioma. A Orla Pôr do Sol (localizada do bairro Mosqueiro) também foi escolhida, pois, serve como o ponto de partida comum dos visitantes e turistas até as ilhas.

#### 1.2.2 Povoado Mosqueiro

Segundo dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Aracaju, o extremo sul do município de Aracaju é constituído por uma faixa estreita de terra entre o canal do rio Santa Maria ao oeste, o Oceano Atlântico ao leste, o Aeroporto ao norte e os municípios de São Cristóvão e Itaporanga D'ajuda ao sul. É nessa área e distando 18 Km do centro da cidade de Aracaju que localiza-se o povoado Mosqueiro<sup>7</sup>.

Os dados cedidos pela Prefeitura, no momento da pesquisa de campo, descreveram o Mosqueiro como sendo uma área que está assentada sobre terrenos que apresentam sedimentos marinhos de areia quartzosa, campos de dunas, predominância de vegetação arbórea e lagoas. Caracterizada por atividades como a agricultura, predominando o cultivo do côco-da-baía, e as colônias de pescadores. Até a década de sessenta as comunicações entre a cidade de Aracaju e o Mosqueiro eram efetuadas através da navegação fluvial. Com a abertura da rodovia dos Náufragos ainda na década de 50, as relações com Aracaju se intensificaram e os terrenos daquela região começaram a ser valorizados (ARACAJU, 2014?).

---

<sup>7</sup> Vale ressaltar que antes do povoado Mosqueiro passar para os registros públicos de posse do município de Aracaju, o município de São Cristóvão insistiu para ter o domínio territorial dessa área, todavia, não obteve sucesso em sua disputa e o povoado passou à classificação de mais um bairro da cidade de Aracaju (JORNAL DA CIDADE, 1998).

No início da década de 80, a construção da Rodovia dos Náufragos e demais estradas próximas (muitas destas construídas pela PETROBRAS) contribuíram novamente para a valorização dos terrenos, muito embora ainda estivessem ocupados com atividades agrícolas, proliferando a partir daí, os loteamentos. Esses loteamentos apresentavam predominantemente características urbanas ou de chácara de lazer. O Mosqueiro, por sua vez, constituiu-se em área de expansão urbana para as classes alta e média alta de Aracaju e seus loteamentos são ocupados com casas de veraneio e de fins-de-semana, apesar de haver uma parcela da área com residências domiciliares permanentes totalizando 8,54% em relação aos demais bairros de Aracaju (IBGE, 2010)<sup>8</sup> (ARACAJU, 2014?).

Tais residências são constituídas por trabalhadores rurais (tiradores de coco), pescadores, como também por pessoas que trabalham em Aracaju, especialmente no setor terciário como: bombeiro, vigia, comerciário, pedreiro, servente, recebendo entre um e dois salários mínimos (ARACAJU, 2014?).

Muitos moradores antigos da área alegam a existência de famílias passadas mesmo antes da mudança da capital do Estado. É o caso da senhora Durvalina Lopes dos Santos, que morava no local em um grande terreno de herança com mais de 80% de sua família, e na época em que foi entrevistada pelo Jornal da Cidade, no ano de 1998, tinha 77 anos e pôde compartilhar com propriedade um pouco da sua história:

Há mais de 150 anos, quando os meus avós chegaram por essas bandas, não havia um pé de gente, a não ser muito coqueiro, manga, areia, mato e água da maré e do mar (Durvalina Lopes dos Santos em entrevista ao Jornal da Cidade, 1998).

A entrevistada ainda afirmou que foi com sacrifício que sua família sobreviveu no meio do mato, por onde as trilhas serviam como guias dos que se sustentavam dos produtos vendidos na feira da cidade durante a semana. Saíam às 4 horas da manhã do domingo para vender côco dentre outros produtos e para se alimentar levavam água e peixe assado na

---

<sup>8</sup> Quanto aos dados mais precisos sobre o povoado do Mosqueiro, os centros de pesquisa quantitativa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) não o especifica como um bairro isolado, mas o categoriza em conjunto com os bairros Areia Branca e Robalo como Zona de Expansão da cidade de Aracaju. Logo, os dados específicos que são apresentados nesse trabalho referem-se a Zona de Expansão e não ao povoado do Mosqueiro especificamente.

farinha num percurso cansativo feito a pé e por travessias de rio com canoa até a cidade de Aracaju (Jornal da Cidade, 1998). Numa narração comparativa a entrevista ilustra ainda:

Luz de candeeiro, casa de palha, fogão à lenha, água de cacimba, lombo de jegue, travessia de canoa. Parece até um cenário rural, mas não: era um povoado surgido no meio do mato, às margens do rio e que [...] vem se transformando num recanto luxuoso e requintado, com direito à parada de catamarãs, lanchas e antigos barcos de pesca que por muito tempo serviram a comunidade, formada por muitos pescadores (Jornal da Cidade, 1998).

O Mosqueiro ainda está crescendo e se vivermos mais um pouco, veremos outras mudanças na comunidade (Gileno Lopes dos Santos, 63 anos, em entrevista ao Jornal da Cidade, 1998).

Este recorte histórico da comunidade do Mosqueiro é de fundamental importância para demonstrar, em paralelo com as informações obtidas nas pesquisas de campo, as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e se, de fato, houve desenvolvimento dessa comunidade principalmente com o incremento da atividade turística no local. No entanto, a explanação do contexto atual e suas respectivas mudanças serão apresentadas num tópico posterior reservado para a análise dos dados desta pesquisa.

### 1.2.3 Orla Pôr do Sol

A Orla Pôr do Sol situa-se no povoado do Mosqueiro, que tornou-se um ponto de passagem entre as praias da cidade bem como do litoral sul do estado que possui fácil acesso e, por sua vez, é tradicionalmente conhecida pelos moradores de Aracaju. Para os visitantes e turistas de outras localidades que vem da Linha Verde basta atravessar a ponte Joel Silveira e em, aproximadamente, 1km chegará na Orla Pôr do Sol<sup>9</sup>.

Segundo a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo (SEMICT) da cidade de Aracaju, a Orla Pôr do Sol é um dos mais recentes e atrativos roteiros turísticos da capital, em que o turista pode encontrar um ambiente aconchegante e paradisíaco para desfrutar de lazer.

---

<sup>9</sup> Os dados desse parágrafo foram retirados do Projeto Orla Pôr do Sol elaborado pela SEMICT (2014?) e disponibilizado durante a pesquisa de campo.



A construção da Orla Pôr do Sol é o resultado de um investimento de R\$ 5.426.000,00, com recursos do Governo Federal (INFONET, 2014) utilizados para infraestrutura turística, visto que a cidade de Aracaju faz parte dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional consagrados pelo Ministério do Turismo (MTur), e como consequência favorecem a obtenção de recursos para este fim. Dispõe de área de lazer infantil, píer, restaurante, quiosque, posto de informações turísticas, módulo policial, dentre outros equipamentos que propiciam a conjuntura do ambiente para a contemplação do poente, os passeios de catamarãs e lanchas para as Ilhas do Paraíso (Praia do Viral) ou da Paz (Crôa do Goré) bem como a prática de esportes náuticos.

Para execução do projeto de urbanização da Orla, o órgão executante foi a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB). De acordo com o Memorial Descritivo<sup>10</sup> da área a ser revitalizada, ficou estabelecido que a construção seria feita na Estrada Beira Rio no povoado Mosqueiro, às margens do Rio Santa Maria (afluente do Rio Vaza-Barris) como se vê na figura 2.



Figura 2 - Registros anteriores à construção da Orla Pôr do Sol.

Fonte: A. Estrada Beira Rio no povoado Mosqueiro; B. Área em que foi construída a Orla Pôr do Sol. Imagens cedidas pela EMURB, s/d.

Conforme o Memorial Descritivo da Orla, um dos fatores preponderantes para a intervenção do projeto de revitalização da Orlinha do Mosqueiro foi o reconhecimento do potencial turístico da área, juntamente com a necessidade de regulamentar as ocupações que margeavam as áreas de preservação permanente. Percebia-se que o cenário urbano vinha

---

<sup>10</sup> Documento cedido pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) onde relata os objetivos, as metas de implementação e a localização da obra da Orla Pôr do Sol.

sofrendo degradação com ocupações desordenadas que obstruíam a paisagem natural causando poluição visual e ambiental.

Antes da construção o trecho era bastante ocupado com moradias e muitos estabelecimentos comerciais que, inclusive, estavam em situação de risco. Para isso, a EMURB propôs um novo traçado do sistema viário e a urbanização de faixa com aproximadamente 420m (ver figura 3).



Figura 3 - Obra Orla Pôr do Sol após concluída.  
Fonte: Imagens cedidas pela EMURB, s/d.

O projeto objetivou implantar edificações elaboradas dentro de um padrão arquitetônico, utilizando-se de construções estrutura convencional de concreto e alvenaria de bloco, laje e cobertura em telha colonial sob madeiramento procurando atender as normas técnicas fazendo com que não viesse a degradar nem obstruir de forma desordenada a passagem notável da região.

Esta intervenção também ambicionou valorizar o cenário urbano e sua paisagem natural no contexto urbano e social, através de mecanismos de inclusão social ao passo em que o meio ambiente pudesse ser preservado com ações projetuais nas áreas de drenagem,

reordenamento do sistema viário, ocupação do uso do solo, reflorestamento, reestruturação urbana e promoção do turismo<sup>11</sup>.

Inaugurada no dia 12 de novembro de 2010, a Orla Pôr do Sol (Figura 4) foi criada como mais um equipamento turístico da cidade de Aracaju com uma infraestrutura que favoreceu à melhoria da imagem do povoado Mosqueiro e, por conseguinte, o aumento no fluxo de turistas na localidade. É considerada também como mais um ponto turístico de referência e reconhecido como cartão postal da cidade de Aracaju (INFONET, 2010).

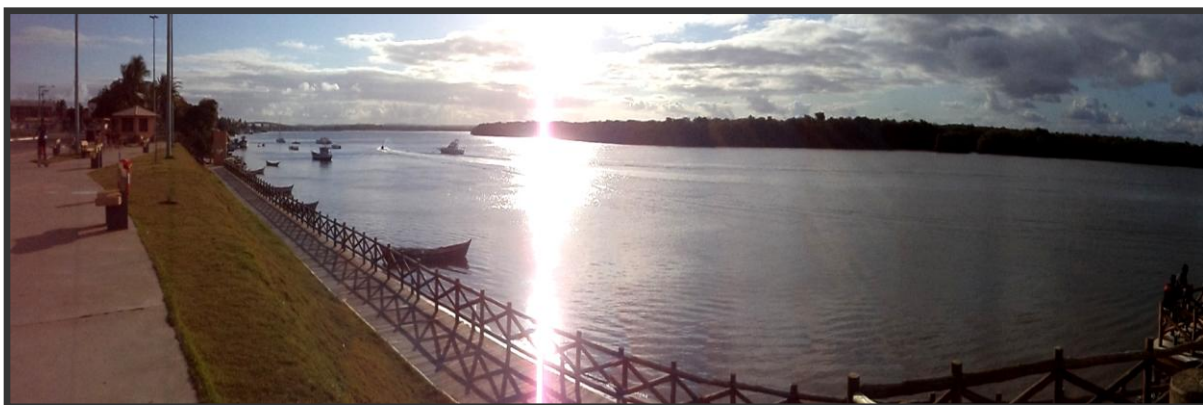


Figura 4 - Orla do Mosqueiro após a revitalização (Orla Pôr-do-sol).  
Fonte: Acervo da autora (2012).

O prefeito de Aracaju da época, apontou em entrevista divulgada pela INFONET, em 2010, que a região do Mosqueiro

não era vista como um pólo de desenvolvimento. Apesar de ser resultado de um processo bastante complexo, essa obra é emblemática, começando por embelezar a região. Acima de tudo, a Orla Pôr do Sol promoverá o desenvolvimento da localidade, com a presença do turismo e seus benefícios [...] Esse é um projeto viário, pois foi pensado com o objetivo de ligar a nova orla à ponte Joel Silveira, permitindo a redução de tempo de viagem de Aracaju à Salvador, possibilitando que muitos turistas passem pelo Mosqueiro e a Orla (Ex-prefeito de Aracaju/SE em entrevista à INFONET, 2010).

No que se refere ao caráter social da obra, o ex-prefeito pronunciou que as obras da Orla Pôr do Sol iriam permitir o progresso e o desenvolvimento para todos os moradores da comunidade do Mosqueiro.

<sup>11</sup> Dados fornecidos pela EMURB (2014?) durante a pesquisa de campo.

Agora temos dois bares na orla, mas daqui pra frente isso irá aumentar constantemente, também com futuras pousadas, hotéis, e outros empreendimentos que surgirão aqui (Ex-prefeito de Aracaju/SE em entrevista à INFONET, 2010).

Contudo, nas pesquisas de campo, pôde-se constatar uma realidade diferente do que foi idealizada inicialmente pelos órgãos e poderes públicos. Apesar da revitalização ter sido concluída e favorecido o fluxo de pessoas na região do Mosqueiro, o desenvolvimento econômico e social dos moradores ficou muito aquém do que se esperava com a criação da Orla Pôr-do-Sol.

#### 1.2.4 Ilha do Paraíso

Antes de delimitar e caracterizar a Ilha do Paraíso e a Ilha da Paz como áreas de estudo é salutar apresentar o conceito de Área de Preservação Permanente (APP) e os instrumentos legais que as normatizam para melhor compreender o estudo em questão.

A priori, vale ressaltar que Área de Preservação Permanente (APP) é diferente de Unidades de Conservação (UC). Ambas são categorias de áreas protegidas<sup>12</sup> por isso é motivo de confusão no meio acadêmico, mas suas formas de gestão são distintas. Toda APP é normatizada pelo Código Florestal (Lei Nº 12.651, de 25 de março de 2012) e definida como:

área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Art. 3, inciso II, LEI Nº 12.651, 2012).

Já as UCs são definidas e categorizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000), instrumento legal que estabelece critérios e normas para sua criação, definindo categorias como: de uso sustentável (que permitem o uso direto, ou seja, envolvendo coleta, uso e comercialização ou

---

<sup>12</sup> A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) definiu área protegida como “[...] uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (art. 2, CDB, 2000).



não de seus recursos naturais) e de proteção integral (que permitem o uso indireto dos recursos não envolvendo consumo, coleta ou destruição dos recursos).

A importância da preservação das APPs reside no fato delas desempenharem papel fundamental na proteção dos recursos hídricos, bem como na conservação da biodiversidade e no controle de erosão do solo e poluição dos cursos d'água (BRASIL, 2013).

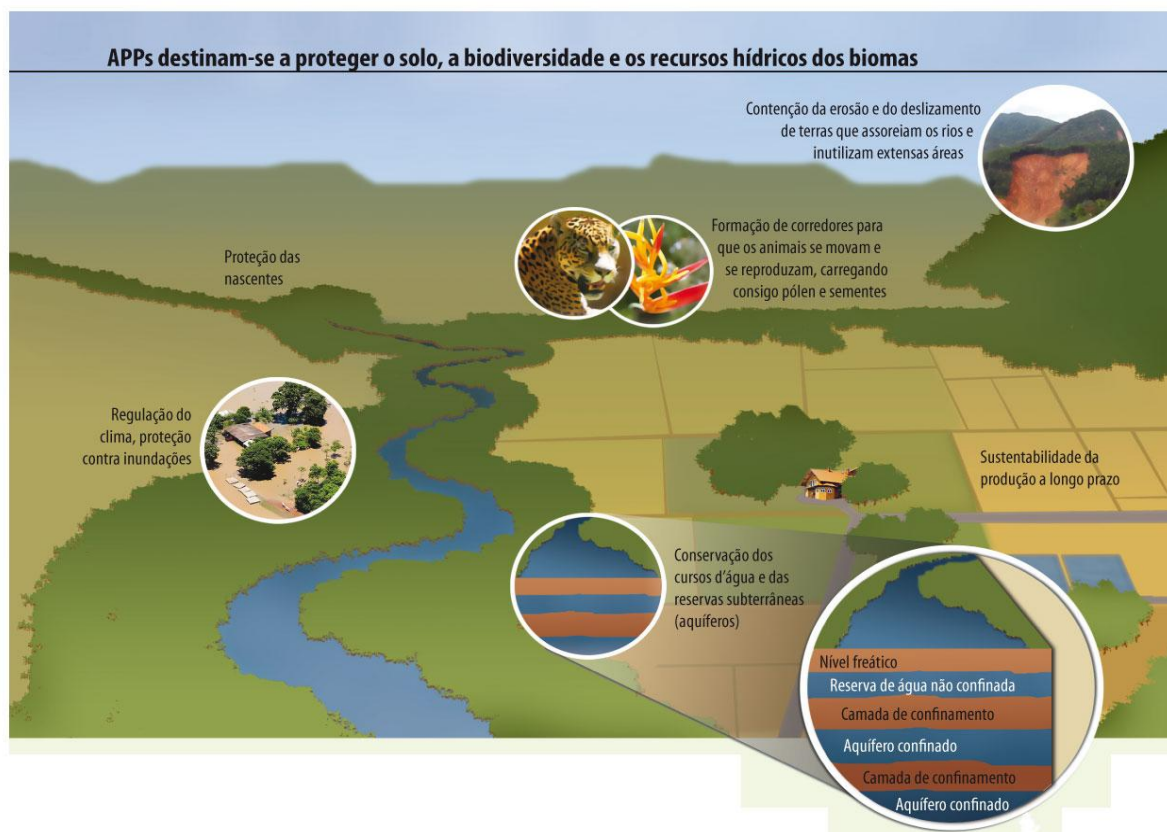


Figura 5 – A importância das Áreas de Preservação Permanentes (APPs).

Fonte: Em Discussão. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201105%20-%20dezembro/ed09\\_imgs/ed09\\_p57\\_info.jpg](http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201105%20-%20dezembro/ed09_imgs/ed09_p57_info.jpg). Acesso em 22 de abril de 2014.

Apesar de sua importância, o novo Código Florestal (Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012) trouxe controvérsias devido a redução dos limites das APPs às margens dos cursos d'água e as situações que permitem derrubada da vegetação nativa tais como: utilidade pública; interesse social e atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental.

Essas permissões não favorecem em nada o território de Aracaju, visto que possui uma área total de 174,05 Km<sup>2</sup> sendo que apenas 19,48 Km<sup>2</sup> dessa área é constituída de manguezal

devido à grande degradação que a cidade sofreu ao longo dos anos. Desse modo, entende-se que a diminuição desse manguezal torna imprescindível a intervenção política, científica e social a fim de garantir a preservação desse ecossistema considerando a importância que ele tem para o ambiente marinho (SOUZA; SILVA; MELO, 2013).

A Ilha do Paraíso foi definida como APP desde 1990 pela Constituição do Estado e está sob a égide da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA). Nessa área está vedada qualquer instalação de natureza permanente como: edificações, cercas ou muros e também qualquer utilização que possa comprometer as suas características geomorfológicas e sua cobertura vegetal nativa (LEI Nº 2.795, de 30 de março de 1990).

Mais conhecida como Praia do Viral, a Ilha do Paraíso faz parte do arquipélago do estuário do rio Vaza-Barris, situada na foz, na margem norte e está aproximadamente a 28 km do centro da cidade de Aracaju. Apresenta cerca de 1,5 km de comprimento, 275m de largura no ponto mais largo e 86m de largura no ponto mais estreito (SIRHSE, 2012).

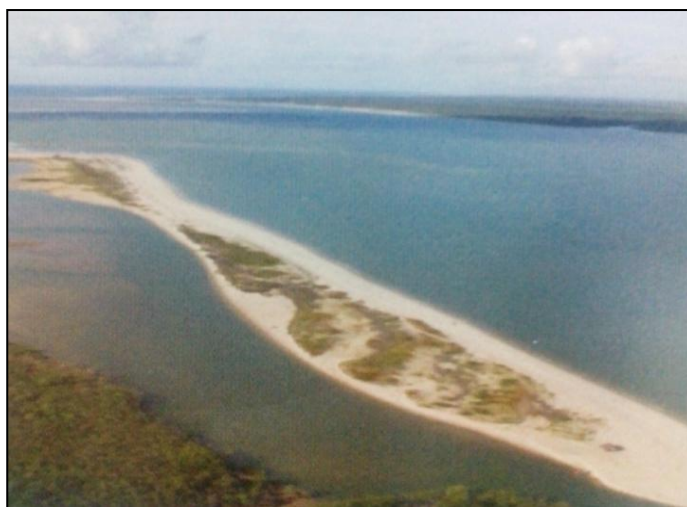


Figura 6 - Ilha do Paraíso.

Fonte: Extraído do catálogo de divulgação do destinos turísticos “Sergipe Encantador”, s/d.

Nos últimos anos, a exploração turística nessa área tem sido crescente devido aos investimentos do governo Estadual e Municipal em infraestrutura turística próximos ao local. Como consequência desse incentivo, a construção da Orla Pôr-do-Sol no bairro do Mosqueiro e a construção da Ponte Joel Silveira (que liga cidade de Aracaju à cidade de Itaporanga D'ajuda) favoreceram consideravelmente o crescimento do fluxo turístico nessa região

estuarina. Todavia, quando se trata de turismo em áreas protegidas algumas reflexões devem ser levadas em consideração, já que esse tipo de turismo deve seguir princípios para assegurar, ao menos em algum nível, a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Visto que a Ilha do Paraíso enquadra-se nessa realidade, o crescente fluxo de visitação turística na área revela-se como um fator de risco à sua conservação devido à ausência de planejamento turístico adequado.

Neste sentido, Diegues (1997) aponta que as ilhas tropicais, tanto no Brasil como no mundo afora, são divulgadas como últimos redutos de mundo selvagem, lugares paradisíacos para descobertas e lazer tranquilo. No estado de Sergipe, a divulgação da Orla Pôr-do-Sol tem sido feita constantemente pelas mídias e por isso repercuti de forma que o visitante e/ou turista desperta o interesse em conhecê-la e, conseqüentemente, a Ilha do Paraíso pois é um dos destinos turísticos comercializados no local.

Essa divulgação também deve-se ao trabalho da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), órgão responsável pela promoção e marketing dos destinos turísticos de Sergipe que tem divulgado a Ilha do Paraíso, juntamente com a Ilha da Paz e a Orla Pôr do Sol. A problemática que incorre dessa divulgação é o crescente fluxo de visitantes que desconhecem a vulnerabilidade ambiental do local pela ausência de trabalho voltado para a educação/sensibilização ambiental por parte dos agentes de turismo. Outro fator que dificulta o planejamento dos destinos de forma sustentável é a falta de interlocução entre as esferas estadual e municipal da organização do turismo em Sergipe. Uma vez que as secretarias de turismo não se articulam de forma conjunta para uma sustentabilidade da atividade turística, o resultado pode ser a inviabilidade do destino turístico em curto prazo.

Apesar da criação de instrumentos legais para a proteção ambiental das ilhas, as pressões externas contra as paisagens insulares vem aumentando com o passar dos anos resultado da supervalorização econômica, especulação imobiliária e do turismo predatório (DIEGUES, 1997).

Frente a esse cenário, as secretarias de Estado do Turismo (SETUR) e de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) realizaram uma vistoria na praia do Viral, no ano de 2011, com o objetivo de observar os pontos críticos da área e comprometeram-se a elaborar um projeto de conscientização ambiental para prevenir acidentes com equipamentos náuticos e evitar o desmatamento do mangue nativo.

Segundo a imprensa (AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS, 2011) ambas as secretarias apontaram que a situação é preocupante visto que carros chegam até a Praia do Viral passando por cima da vegetação nativa prejudicando a conservação do mangue bem como perceberam que havia resíduos como: garrafas pets, latas e plásticos espalhados pela Ilha.

Nessa visita, o secretário de Meio Ambiente, considerou que a Praia do Viral é um local com grande incidência de tráfego de embarcações, como lanchas de pequeno porte e jetskis, e por isso, um fator complicador para sua fiscalização. Para resolver o problema, sugeriu como solução colocar uma sinalização e demarcação do local destinado aos banhistas, para as embarcações e outra para área protegida.

Já o secretário de turismo vigente na época, alertou para a importância da realização de campanha de conscientização dos banhistas e condutores das embarcações. Disse ainda que "[...] a nossa maior meta é organizar um grupo de trabalho e unidos encontrar a melhor solução para os problemas e dar sustentabilidade ao local para ser explorado turisticamente com responsabilidade" (AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS, 2011).

No ano de 2012, o projeto de balizamento do Viral foi discutido na Secretaria de Turismo (SETUR) juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), Capitania dos Portos de Sergipe, Polícia Militar e Prefeitura de Aracaju para estabelecer uma área restrita para o uso dos banhistas nas áreas da Ilha do Paraíso (Praia do Viral) e da Ilha da Paz (Crôa do Goré) devido seu intenso fluxo de visitantes.

Nessa reunião todos integrantes demonstraram interesse para que o projeto obtivesse progresso. Segundo o secretário do Turismo do ano de 2012,

A nossa proposta é otimizar a utilização do Viral. O nosso projeto conjunto consiste na proibição da entrada a areia da praia por meio de automóveis, o acesso ao Viral voltará a ser exclusivamente para embarcações. A ação passa também por uma campanha de educação ambiental para todas as pessoas que exploram e utilizam o Viral como ambiente de lazer. É uma grande ação que irá devolver o Viral organizado a população e a seus usuários (TURISMO SERGIPE, 2012).

O comandante da Capitania dos Portos presente na reunião, concordou com a proposta afirmando que "[...] quando separamos as embarcações dos banhistas evitamos acidentes,



como o caso de uma embarcação atropelar um banhista. Fazendo este ordenamento poderemos reduzir o risco” (TURISMO SERGIPE, 2012).

A prefeitura também se comprometeu com a melhoria da logística local afirmando, nas palavras do representante da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) que, “[...] a prefeitura terá interesse em ordenar essas áreas, inclusive para melhoria de toda região e para aumentar ainda mais o número de turistas que visitam o local” (TURISMO SERGIPE, 2012).

A Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAN), nas palavras do seu adjunto, alegou ser “[...] realmente de interesse do município esta proposta, iremos levar para avaliar e encontrarmos a melhor forma para executarmos este projeto” (TURISMO SERGIPE, 2012).

Todavia, conforme constatações feitas durante a pesquisa de campo deste estudo, no mês de abril de 2014, constatou-se que a desordem da atividade turística na Ilha continua como pode ser observado na figura 7. Mesmo possuindo pequena extensão, foi possível identificar ações impactantes<sup>13</sup> na Ilha do Paraíso, dentre elas ações que põe em risco a segurança dos visitantes/turistas que vão em busca de desfrutar a tranquilidade que a Ilha proporciona.

---

<sup>13</sup> Torna-se oportuno, ao se tratar de impactos ambientais, diferenciá-los de ações impactantes. De acordo com Sánchez (2008), impacto ambiental é a consequência sofrida como resultado de uma ação humana ou atividade, que é a sua causa. Tais impactos podem ser caracterizados por supressão e/ou inserção de certos elementos no ambiente bem como sobrecarga pela introdução de fatores de estresse que extrapolam a capacidade de carga do meio.



Figura 7 – Ações impactantes na Ilha do Paraíso

Fonte: A: Presença de carros na APP; B: Visitantes desfrutando o lazer; C: Lixo deixado pelos visitantes; D: Lanchas atracadas na Ilha; E: Poluição sonora; F: Manobrista próximo aos banhistas. Acervo da autora (Pesquisa de campo, 2014).

As imagens acima demonstram a situação em que a Ilha se encontra e os reflexos da não efetivação de políticas voltadas para o uso ordenado da área, comprometendo, assim, o equilíbrio ambiental bem como o direito das gerações presentes e futuras no que tange a um ambiente ecologicamente conservado que garanta as mesmas possibilidades que temos hoje.

Segundo Hunffner (2011), os impactos do turismo podem ser divididos em três categorias: impactos socioculturais, impactos econômicos e impactos ambientais. No entanto, a identificação de ações impactantes foram o foco de análise nesta área de estudo. Tais ações foram identificadas, pois, possuem características degradantes ao meio ambiente e que resultam direta e indiretamente do turismo no local.

#### 1.2.5 Ilha da Paz

A Ilha da Paz, mais conhecida como Crôa do Goré, também é uma Área de Preservação Permanente (APP) sob a égide da ADEMA e sujeita às mesmas restrições de uso. É uma ilhota que surge com

O movimento das marés, que condicionado pelo fluxo e refluxo das águas do oceano Atlântico, estabelece a dinâmica do estuário e, durante a baixa-mar, braços de rio e bancos de areia e lama tornam-se expostos e atrativos às aves migratórias que frequentam o estuário (SOUZA, 2012, p. 176).

Situa-se nas proximidades da região sul litorânea do município de Aracaju, embora não esteja dentro dos limites territoriais deste, pois sua área está compreendida no município de São Cristóvão.

Em comparação com as demais ilhas que compõem o arquipélago do estuário do Rio Vaza-Barris, esta é a mais famosa e procurada pelos visitantes, reconhecida como uma das atrações turísticas da região ao sul de Aracaju chegando a receber cerca de 300 turistas por dia no período de alta estação (GAZETA, 2015).



Figura 8 – Ilha da Paz (Crôa do Goré).  
Fonte: Acervo do autor (2012).

Nesta Ilha não pode ser construída nenhum tipo de edificação, conforme a lei que a normatiza (LEI Nº 2.795, de 30 de março de 1990), no entanto, recebe embarcações como jetski, lanchas, catamarãs para o traslado dos visitantes e um bar flutuante que oferece serviços de alimentos e bebidas.

Segundo laudo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o bar flutuante (apesar de ter potencial para promover a degradação ambiental) não apresenta impactos ambientais significativos a esta ilha. Porém, torna-se imprescindível uma licença ambiental para garantir a continuidade das atividades econômicas de forma que não cause risco ao equilíbrio ambiental. Para isso, o proprietário do bar flutuante precisou atender às recomendações do Ministério Público Federal (MPF) referente ao início do processo de licenciamento ambiental para funcionamento, pois foi constatado que o mesmo não tem licenciamento junto a ADEMA (SERGIPE, 2014).

A despeito do laudo do IBAMA ter constatado que os impactos ambientais negativos na ilha eram pouco significativos, vale ressaltar que, ainda assim, ela se encontra em um ecossistema de manguezal sensível à qualquer mudança ambiental devido a suas espécies vegetais que respondem rapidamente a qualquer alteração dos componentes abióticos de seu sistema servindo como indicador biológico para as modificações da zona costeira. Sua vegetação apresenta a transição ecológica entre o mar e o continente servindo como berçário para reprodução de peixes, local de alimentação e refúgio para diversos animais como também serve de regulador natural de metais pesados e proteção do solo contra a erosão marítima (SOUZA; SILVA; MELO, 2013).

A paisagem natural e o ambiente tranquilo da Crôa do Goré favorecem a sua atratividade e a preferência dos turistas. O passeio até a ilha dura em torno de 10 minutos partindo da Orla Pôr do Sol, perpassando pelas águas do rio Vaza-Barris, entre casas de veraneio e vegetação nativa de manguezal.

No intuito de contextualizar a temática desta pesquisa, o próximo capítulo irá tratar do “por que” que o estudo do turismo nas APPs e na Orla Pôr do Sol é pertinente nos dias atuais, apontando relevantes aspectos teóricos da sustentabilidade; como a sustentabilidade alcançou os debates no âmbito do turismo e a necessidade de políticas públicas e planejamento para que ela possa ser efetivada.





## ❖ CAPÍTULO II

### O TURISMO SOB ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE





## **CAPÍTULO 2 – O TURISMO SOB ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE**

### **2.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA SUSTENTABILIDADE**

A discussão sobre sustentabilidade no meio científico tem tomado proporções cada vez maiores devido ao aumento do debate sobre a consciência ambiental nos diversos campos do conhecimento. Algumas hipóteses resultantes desses debates são subjetivas, imprecisas, pessimistas e ultraotimistas conforme denomina Veiga (2006). Em suma, a maioria das hipóteses é oriunda desta interrogação: como conciliar o crescimento econômico e a conservação ambiental? Esse tem sido o desafio ou dilema da sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade surge da necessidade de uma nova ordem mundial, a partir do reconhecimento de que a função de suporte da natureza, a condição e potencial do processo de produção deveriam ser repensados por uma racionalidade não, exclusivamente, econômica (LEFF, 2009), ou seja, a racionalidade do sistema econômico entraria em colapso caso não reconhecesse a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e a acumulação dos detritos de toda ordem. Pois, se continuasse assim - valorizando o capital como o único imperativo da atividade econômica – a própria estratégia da atividade estaria em risco comprometendo sua exequibilidade a longo prazo (CORRÊA; PIMENTA; ARNDT, 2009).

Nesse sentido, o princípio de sustentabilidade aparece, então, com o viés de uma nova racionalidade propondo uma base reflexiva a partir do potencial ecológico e em novos sentidos da civilização que seja produtiva mas não baseada na eficiência dos meios tecnológicos e dos sistemas de controle e previsão (LEFF, 2009). A essa nova orientação de pensamento o autor chama de racionalidade ambiental, contrapondo a racionalidade científica, capitalista e tecnológica vigentes em que Corrêa, Pimenta e Arndt (2009) denominam de racionalidade cínica que perpassa a sociedade pós-moderna como um todo e, consequentemente, a dimensão do turismo sustentável.

Nesse sentido, a racionalidade ambiental é o ponto de partida para o favorecimento da inserção da sustentabilidade no contexto atual, visto que tal racionalidade foi a temática mais apropriada e fundamental para a construção de uma nova ordem mundial útil para sistematizar os enunciados teóricos do discurso ambiental (LEFF, 2009).

Leff afirma que a racionalidade ambiental caracteriza-se por integrar princípios éticos e valorativos incorporando variáveis que não podem ser avaliadas pelo modelo da racionalidade econômica, nem reduzi-la a lógica mercadológica. O autor relaciona a racionalidade ambiental como a concretização de uma utopia que requer

a mobilização de processos sociais, a formação de uma consciência ecológica; o planejamento transestorial da administração pública e a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais; a reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção como na aplicação de conhecimentos (LEFF, 2009, p. 134-135).

Esses elementos supracitados, orientariam a transição para o desenvolvimento sustentável<sup>14</sup> já que a racionalidade capitalista, arraigada à racionalidade tecnológica e científica, assegurava-se da certeza de que a realidade dos riscos gerados por ela estavam sob controle permanente (LEFF, 2009).

Apesar da diferença entre essas racionalidades, é a racionalidade ambiental que corrobora com a legitimação do conceito de sustentabilidade. O histórico da questão ambiental no mundo explicita que a conscientização (sensibilização) tem aumentado, a exemplo das conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de reuniões com diversos países resultando em documentos e tratados com diretrizes em prol da harmonia entre o crescimento econômico e conservação ambiental. A percepção de que os recursos naturais são limitados foi um dos motivos que desencadeou a preocupação com as questões ambientais, para tanto foi criada a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) com o intuito de orientar o uso sustentável desses recursos<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Sachs (2002) afirma que o desenvolvimento sustentável constitui-se de um ideal ético pois, “[...] a partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também de igualdade e justiça” (KOTHARI, 1995 *apud* SACHS, 2002, p. 67).

<sup>15</sup> De acordo com o Artigo 1 do documento da Convenção acerca das limitações do uso dos recursos naturais descrevem ações a serem cumpridas, “[...] a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado” (BRASIL, 1994). E ainda, algumas Medidas Gerais para a Conservação e a Utilização Sustentável, a saber: a) Desenvolver estratégias, planos ou programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica ou adaptar para esse fim estratégias, planos ou programas existentes que devem refletir, entre outros aspectos, as medidas estabelecidas nesta Convenção concernentes à parte interessada; e b) integrar,

A origem do termo sustentabilidade ocorreu no ano de 1987, quando a preocupação com a degradação ambiental, advinda do crescimento econômico desenfreado, se intensificou sem limites para sua atuação. Todavia, vale ressaltar que medidas pró-ambientalistas já haviam acontecido anos anteriores, a exemplo nos anos de 1960, as preocupações globais com o meio ambiente teve como marco principal a publicação do livro “Primavera Silenciosa” da bióloga Rachel Carlson, em que denunciava em sua pesquisa que os pesticidas usados na agricultura eram responsáveis pela extinção das espécies, e o desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão (quando uma séria contaminação por mercúrio, vertido pelas indústrias locais, atingiram os pescadores e moradores da localidade). Frente a isso, a Suécia tomou a iniciativa de propor durante a XXIII Assembleia Geral da ONU, em 1969, a realização da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano (ou Conferência de Estocolmo) que acontecera em 1972 (GOLDENBERG, 1992).

Nessa Conferência, ficou explícito pelos países em desenvolvimento o argumento de que os problemas ambientais eram oriundos das nações industrializadas em que o estilo de produção e o consumo requeria uma grande quantidade de energia do planeta o que causava poluição e impactos ambientais. Esta argumentação estabeleceu a divergência entre os países do Norte e os países do Sul no âmbito da definição e enfrentamento das questões ambientais o que resultou na mudança de foco do problema saindo do crescimento populacional dos países do Sul para o padrão de consumo dos países do Norte (PORTILHO, 2005).

Como resultados da Conferência de Estocolmo, criou-se o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (PNUMA) e a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)<sup>16</sup> o qual elaborou um relatório que ficou conhecido como Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, o qual serviu como base para a elaboração de propostas políticas trazendo em seu bojo a definição de “desenvolvimento sustentável” como sendo aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as mesmas possibilidades das próximas gerações atenderem as suas

---

na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes.

<sup>16</sup> Esta Comissão era composta por 21 países membros da ONU liderada pela presidente Gro Harlem Brundtland que apresentou, em 1987, um relatório a ONU com informações sobre a situação de degradação ambiental e econômica do planeta (GOLDENBERG, 1992).



(NEVES, 2011). Nesse momento, foi demarcado os limites da racionalidade econômica com a finalidade de orientar para uma nova ordem econômica mundial.

Para dar prosseguimento as questões discutidas na Conferência de Estocolmo, a Assembleia das Nações Unidas aprovou uma segunda convocação para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou ECO-RIO 92<sup>17</sup>. Segundo Martins (2008), essa conferência foi considerada a maior reunião internacional realizada pela ONU devido aos seus significados políticos e por proporcionar o aperfeiçoamento das normas de proteção ambiental. Dias e Aguiar (2002) ainda detalham que a “Declaração sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento” continha 27 princípios para definir os direitos e responsabilidades das nações. No entanto, Neves (2011) expõe alguns princípios que mais ganharam ênfase e, atualmente, podem fazer parte da sustentabilidade, conforme exposto no quadro 1:

PRINCÍPIOS	DEFINIÇÕES
PRECATORIO	- determinaria que onde houvesse possibilidade de prejuízos sérios à saúde dos seres vivos, a ausência de certeza científica não deveria adiar medidas preventivas.
PREVENTIVO	- os riscos e danos ambientais deveriam ser evitados o máximo possível e ser avaliados previamente, com o objetivo de escolher a solução adotada.
COMPENSATORIO	- compensações para vítimas da poluição e outros danos ambientais deveriam ser previstas na legislação.
DO POLUIDOR PAGADOR	- os custos de reparação ambiental e das medidas compensatórias deveriam ser suportados pelas partes responsáveis.

Quadro 1 - Lista de princípios constitucionais ambientais enfatizados na ECO-92.

Fonte: ONU (2007 *apud* NEVES, 2011).

O estabelecimento desses princípios ambientais foi de suma importância para assegurar a proteção do meio ambiente, porém, Martins enfatiza que os “[...] referidos princípios ainda são incipientes na realidade brasileira tanto no que se refere a sua aplicabilidade quanto no que se refere ao seu conhecimento. Não há responsabilidade do Poder Público de proteção e da

<sup>17</sup> Realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, com a participação de aproximadamente 178 Governos e 100 Chefes de Estado (MARTINS, 2008). Como resultado dessa Conferência foram gerados alguns documentos sendo os mais importantes: a Declaração sobre o Meio Ambiente; a Agenda 21; Declaração de princípios para guiar a gestão, conservação e o desenvolvimento sustentável dos bosques; a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção para a Biodiversidade (DIAS, 2002).

coletividade em defender” (2008, p. 35) e que em relação ao Direito Ambiental esses princípios “[...] objetivam a proteção da vida humana e garantia plena em todos seus aspectos, hoje e para as futuras gerações e, para tanto necessitam de sua efetiva aplicação” (2008, p. 35).

Embora acordos entre os países e o estabelecimento de documentos e políticas mundiais em prol da conservação do meio ambiente tenham sido feitos, o termo sustentabilidade só tem maior repercussão mundial com o auxílio da mídia. Só vinte anos após à divulgação do documento “Nosso Futuro Comum” (Relatório *Brundtland*) é que o termo conquista território e aparece nas capas de revistas, nas páginas dos jornais e em destaque nos comerciais em meados de 2006, ganhando popularidade entre políticos e empresários e seduzindo profissionais de publicidade e marketing (ZYLBERSZTAJN; LINS, 2010).

O fator “mídia” como promovedor do conceito de sustentabilidade decorre do fator “globalização”, que segundo Leff (2009), favoreceu um contexto apropriado para o surgimento do princípio da sustentabilidade com o intuito de marcar o limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A globalização aumentou a expectativa por ampliação de mercados e tornou, cada vez mais, urgente a necessidade de obter um modelo de desenvolvimento compatível com a capacidade de retroalimentação do planeta.

Os fenômenos decorrentes do desenvolvimento eram observados apenas pela perspectiva da economia clássica o que oferecia uma visão do fator econômico e ambiental em detrimento do fator social. Frente a essa limitação, Zylbersztajn e Lins (2010) alegam que a partir daí nasce o primeiro patamar filosófico chamado “*triple bottom line*” transformado por John Elkington<sup>18</sup> em um conceito operacional de sustentabilidade voltado para empresas que integra o social ao ambiental e ao econômico, destacando que esse tripé deveria estar devidamente integrado, pois somente assim o desenvolvimento poderia ser sustentável.

A sustentabilidade, então, molda-se conforme dimensões que são imprescindíveis à sua exequibilidade. Ela tem o compromisso de harmonizar os objetivos de três principais dimensões: a social, a ambiental e a econômica. De acordo com Neves (2011) é um

---

<sup>18</sup> Para Zylbersztajn e Lins (2010, p.13), foi John Elkington quem desenvolveu o conceito *triple bottom line* para servir de parâmetro para as empresas mensurarem seus resultados em termos sociais, ambientais e econômicos. No livro *Cannibals with forks: triple bottom line of 21st century business*, de 1997 (Capstone Publishing, Oxford), ele analisa a sustentabilidade do capitalismo.

paradigma tripolar conduzido e praticado em conjunto por três grupos: empresários, governo, e a sociedade civil organizada.

Diante do contexto supracitado, pode-se perceber que a sustentabilidade passou a ser conceituada conforme modelos e critérios com vistas a viabilizar sua operacionalização. Sachs (2008) expõe critérios de sustentabilidade que não somente as empresas podem se valer como também os governos e a sociedade civil (Quadro 2).

<b>TIPOLOGIAS</b>	<b>CONCEITOS</b>
Sustentabilidade social	alcançe de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e autônomo com qualidade de vida decente.
Sustentabilidade econômica	desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
Sustentabilidade ecológica	preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.
Sustentabilidade cultural	mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Sustentabilidade territorial	configurações urbanas e rurais balanceadas; melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Sustentabilidade ambiental	respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Sustentabilidade política (nacional)	democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.
Sustentabilidade política (internacional)	eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade.

Quadro 2 – Critérios de sustentabilidade e conceitos.

Fonte: Sachs (2008, p. 85-88).

Zylbersztajn e Lins defendem a ideia de que a sustentabilidade “[...] abrange a inclusão responsável, segundo a qual governos e cidadãos dividem responsabilidades em relação aos bens comuns” (2010, p.12). Assim, com o propósito de complementar a ideia e enriquecer a discussão sobre os aspectos teóricos da sustentabilidade pode-se observar no quadro 3 a proposta de Neves (2011) no que se refere a necessidade de uma teoria crítica da sustentabilidade em que os interesses coletivos prevaleçam sobre os individuais. Para tanto, alguns elementos são demonstrados em sete esferas teóricas e práticas, conforme síntese a seguir.

ASPECTOS	DEFINIÇÕES
Contradições	os fatos se transformam. Todas as ações e políticas de sustentabilidade necessitam considerar a dinâmica contraditória da realidade
Ideologia dominante	a ideologia torna parcial a consciência dos indivíduo com relação ao todo social. Nas propostas, projetos, políticas e concepções de sustentabilidade podem conter ideologias dominantes.
Racionalidades dominantes	as racionalizações são capazes de convencer que práticas exploratórias, opressivas e preconceituosas sejam utilizadas quase que livremente. Concepções de sustentabilidade racionalizam as práticas tendo como mote necessidade de justiça social, distribuição de renda etc., sem questionar o modelo econômico que promove estas disfunções.
Contexto Social-histórico	cada contexto implica um conjunto de elementos singulares a sua época. Não é possível entender o desenvolvimento de um determinado fato social sem entender sua trajetória histórica. O desenvolvimento sustentável deve considerar: a) condições materiais existentes, b) os distintos graus de consciência política entre os diversos sujeitos, grupos sociais e comunidades, c) tanto os conhecimentos específicos sobre determinados assuntos envolvendo a questão da sustentabilidade, como a condição de trabalhar estes conhecimentos de forma interdisciplinar, e d) concepções éticas e morais diferenciadas.
Emancipação	é a busca incessante da autonomia do indivíduo e da sociedade, alimentada na capacidade de criar sua própria história, desempenhando papel ativo sobre os problemas relevantes de interesse coletivo. Desenvolvimento sustentável não é aquele que dá melhores resultados para a empresa ou que harmoniza a produção capitalista com a garantia de um ambiente saudável, mas aquele que emancipa cada sujeito e todos os sujeitos.
Conscientização individual e coletiva	consciência significa estar ciente de si mesmo, das próprias percepções, sentimentos, emoções. A consciência individual fragmentada impossibilita o advento da consciência coletiva emancipada.
Responsabilidade coletiva	sustentabilidade não é apenas preservar os recursos ambientais, mas democratizar e coletivizar a responsabilidade por seu uso e conservação. Os interesses, em um ambiente sustentável, não são coletivos, definidos ou realizados coletivamente.

Quadro 03 – Aspectos a serem considerados para uma teoria crítica da sustentabilidade.

Fonte: Extraído de Neves (2011, p. 17).

Em vista de todos esses aspectos proposto por Neves (2011) é possível conceituar a sustentabilidade a partir de uma teoria crítica, a qual possui como característica a prática coletiva e democrática de produção e transformação de suas condições materiais mas que preserva a fonte de seus recursos naturais ou os repõe em condições de origem. Para ele, esta transformação é conduzida em um ambiente de autogestão social com o intuito de atender as reais necessidades humanas, garantindo que esse processo não agrida o ambiente nem, tampouco, as pessoas que nela vivem, pois, não é voltada pelo critério de lucratividade e nem baseada numa lógica de pura exploração.

Nessa perspectiva há ainda o conceito de vulnerabilidade que se contrapõe ao da sustentabilidade e acaba delimitando e facilitando seu entendimento. Zylbersztajn e Lins argumentam que este último conceito “[...] implica o equilíbrio entre a oferta de bens e serviços, entre os quais estão os serviços ambientais, medidos essencialmente pela capacidade do planeta de manter o equilíbrio entre seu uso e disponibilidade” (2010, p. 12). Hogan, Marandola Junior e Ojima (2010) corroboram com a ideia de que o aumento da vulnerabilidade implica na redução da sustentabilidade e vice-versa.

A vulnerabilidade, para Hogan, Marandola Junior e Ojima, é o conceito-chave das ciências ambientais que, dentro de suas especificidades teóricas, a resiliência se destaca por sua capacidade de promover a sustentabilidade do planeta. A resiliência, por sua vez, possui denominações, tais como: a estrutural (recupera e garante a constância de um sistema), a ecológica/ecossistêmica (capacidade de amortecimento e manutenção das funções) e a socioecológica (incorpora a interação distúrbio-reorganização e orienta a capacidade adaptativa e à sustentação) (FOLKE, 2006 *apud* HOGAN; MARANDOLA JUNIOR; OJIMA, 2010).

De modo geral, os autores expõem que, dentre as denominações existentes, a resiliência socioecológica é a que possui maiores possibilidades de sucesso por seu caráter mais aberto e compreensivo da relação sociedade-natureza. Por isso

a resiliência, longe de ser uma solução mágica ou natural, é uma característica dos sistemas que pode ser produzida e reforçada. Ela faz parte do conjunto de metas e ações que devem ser priorizadas quando pensamos na sustentabilidade [...] Promover a resiliência, portanto, é uma das maneiras mais eficientes, no médio e longo prazo, de promover a sustentabilidade, pois provoca alterações na própria estrutura interna dos

sistemas, reforçando sua própria capacidade de suportar impactos e de se regenerar (HOGAN; MARANDOLA JUNIOR; OJIMA, 2010, p. 95).

No entanto, essa resiliência característica da sustentabilidade passa de um valor estático para um valor dinâmico quando se verifica que o paradigma do conceito do desenvolvimento passa por transformações, ou seja, Zylbersztajn e Lins querem realçar que a sustentabilidade está estritamente ligada ao desenvolvimento do conhecimento e é por isso que sua forma torna-se volúvel. Pois consideram que “[...] alguns países já acreditam que o crescimento econômico decorre do progresso do conhecimento. A sociedade do conhecimento está nascendo como o único fator fundamental e racional para um desenvolvimento, de fato, sustentável” (2010, p. 4).

As propostas contidas no Relatório Brundtland apontavam para o ideal da possibilidade de conciliação de crescimento econômico com a conservação ambiental. Dessa forma, a sustentabilidade resumia-se a “[...] uma ação em que a elaboração de um produto ou desenvolvimento de um processo não compromete a existência de suas fontes, garantindo a reprodução de seus meios” (NEVES, 2011, p.15). Em conformidade, Dias (2005) afirma que o conceito de sustentabilidade surgiu como forma de harmonizar os tipos de desenvolvimento que até então priorizavam o aspecto econômico em detrimento dos outros aspectos, ou seja, o desenvolvimento sustentável não é um modelo diferente do convencional, pois ainda está sob a égide do desenvolvimento econômico.

Em análise mais detalhada, Veiga (2006) enfatiza que desde a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o desenvolvimento mundial deixou de ser restrito à economia. Porém, no decorrer do tempo, percebeu-se que o crescimento da economia não se traduzia, automaticamente, em benefícios e que a qualidade de vida deveria abranger fatores qualitativos como: a saúde, a educação, alimentação, entre outros, e não apenas fatores quantitativos como renda per capita.

Sendo assim, ao final da Segunda Guerra Mundial, a promoção do desenvolvimento passou a ser a razão de ser da Organização das Nações Unidas (ONU). Países que antes eram classificados por critérios culturais, religiosos ou geográficos passaram a ser classificados por países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Veiga (2006) relata que essa ideia se originou nos Estados Unidos com a posse do Presidente Truman, em 1949, apelando a todas as nações que

levantassem a bandeira do desenvolvimento com a sutileza política de fazer com que as pessoas aderissem a essa condição de desenvolvimento como um fator imprescindível.

Veiga (2006) ainda aponta que a discussão sobre a diferenciação de desenvolvimento e crescimento econômico não foi muito levada a sério até o início dos anos 1960, porque as poucas nações desenvolvidas eram, justamente, as que haviam sido enriquecidas pela industrialização. E foi exatamente nesse período que, a ideologia desenvolvimentista se intensificou, pois os governos reforçaram as campanhas de desenvolvimento com fortes estratégias de melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos. A lógica real nesse processo era quanto mais um país fosse apropriado das benesses da industrialização (novas tecnologias) mais desenvolvido ele seria. Do contrário, os países eram denominados – subdesenvolvidos ou semi-industrializados. Tal lógica supunha que o progresso material levaria à melhoria dos padrões sociais.

Aqui se encontra o ponto mais crítico da discussão, e o que tem levado muitos estudiosos a considerarem o desenvolvimento sustentável um mito. Uma vez que, a conciliação entre crescimento econômico e conservação ambiental não é tão simplória como algumas hipóteses subtendem. Na concepção de Solow (1993 *apud* VEIGA, 2006) a natureza não se constitui um sério problema à expansão do desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico. Uma vez que, apesar de sua perspectiva ultraotimista não desprezar, necessariamente, o compromisso ético com as gerações futuras, ele afirma que os ecossistemas serão ilimitados e os elementos da biosfera serão substituídos. Para ele, o progresso científico garantiria soluções sempre que necessárias para prover à “eventual” escassez dos recursos naturais na lógica de que ela seria superada por invenções.

Layrargues (1997) destaca que por mais que as tecnologias<sup>19</sup> se adequem ao desenvolvimento sustentável, isso não garantirá que haja uma mudança social e cultural que acompanhe voluntariamente essas transformações, uma vez que as características da sociedade industrial e de consumo é justamente o desperdício.

Por isso Sachs concorda com Reeves (1990 *apud* SACHS, 2008) ao afirmar que, na verdade, as pessoas são os produtos mais complexos e de maior capacidade para transformar

---

<sup>19</sup> Nestes aspectos, as tecnologias “limpas” e a aparição dos direitos negociáveis de emissão mostram que a lei regente não é necessariamente a preocupação com o meio ambiente. Até as tecnologias mais sujas ganham uma opção para sua redenção em forma de ‘indulgência’, passando a poder comprar no mercado aberto até mesmo o direito de poluir (VEIGA, 2006).

significativamente a natureza tanto para melhor quanto para pior. Realçando que por sermos seres humanos dotados de inteligência com capacidade de adaptação deveríamos cultivar uma economia que satisfizesse as necessidades humanas legítimas e as limitasse por princípios que refreiam a ganância com o intuito de caminhar de forma harmônica com a conservação da biodiversidade uma vez que a conservação desta é condição necessária para o desenvolvimento sustentável já prevista na Rio-92 pelo documento da Convenção para a Biodiversidade<sup>20</sup>.

Vale ressaltar que o ecodesenvolvimento precedeu o desenvolvimento sustentável. De acordo com Camargo (2003 *apud* SOUZA, 2013) o termo “ecodesenvolvimento” foi citado pela primeira vez por Maurice Strong<sup>21</sup> no ano de 1973, deslocando o problema de caráter quantitativo e passando a analisar o crescimento econômico numa perspectiva qualitativa.

Ambos os conceitos são semelhantes, mas Layrargues (1997) apresenta uma análise comparativa entre os princípios dos dois afirmando que a semelhança entre eles é o fato de considerarem o direito das gerações futuras um princípio ético básico. Mas, que apesar da semelhança, eles não compartilham das mesmas estratégias de execução. O ecodesenvolvimento alerta para o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna e dá prioridade a criação de tecnologias endógenas – feitas pelas próprias comunidades, enquanto que o desenvolvimento sustentável continua firmemente na capacidade das tecnologias modernas. Ao passo que o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável alega que a solução para a crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas.

Algumas colocações sobre o desenvolvimento sustentável trazem uma indagação sutil: em que o desenvolvimento sustentável difere do desenvolvimento convencional? Layrargues (1997) faz uma crítica ao afirmar que a diferença é simplesmente uma nova roupagem que foi preciso vestir por causa da pressão da realidade ecológica e da necessidade de assumir uma

---

<sup>20</sup> Um dos principais documentos emitidos na Rio-92 apelando a todos os países que adotassem medidas de proteção à biodiversidade da Terra assegurando que os benefícios do seu uso fossem compartilhados de forma igualitária (DIAS; AGUIAR, 2002).

<sup>21</sup> “Foi secretário-geral da Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realiza em Estocolmo, em 1972, colocando o meio ambiente na agenda mundial e confirmando sua relação com o desenvolvimento econômico. Em 1973, foi nomeado o primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Em 1992, ocupava o posto de subsecretário-geral da ONU e foi secretário-geral da Rio-92. Em 1997, copresidiu, ao lado de Israel Kablín, a reunião Rio+5” (ZYLBERSZTAJN; LINS, 2010, p.13).



nova postura sem que fosse preciso mudar sua estrutura e seu modo de funcionamento. Seu mecanismo ainda atende a lógica do mercado, porém com o qualificativo ‘sustentável’ dando a ilusão de que se está vivendo num período de mudanças positivas.

Ironicamente, esse contexto se configura numa nova racionalidade atrelada a ambiental a que Corrêa, Pimenta e Arndt (2009) chamam de racionalidade cínica. De acordo com os autores, racionalidade é o elemento determinante das configurações sociais e econômicas que se processam e se produzem na modernidade. Dessa forma, a racionalidade cínica seria

o *ethos* específico do capitalismo de hoje, que tem no consumo as narrativas da justificação, em que a fluidez e a flexibilidade derretem identidades e mascaram ações. Assim, os regimes de racionalização das esferas dos valores das múltiplas dimensões da vida contemporânea começam a realizar-se a partir do cinismo que incorpora essa racionalidade. E que sustenta a diversidade – inclusive ética – que estrutura os posicionamentos, normas, valores e interpretações que fundam as ações sociais e políticas de nosso tempo (CORRÊA; PIMENTA; ARNDT, 2009, p. 9).

Com base na explanação desse tópico está aberto o caminho para uma melhor compreensão do que será discutido a seguir: a sustentabilidade no âmbito do turismo enquanto uma atividade essencialmente econômica e promissora que pode aderir ao paradigma da sustentabilidade com todo o “ônus” que acarreta a lucratividade.

## 2.2 O TURISMO NA MODA SUSTENTÁVEL

O tema desenvolvimento sustentável tem sido o cerne da questão ambiental discutida atualmente. Várias são as alternativas para se chegar a um denominador comum em relação ao referido conceito e sua aplicação no turismo. Em decorrência dessas alternativas, surge o turismo sustentável. Mas, até que ponto essa atividade pode ser sustentável visto que é uma atividade essencialmente econômica baseada na lucratividade? Estudos mostram que são evidentes os impactos negativos que o turismo gera à cultura e ao meio ambiente. Sendo assim, será essa terminologia – turismo sustentável – um equívoco ou imprecisão?

É perante essas questões que esse tópico propõe um resgate conceitual tendo em vista fazer uma análise crítica, ainda que não demasiadamente pessimista, sobre o que vem a ser turismo sustentável e até que ponto sua aplicabilidade é concebível.

Para tanto, a fim de evitar conclusões pré-concebidas, faz-se necessária uma explanação acerca do que é, afinal, o turismo e quais princípios e especificidades que o configura. E a posteriori, discorrer sobre o surgimento e a necessidade/conveniência que infiltrou a sustentabilidade para o contexto do turismo.

Embora haja conjecturas acerca da origem etimológica do turismo, vale ressaltar que prevalece a etimologia originária do francês “*tourisme*” cujo significado é “viagem de exploração, de descoberta, de reconhecimento” (ANDRADE, 1997; DIAS, 2002).

Na concepção de Panosso Netto (2013) a procura por maior qualidade no turismo faz com que uma definição e caracterização mais exata do termo seja necessária, e, como resultado, possibilita pensar a atividade em sua complexidade e alcançar maior profissionalização. Para tanto, Dias (2002) apresenta diversas perspectivas sobre o turismo sendo estas as que mais se complementam como sendo

o conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer, motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária[...] (BORMANN, 1930 apud DIAS, 2002, p. 23).

o conjunto das relações e fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária (CUNHA, 1997, p.8 apud DIAS, 2002, p. 23).

Ainda de acordo com Panosso Netto (2013), a definição mais aceita pelos países e organismos tem sido a proposta pela Organização Mundial de Turismo (OMT)<sup>22</sup> a qual

compreende as atividades de pessoas em viagem e sua permanência nos lugares fora de sua residência habitual por não mais do que um ano consecutivo por lazer, negócios e outros propósitos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no local visitado (PANOSSO NETTO, 2013, p. 30).

Para Beni (2007) é comum encontrar no campo acadêmico, em empresas e órgãos governamentais definições do turismo com tendências voltadas somente para a economia, a

---

<sup>22</sup> Organismo internacional de turismo de mais alto âmbito mundial e de caráter governamental que forma uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), sua sede está localizada em Madri, Espanha.

técnica e a holística. Alberto Sessa (1993 apud BENI, 2007, p. 12) define como sendo uma “[...] atividade industrial real porque nele existe um processo de transformação de matérias primas para elaboração de produtos que são comercializados e consumidos no mercado”. No entendimento do referido autor essa caracterização do turismo como indústria não é unânime entre os estudiosos do turismo, mas é um qualificativo dos mais usados na literatura.

Sobre os elementos básicos do turismo, Vilar e Araújo (2010) mencionam que o conjunto de produtos e serviços ao turista, o consumidor, a base territorial física, as empresas e organizações são elementos do universo do turismo reconhecidos pela OMT que gerenciam e promovem a atividade turística. Eles também são conhecidos como oferta e demanda turística, espaço geográfico e operadores do mercado turístico (FERRETI, 2002 apud VILAR; ARAÚJO, 2010).

O turismo é um fenômeno social e universal de grande força e um dos mais importantes já vividos pela humanidade. Sua importância dá-se primordialmente pela movimentação na economia. Atualmente, ele é considerado a principal atividade econômica superando indústrias como a automobilística, a eletrônica e a petrolífera tornando-se um dos principais geradores de empregos. Em 1999 chegou a produzir 192 milhões de empregos diretos e uma quantidade inumerável de atividades associadas (DIAS, 2002). Por isso também é considerado por Swarbrooke (2000) como sendo a principal indústria geradora de entrada de divisas em moeda estrangeira em muitos países emergentes; a base de crescimento de muitas empresas; integrador de proporção significativa da renda anual disponível de muitos povos nos países desenvolvidos; consumidor de bilhões, em dinheiro todos os anos em investimentos de infraestrutura no setor público; dentre outras características.

O turismo “[...] apresenta-se, atualmente, como o terceiro maior produto gerador de riqueza no mundo, responsável por uma parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB) global” (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p. 223), na medida em que a renda e o tempo de lazer aumentam nas sociedades mais desenvolvidas, o turismo emerge como o setor da economia com o potencial de crescimento mais promissor (VILAR; ARAÚJO, 2010).

Entretanto, toda essa relevância não é casual. É importante salientar que o turismo e a globalização estão estritamente relacionados, uma vez que o incremento das viagens deu-se pelo avanço das novas tecnologias e acarretou no impulso do seu crescimento como, por exemplo, a criação de trens e barcos a vapor; o surgimento da estrada de ferro no século XIX

e a crescente utilização de automóveis no século XX (DIAS, 2002). Em decorrência, a prática do turismo despontou como um signo de status e projeção social. A expansão e o aperfeiçoamento das comunicações e as novas conquistas das telecomunicações fizeram com que o turismo, anteriormente restrito às elites com tempo e alto poder aquisitivo, atualmente tenha alcançado participação de países não somente desenvolvidos mas emergentes contribuindo para que um público maior possa “consumi-lo” (PIRES, 2002; RUSCHMANN, 1997).

Como resultado desse crescimento, surge o turismo de massa na segunda metade do século XX tendo como principais agravantes: o aumento da disponibilidade de tempo para o lazer; o aparecimento de jatos de alta velocidade com capacidade para grandes quantidades de passageiros; a expansão da aquisição de automóveis; a modernização dos estabelecimentos de hospedagem que estimulavam as visitas temporárias; a regularidade e rapidez dos meios de transportes; o incremento crescente na infraestrutura turística; o surgimento dos organismos turísticos oficiais e privados e as várias disposições que regulamentam as atividades turísticas e trabalhistas (DIAS, 2002; 2005). Assim, o turismo de massa, por sua vez, é definido como

uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte, e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje ( CRUZ, 2003, *apud* NEIMAN, 2010, p. 6).

Especificamente no Brasil, o turismo vem crescendo gradativamente devido a sua riqueza e exuberância de recursos naturais que atraem visitantes de outros países, especialmente os países desenvolvidos, devido ao aumento da consciência ecológica (DIAS, 2002). Não, exclusivamente por esse motivo mas, é o turismo de massa que predomina no Brasil.

A proliferação desse tipo de turismo é prejudicial para o seu bom desenvolvimento. Isso se deve aos seus atributos, que, segundo Hunter e Green (1994 *apud* SWARBROOKE, 2000) possuem características condicionantes aos impactos negativos da atividade, como se vê descritas no quadro 4.

CONDICIONANTES DO TURISMO DE MASSA	
Características gerais	Desenvolve rápido
	Maximiza
	Descontrolado
	A curto prazo
Comportamento do turista	Grupos grandes
	Programa fixo
	Tem conforto
	Não se adapta a outra língua da cultura local
Exigências básicas	Férias de alta temporada
	Profissionais sem treinamento
	Clichês publicitários
Estratégias de desenvolvimento	Sem planejamento
	Baseado em projeto
	Construções novas
	Responsáveis são ausentes

Quadro 4 – Características condicionantes aos impactos negativos do turismo de massa.

Fonte: Extraído e adaptado de Hunter e Green (1994 *apud* SWARBROOKE, 2000, p. 27).

Frente a esses atributos, o turismo fica condenado ao fracasso porque os impactos negativos resultantes dessa atividade são extremamente inconvenientes para os destinos turísticos. E como já foi citado, o turismo é uma atividade, essencialmente, econômica que gera muitos impactos positivos, mas, se o seu desenvolvimento não for ordenado por um planejamento adequado seus impactos negativos podem ser até mesmo irreversíveis para o meio ambiente e a cultura local.

Para ciência desses impactos, o quadro 5 a seguir trará algumas demonstrações apresentadas pelos autores Swarbrooke (2000) e Dias e Aguiar (2002).

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Vários benefícios econômicos para a comunidade local.	Aumento da urbanização em áreas rurais, sem planejamento e infraestrutura sanitárias adequadas.
Desenvolvimento da infraestrutura.	Aumento dos resíduos sólidos (lixo).
Criação de novos postos de trabalhos em áreas rurais	Aumento de pessoas nas zonas costeiras ocasionando a fuga da fauna silvestre diminuindo a sua capacidade de reprodução.
Valorização do patrimônio histórico-cultural.	Modificações significativas e irreversíveis na

	paisagem, pela proliferação de infraestruturas e construções: abertura de novas vias de comunicação, instalações turísticas de todo tipo, etc.
Maior valorização das áreas naturais como recurso turístico.	Poluição dos recursos hídricos com detritos e combustível.
Multiplicador da economia	Matança de animais para fornecimento de produtos para o mercado de souvenirs.
Criação de reservas/santuários de vida silvestres.	Pisoteamento e danos a vegetação pela passagem de pedestres e veículos.
Novo uso de edifícios em desuso para visitação de turistas.	Poluição do ar por emissão de veículos, queima de combustíveis para aquecimento e iluminação.
Gera riqueza, renda e emprego.	Descaracterização da cultura local e prostituição.

Quadro 5 – Impactos causados pela indústria do turismo.

Fonte: Elaborado de Dias (2002, p. 94-95) e Swarbrooke (2000, p. 70,77; 83).

Em função dessa realidade do turismo, surge a necessidade de uma nova maneira de se apropriar dos espaços turísticos e de seus recursos naturais. A relação do turismo com o meio ambiente   indissociável. O homem sempre foi o maior causador de modificações no meio ambiente e o progresso da ciência e da tecnologia favoreceu sua capacidade de provocar mudanças mais intensas. Por isso, faz-se necessário um planejamento que leve em consideração a capacidade de carga visando a satisfação das necessidades das gerações presentes, bem como das gerações futuras (DIAS, 2002).

É nesse contexto, que surge o turismo sustentável, pois, como verifica-se anteriormente, as conferências promovidas pela ONU foram as que impulsionaram a preocupação com as questões ambientais de forma mais intensa e generalizada. Tal consciência alcançou também a esfera do turismo com mais ênfase após o Relatório Brundtland, proporcionando novas formas de turismo que concebesssem os princípios ambientais em suas atividades.

Fato que neste destaque acerca do termo turismo sustentável foi um fen meno dos anos 1980 e está diretamente ligado ao conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável. Ainda não há consenso para sua definição, inclusive, estudiosos que ao defini-lo poderia passar a impressão de simplicidade para um assunto que é bastante complexo podendo “[...] limitar o alcance das questões a serem cobertas sob o domínio do turismo sustentável” (SWARBROOKE, 2000, p. 20). Sendo assim, o mesmo autor afirma que o turismo

sustentável não precisa ser discutido em termos de ser alcançável ou não, porque sua própria definição não é concreta.

Embora o turismo não tenha sido referido como um dos temas principais na Rio-92, nem nos principais documentos desse encontro, os problemas ambientais do turismo já existiam e faziam das preocupações dos governos mundiais com o tema (DIAS, 2005). Pois, seu respaldo histórico compreende, mais precisamente, o período final da Segunda Guerra Mundial marcado por grande transformação na relação homem/natureza, o qual veio impulsionar o processo de sensibilização e conscientização dos seres humanos quanto às questões ambientais (MATOS, 2010). Nesse período, a produtividade empresarial e o poder de compra das pessoas influenciaram no crescimento das atividades turísticas (RUSCHMANN, 1997).

Conforme Swarbrooke (2000), o desenvolvimento do processo do debate sobre o turismo sustentável deu-se como se vê no quadro 6 abaixo:

1960	1970	1980	1990
Reconhecimento dos potenciais impactos da explosão do turismo de massa	Ampliação do conceito de gestão de turistas	Aparecimento do conceito de turismo verde	Ampliação do conceito de turismo sustentável.

Quadro 6 – Desenvolvimento cronológico do conceito de turismo sustentável.

Fonte: Extraído de Swarbrooke, 2000, p. 11.

Logo após a ampliação do conceito, ocorreu a “Conferência Mundial de Turismo Sustentável”, realizada nas Ilhas Canárias, Espanha, no ano de 1995, divulgando os principais objetivos do turismo sustentável. Como resultado dessa conferência um documento chamado “Carta do Turismo sustentável” foi criado estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento do turismo baseado nos critérios da sustentabilidade, ou seja, visando ser viável não somente economicamente, mas suportável ecologicamente e justo por um ponto de vista ético e social (DIAS, 2002).

Para Panosso Netto (2013) o estabelecimento de princípios para o turismo é imprescindível para que se saiba qual ação, de fato, refere-se ao turismo ou não. Dessa forma, o quadro 7, a seguir, representa a descrição que o autor dá aos princípios, classificando-os em: fundamentais (aqueles indispensáveis a existência do turismo) e desejáveis (aqueles que

devem existir para que a experiência do turismo não seja comprometida, mas que por não serem essenciais são dispensáveis para a existência do turismo).

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	PRINCÍPIOS DESEJÁVEIS
<b>Sujeito</b> – o mesmo que o 'turista' sem o qual a atividade não existe.	<b>Sustentabilidade</b> – entendida pela utilização dos recursos turísticos de forma que o seu uso contínuo seja assegurada sem comprometimento. Divide-se em: social, cultural, econômica e ambiental.
<b>Deslocamento</b> – classificado em duas categorias: interno (feito dentro do país de origem do turista) e externo (fora do país de origem).	<b>Igualdade</b> – os seres humanos, independente de nível social, econômico, religião e aparência, são iguais perante as leis e perante ao turismo e devem ser tratados como tal nas relações humanas, profissionais e com o espaço.
<b>Retorno</b> – já está na raiz da palavra turismo ( <i>tour</i> ) – a viagem em círculo, o ir e voltar. Uma viagem só de ida não é turística.	<b>Supremacia do interesse público</b> – a vontade do poder público deve prevalecer sobre o interesse individual, seja pessoa física ou jurídica. No turismo não é diferente. Se o desejo do turista fere a de um grupo social, este não pode ser atendido em prol do atendimento dos direitos coletivos.
<b>Motivação</b> – sempre existe um motivo que impulsiona o turista a viajar mesmo que seja uma viagem contra sua própria vontade, o motivo não deixa de existir.	<b>Alteridade</b> – respeito pelo diferente. Esse princípio se relaciona com o da hospitalidade e deve existir nas relações dos sujeitos do turismo.
<b>Hospitalidade</b> – representa um fenômeno cultural que engloba o alimento, a bebida e a hospedagem. Remete a quem irá nos receber e com que atenção atenderão as nossas necessidades.	<b>Ética</b> – remete a ciência moral dos costumes. Também se refere a agir de forma correta e lícita. Princípio que diz respeito a quatro sujeitos: ao profissional de turismo, ao turista, à comunidade receptora e às autoridades públicas que estão relacionadas ao tema.
<b>Experiência</b> – independente de boas ou más sempre existirão experiências nas viagens. Seja pelo bom atendimento no hotel, a comida saborosa do restaurante, a viagem segura e etc.	<b>Satisfação pessoal</b> – ou busca do prazer é uma das motivações principais do turista quando ele faz cruzeiro para descansar, namorar, comer bem, tomar bons vinhos, dentre outras ações.
<b>Comunicação</b> – item primordial do turismo pois relacionar-se com outros povos e culturas também é comunicação.	<b>Livre-vontade</b> – embora haja exceções, não é comum encontrar um turista viajando por obrigação. Fazer turismo deve ser de livre e espontânea vontade.

Quadro 7 – Divisão dos Princípios do turismo.

Fonte: Extraído de Panosso Netto, 2013, p. 67-76.



Como se percebe, a sustentabilidade no turismo é um princípio ainda desejável mesmo possuindo todo respaldo para ser um princípio fundamental. Ainda assim, Dias (2005) baseia o turismo sustentável em três dimensões indispensáveis para sua sustentabilidade: a econômica, a sociocultural e a ambiental. Sendo que ele descreve a dimensão econômica como a que deve garantir o desenvolvimento economicamente eficiente. Já a sustentabilidade social e cultural é aquela que assegura a diminuição das desigualdades sociais e o respeito pelas culturas locais, a preservação do patrimônio material e imaterial. E por último, o autor cita a dimensão ambiental como a que deve garantir o desenvolvimento compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos recursos naturais.

A atividade turística é predatória porque é parte do processo mais geral da implantação da economia capitalista e, portanto, possui os mesmos aspectos dos setores produtivos que resultam em características predatórias. Ainda assim, é um fenômeno de grande força a nível mundial por ser caracterizado como a principal indústria geradora de entrada de divisas em moeda estrangeira em muitos países emergentes; por ser a base de crescimento de muitas empresas; por integrar em proporção significativa a renda anual disponível de muitos povos nos países desenvolvidos; por consumir bilhões em dinheiro todos os anos em investimentos de infraestrutura no setor público, dentre outros motivos (SWARBROOKE, 2000).

Isso se deve ao fato de que o envolvimento das pessoas no turismo vem aumentando. O que antes era uma atividade restrita às elites com o tempo e alto poder aquisitivo, atualmente tem alcançado participação de países não somente desenvolvidos mas emergentes (RUSCHMANN, 1997).

Diante desse contexto, e da urgência de definições mais concretas, foi criada em 1974 a Organização Mundial de Turismo (OMT) com o objetivo de:

promover e desenvolver o turismo para contribuir com o desenvolvimento econômico, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade e o respeito universal, a observância dos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (DIAS, 2002, p. 50).

Na concepção da OMT, o desenvolvimento do turismo sustentável é conceituado como aquele que não compromete o atendimento dos turistas atuais e das regiões receptoras protegendo e fomentando, simultaneamente, as oportunidades vindouras e os demais recursos

envolvidos na atividade turística a fim de satisfazer as necessidades econômicas, sociais, estéticas ao mesmo tempo em que respeita a integridade cultural, a diversidade biológica e os processos ecológicos essenciais (DIAS, 2005).

O documento 'Código Mundial de Ética do Turismo', elaborado pela OMT, teve importância relevante para regular os embates advindos da atividade turística indicando que

o turismo como fator de desenvolvimento sustentável, desde que salvguarde o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável e que considere as gerações atuais e futuras; estabelece a importância de impor limitações ou obstáculos quando as ações se dêem em zonas sensíveis e propícias à criação de parques nacionais ou reservas protegidas; reconhece o ecoturismo e o turismo de natureza como formas enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais e se ajustem à capacidade de carga dos locais e aos impactos da visitação (BRAGHINI, 2009, p.12).

Com o crescimento do turismo de massas a tomada de consciência dos impactos negativos proporcionou a mobilização para a discussão da gestão do turismo. No ínterim entre a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Rio-92 ocorreram alguns eventos e documentos foram elaborados dentre eles a Declaração sobre “Turismo e Meio Ambiente” estabelecida pela OMT e pelo PNUMA, no ano de 1982 em que confirmava o posicionamento de que

O desenvolvimento das atividades de férias e tempo livre, consequência do direito ao descanso e ao tempo livre, proclamado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e uma saudável gestão do meio ambiente, são os elementos essenciais e interdependentes de um único processo de desenvolvimento, do qual, em último caso, deve beneficiar-se o homem (DIAS, 2002, p. 51).

No mesmo período, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) publicou recomendações com relação ao ecoturismo<sup>23</sup> para governos e ministérios de Planejamento, Meio Ambiente, Agricultura, Fazenda, operadores de turismo, dentre outros órgãos. Já em 1985, a Assembleia da OMT adotou a “Carta do Turismo e o Código do Turista” no intuito de que os Estados e

---

<sup>23</sup> O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) o define como sendo “[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (BRASIL, 2008, p.17).

turistas pudessem tomar consciência da importância da proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais e culturais (DIAS, 2002).

Contudo, na visão de Dias foi durante a Assembleia da IUOTO, em 1960, a primeira vez que se tratou os problemas do turismo e meio ambiente, quando se adotou a resolução que afirmava que “[...] chegou a hora de tratar dos problemas criados pelo turismo e que estão ameaçando alguns aspectos da natureza” (2002, p. 49).

Independentemente de qual seja órgão que iniciou tal discussão, são os documentos gerados pela OMT que norteiam as políticas nacionais do turismo que, inclusive, sugerem diretrizes para a sustentabilidade da atividade. Dentre esses documentos, os mais importantes para o turismo mundial são: a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (1980), o Documento de Acapulco (1982) e a Carta do Turismo e Código do Turista (1985), a Declaração de Haia (1989) e o Código de Ética Mundial para o Turismo (1999) (DIAS, 2002).

Reafirmando a importância da função da OMT, para Panosso Netto (2013) um território quando não possui uma legislação específica e diretrizes claras que regulamentem e orientem a atividade turística muito provavelmente essa atividade irá desencadear entraves ao seu próprio desenvolvimento.

Por esse motivo, a Lei Geral do Turismo (Lei 11.171 de 17 de setembro de 2008)<sup>24</sup> foi criada tendo como instrumento normativo à Política Nacional de Turismo (PNT). Tal legislação parece promissora ao incentivar o turismo sustentável em seus objetivos requerendo em suas normas posturas mais éticas de todos os elementos envolvidos nesse âmbito, visando

propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural (artigo 5, inciso 8, LEI Nº 11.771, 2008).

Reafirmando a importância que essa atividade pode promover, Dias (2003) aponta

---

<sup>24</sup> “Esta Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos” (Cap. 1, art. 1º, LEI No - 11.771, 2008).

alguns benefícios, tais como: (1) as contribuições financeiras dos turistas como, por exemplo, a cobrança de taxas para o acesso de áreas protegidas que servirão para pagar o seu gerenciamento; (2) as contribuições de fontes governamentais que podem ser arrecadadas de múltiplas formas, sejam elas por meio de impostos, taxas e licença para o exercício de diversas atividades que podem ser revertidas para a gestão dos recursos naturais que serão utilizados pelo turismo.

### 2.2.1 Planejamento para o Turismo Sustentável

Os benefícios que a atividade turística traz para a economia brasileira resulta no investimento cada vez mais crescente, pelos setores públicos e privados, em detrimento de um planejamento adequado em relação à forma organizada como esse deve acontecer e como utilizá-los. A consequência da falta de planejamento são os impactos negativos que comprometem os espaços visitados, os equipamentos turísticos e a atratividade dos recursos naturais para as futuras gerações. Impactos estes que se sobrepõem aos positivos fazendo com que medidas para minimizá-los torne-se cada vez mais indispensáveis.

Dias (2002; 2005) alerta que a tendência para o crescimento do turismo nos anos vindouros é promissora, o que torna urgente planejar para estabelecer os princípios que orientem os governos, prestadores de serviços e usuários de maneira que interajam com respeito mútuo e evitem ao máximo impactos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural.

No que tange a ideia de planejamento, Swarbrooke (2000) afirma que tal noção surgiu nos modelos antigos de planejamento urbano, mais especificamente pelos romanos quando construía suas cidades e metrópoles de forma planejada. Entretanto, as formas de planejamento obtiveram novas configurações ao final da Segunda Guerra Mundial exigindo às mesmas que estivessem de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável. Para tanto, Ruschmann alega que:

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade (RUSCHMANN, 1997, p. 9).

A mesma autora afirma que só a partir desse objetivo o turismo pode ser desenvolvido, estimulado, regulado e até restringido nos casos necessários. No Brasil, a ausência de planejamento do turismo influi na forma como o turista se comporta. Cada vez mais, os turistas buscam beneficiar-se dos serviços turísticos proporcionando o aumento de pequenos e grandes negócios, aumentando a competitividade entre empreendedores e, consequentemente, impulsionando a necessidade de melhoria constante nas ofertas de suas mercadorias. Como produtos inclui-se aqui os recursos naturais: a flora, a fauna, o clima, a paisagem, a cultura, dentre outros. Lembrando que o consumo desses recursos pode levá-los a destruição, pois nem todos são recursos renováveis (DIAS, 2002).

No entendimento de Petrocchi (2009) é bastante prudente ao alegar que o turismo não é um fim em si mesmo devendo, em seu planejamento, contribuir para o atendimento do bem-estar dos moradores, bem como o desenvolvimento integral ao destino. Assim, verifica-se que o processo do planejamento (Figura 9) tem início pela identificação dos fatores críticos que o destino precisa se adaptar seguindo de definição do que se deseja no futuro por meio dos objetivos, com o propósito de realizar estudos a fim de conhecer qual melhor estratégia para atingir os objetivos. Por fim, as ações de mover o destino para esses objetivos seriam feitas por meio de liderança, no qual o acompanhamento e avaliação permanente do desempenho do planejamento são imprescindíveis ressaltando ainda que “[...] é a função controle, que faz do plano de turismo um instrumento vivo, monitorando o meio envolvente e promovendo as adaptações às mudanças que ocorrem no ambiente externo ao destino” (PETROCCHI, 2009, p. 17) (Figura 9).



Figura 9 - Etapas básicas do planejamento estratégico.  
Fonte: Adaptado de Petrocchi (2009, p. 23).

Frente a essa função de controle que o plano de turismo possui, vale ressaltar que é incumbência do Ministério do Turismo (MTur) “[...] estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional” (artigo 3, cap. 1, LEI nº 11.771, 2008). Para a execução dessas tarefas, o MTur utiliza-se de parceria com segmentos públicos e privados relacionados ao turismo os quais se encarregam de colocar em práticas programas para este fim.

Com o intuito de colaborar com o desempenho do destino turístico, Petrocchi (2009) alega que existem três tipos de planejamento: o estratégico, o tático e operacional. Mas considera o planejamento estratégico mais adequado para contemplar as variáveis que o turismo exige oferecendo o benefício de reduzir incertezas e riscos para o destino. A finalidade principal desse planejamento estaria na adaptação das ofertas turísticas do destino às tendências e aos desejos do mercado buscando o equilíbrio entre a promoção dos destinos e a conservação dos mesmos.

No que se refere aos motivos que levam a falta de planejamento, Dias (2002) justifica que o fato do turismo ser uma atividade que cresce muito rápido, as prefeituras não tem tempo suficiente de dimensionar seus impactos ambientais. Mesmo considerando que o turismo tem potencial de alterar o meio ambiente em um tempo muito curto, os agentes econômicos acabam por conceber essa atividade como fonte de rentabilidade, a curto prazo, implicando na preocupação exclusiva com a obtenção de recursos sem nem mesmo proporcionar condições para um posterior.

No caso do Estado de Sergipe, as primeiras políticas públicas voltadas para o turismo surgiram depois da criação da Secretaria de Cultura e Turismo no período do governo de Albano Franco. Com isso a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), criada pela lei nº 1.721 de 9 de dezembro de 1971, com a finalidade de ser um órgão oficial do turismo do Estado, concentrou-se na promoção e marketing do Estado, tanto nacionalmente como internacionalmente. Ainda no governo de Albano Franco, foi criado um Plano Estratégico pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) em que foi definido o conceito de “Polo Turístico” ficando, Sergipe, com cinco polos: Polo Costa dos Coqueirais, Polo Velho Chico, Polo Serras Sergipanas, Polo Tabuleiros e Sertão das Águas.



Figura 10 - Mapa de Sergipe e seus respectivos polos turísticos.

Fonte: Google. Disponível em: <http://www.se.gov.br/index/popUp/id/171/materia/682/largura/200/altura/262>  
Acesso em: 24 de maio de 2014.

O Plano Estratégico da Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/SE) deu origem a três roteiros que são utilizados até hoje, com o intuito de

integração do Estado: Rota dos Jesuítas, Rota do Sertão (Aracaju/Xingó) e Rota do Litoral (figura 11). Segundo o coordenador da EMSETUR, em entrevista feita no ano de 2012, não há nenhuma unidade de conservação inserida no roteiro turístico. No entanto, não é o que se encontra registrado no Guia de Sergipe *Trade Tour*<sup>25</sup>, dentre outros meios de divulgação, pois nele pode-se encontrar, por exemplo, a APA Morro do Urubu (UC de Uso Sustentável) e o Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) (UC de Proteção Integral).

Conforme as informações fornecidas durante a pesquisa de campo, alguns destinos são divulgados independente da viabilidade para a exploração turística, o que sinaliza a piora nas condições para a permanência da atividade visto que não há preocupação real com a sustentabilidade já que a inclusão de novos destinos turísticos na divulgação é feita em detrimento da qualidade que eles possuem.

---

<sup>25</sup> Catálogo oficial de divulgação dos destinos turísticos.



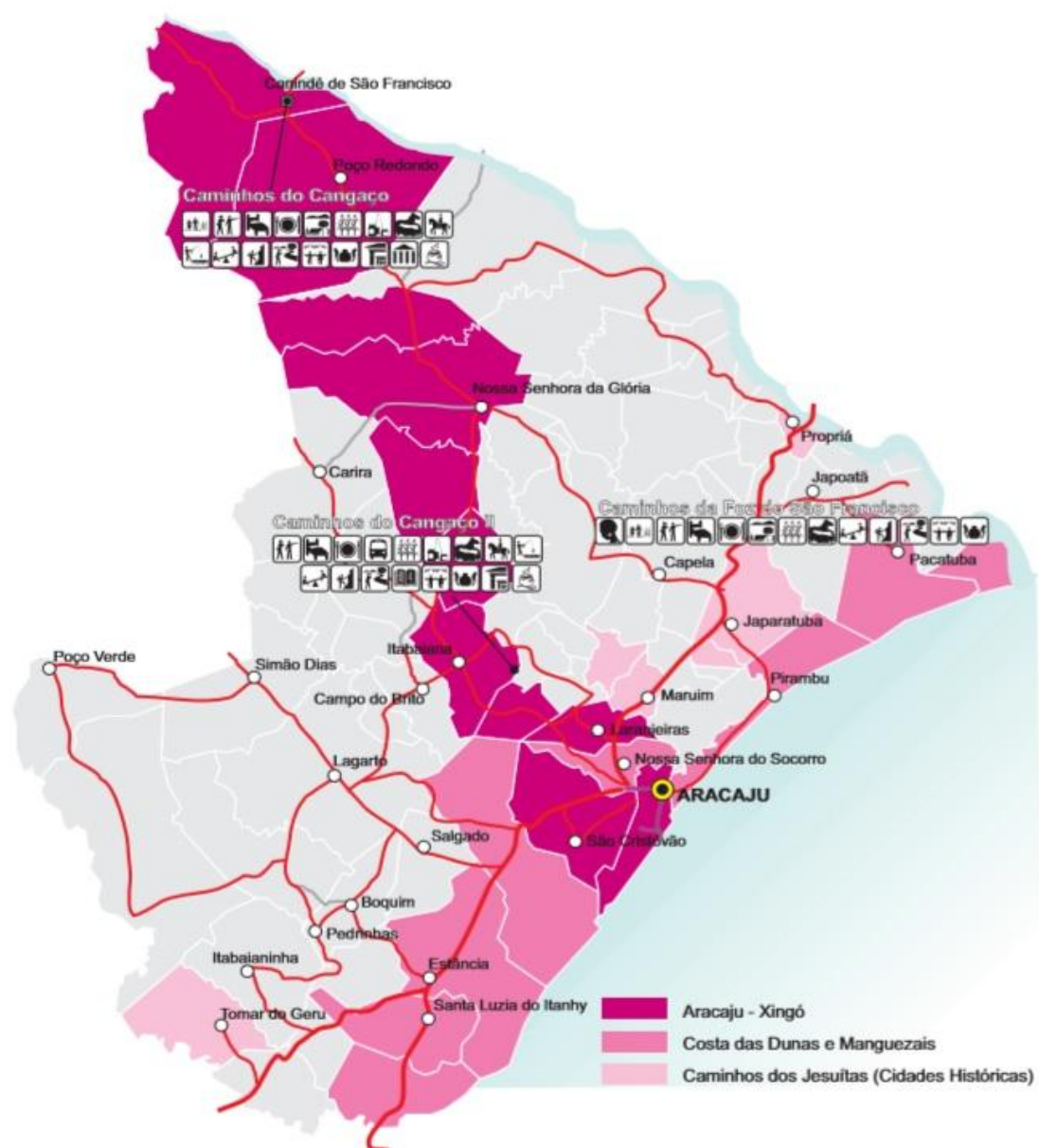


Figura 11 - Rotas turísticas de Sergipe.

Fonte: Google. Disponível em: <http://www.idestur.org.br/download/20130609160303.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2014.

Nesta perspectiva, percebe-se que, apesar dos grandes benefícios que o turismo traz para o Brasil, especialmente em Sergipe, não se pode esperar que ele seja a solução para todos os problemas ambientais e sociais. A forma como as atividades turísticas são

operacionalizadas refletem uma lógica de produção industrial capitalista e, portanto, produz exclusão social e espacial, pobreza e degradação ambiental (SANSOLO; CRUZ, 2003).

Assim, Sansolo e Cruz (2003) afirmam que o modelo de desenvolvimento que se quer alcançar é que deve ser enfatizado desde o início de planejamento. O fato do turismo ser capaz de gerar riqueza, postos de trabalho e movimentar diversos setores produtivos é de extrema relevância, contudo, os efeitos sobre os territórios explorados para este fim não podem ser esquecidos.

## **2.3 APLICABILIDADE DO TURISMO SUSTENTÁVEL**

O termo “aplicabilidade” segundo Kury e Rosa (2002), é a qualidade do que é aplicável e o termo “aplicável” significa o que pode ser aplicado; cabível. Diante desse conceito, o tópico a seguir tem como propósito apontar para uma reflexão crítica acerca dos aspectos teórico-metodológicos da sustentabilidade e sua aplicação na realidade das áreas de estudo.

### **2.3.1 O turismo no estuário do Rio Vaza-Barris.**

A distinção primordial na relação entre o homem e a natureza ocorreu na revolução científica do século XVI (SANTOS, 2010). No entanto, no período final da Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma grande transformação nessa relação homem/natureza, fatos estes decisivos para que o processo de sensibilização e conscientização dos seres humanos quanto às questões ambientais fosse impulsionado (MATOS, 2010). Semelhantemente tal processo alcançou as atividades do turismo, dado que a partir da década de 1970 as preocupações com o desenvolvimento econômico e a degradação do meio ambiente foram intensificadas e em decorrência disso, os discursos sobre a sustentabilidade, passaram a fazer parte das discussões sobre como os governos deveriam tratar o assunto sobre conservação ambiental e cultural (NEIMAN; RABINOVICI, 2010).

Da mesma maneira, tais discussões são pertinentes no estado de Sergipe, uma vez que possui 21.910,35 km<sup>2</sup>, diversidade paisagística e cultural e oito Bacias Hidrográficas (São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza-barris, Piauí-Fundo, Real Caieira/Abaís e Sapucaia) que expressam alta potencialidade turística, pois

Desde os anos oitenta do século XX, assiste-se a integração do Nordeste brasileiro ao turismo internacional. Entretanto, durante muito tempo, Sergipe quase permaneceu à margem o incremento do fluxo turístico que se processava no Nordeste, enquanto outros estados, como Alagoas e Rio Grande do Norte, despontavam como alternativas novas concorrendo com destinos já consolidados como Salvador, Fortaleza e Recife (AGUIAR, 1983 apud VILAR; ARAÚJO, 2010, p. 321).

Para ordenar o desenvolvimento do turismo em Sergipe os polos turísticos foram divididos e classificados de acordo com as peculiaridades de cada região, considerando o seu clima, traços geográficos, histórias locais e estrutura viária (SOUZA, 2006 *apud* BRAGHINI, 2009, p. 45).

O Polo Costa dos Coqueirais (figura 12) contam 163km de praias margeadas por dunas e cortadas por seis desembocaduras de rios (OLIVEIRA, 2008) e é nesse polo em que o estuário do Rio Vaza Barris está localizado. Segundo Braghini (2009, p. 48), esse polo foi focalizado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste I - PRODETUR para ampliação da infraestrutura que, por consequência, gerou a expansão da rede hoteleira de médio e grande porte e fomentou a atração de grandes contingentes tornando-o alvo de especulação imobiliária e loteamentos.

## Costa dos Coqueirais

*Instância de Governança:* Conselho de Turismo do Pólo Costa dos Coqueirais  
*Coordenador:* Secretaria de Estado do Turismo  
*Secretaria Executiva:* BNB - Banco do Nordeste do Brasil  
*Sede:* Aracaju



Figura 12 - Pólo Costa dos Coqueirais.

Fonte: Google. Disponível em: <http://www.se.gov.br/index/popUp/id/171/materia/682/largura/200/altura/262>  
 Acesso em: 24 de maio de 2014.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2007), o bioma de Mata Atlântica é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e abrange total ou parcialmente dezoito estados brasileiros. Especificamente no Nordeste, abrange também os encaves florestais e brejos interioranos.

As margens do estuário do Rio Vaza Barris são ocupadas, predominantemente, por manguezais que penetram até aproximadamente 20km, desde a foz até o interior, agrupados em bosques de borda e em ilhas, onde recebem influência das marés e visita das aves do litoral (SOUSA, 2012).

Em virtude desse aspecto, alguns pontos específicos do estuário do Rio Vaza-Barris, tais como: as áreas de estudo na figura 13, Orla Pôr-do-sol (A), a Ilha da Paz ou Crôa do Goré (B) e a Ilha do Paraíso (C), têm sido alvo de atração de visitantes nacionais e internacionais e pesquisadores devido a sua biodiversidade, beleza cênica e as possibilidades de lazer que lhes oferecem.



Figura 13 – Áreas de estudo  
Fonte: Acervo da autora (2014).

Compreendido entre os municípios de São Cristóvão, Itaporanga D'ajuda e Aracaju, o estuário do Rio Vaza Barris abrange uma área de 52,294km<sup>2</sup>, cujo rio principal (Vaza-Barris) possui uma extensão de aproximadamente 450km desde a sua nascente, situada no estado da Bahia, até sua foz (SIRHSE, 2012).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) caracteriza a foz do Vaza Barris como uma área de:

Grande diversidade da ictiofauna no estuário [...] aves migratórias, cavalo marinho (*Hippocampus hippocampus*), manguezais; ambiente importante nos processos de produção biológica da comunidade aquática regional (espécies que migram entre o estuário e a plataforma continental); presença de aves migratórias marinhas e litorâneas[...] (BRASIL, 2007, p. 715).

Contudo, a realidade que circunda a área de estudo apresenta entraves que dificultam a aplicabilidade das diretrizes bem intencionadas. Segundo diálogos informais com os empreendedores do ramo de turismo da Orla Pôr-do-sol, o período em que ocorre maior rotatividade de visitação turística na Ilhas da Paz e do Paraíso está compreendido entre os períodos comemorativos do final de ano e do Carnaval chegando a quantidade a variar entre 2.500 a 3.000 pessoas.

Segundo diálogos informais com os trabalhadores do local, esses pontos também são explorados nos finais de semana chegando a receber entre 200 a 300 visitantes pelo serviço de um empreendedor, somente. Sendo provável que esse número de pessoas seja maior, pois existem vários outros transportes marítimos que fazem serviço de traslado para os mesmos destinos. Como essas áreas são de fragilidade ambiental com prioridade alta, Dias (2002, p. 116) afirma que “[...] a maioria do recursos naturais formam ecossistemas frágeis, que demandam uma atenção continuada em períodos de alta concentração de visitantes”.

A maioria dos empreendedores trabalha de maneira independente e com transporte próprio. Com frequência o posto de informações turísticas localizado na Orla Pôr-do-sol está fechado em períodos de frequente visitação e quando está em funcionamento o responsável não sabe dar informações. Isso demonstra o quão despreparado o poder público se encontra em se tratando do planejamento sustentável do turismo e políticas públicas que, de fato, tenham interesse na continuidade da prática do turismo de maneira que satisfaça os visitantes e a comunidade ao mesmo tempo em que assegure a conservação do meio ambiente.

No que se refere aos crimes ambientais que ocorrem no estuário do rio Vaza-Barris, a fiscalização é incumbência da Polícia Ambiental de Sergipe por meio do patrulhamento fluvial que se encarrega de monitorar e deter os crimes em todos os rios navegáveis, inclusive o rio Vaza-Barris. Contudo, diálogos informais com um dos representantes da Polícia Ambiental, o patrulhamento não tem exercido sua função no estuário por falta de recursos, sendo que desde a construção da ponte Joel Silveira, que liga os municípios de Aracaju à Itaporanga D'ajuda, a fiscalização feita só detêm crimes como: aterro de lagoas e extração de areia.

Outra problemática encontra-se na ausência de uma estrutura organizacional eficiente que sustente a gestão do turismo nessa área de estudo. Pois, conforme o coordenador da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), as primeiras políticas públicas voltadas para o turismo em Sergipe surgiram depois da criação da Secretaria de Cultura e Turismo no período do governo de Albano Franco, visto que era uma secretaria de pequeno porte, a exemplo da EMSETUR que foi criada com a finalidade de ser o órgão oficial do turismo do Estado, restrita apenas à promoção e marketing de Sergipe cabendo aos municípios serem os responsáveis por medidas de controle e monitoramento dos impactos ambientais provenientes da atividade turística que acontece em seus territórios. Ou seja, não há um órgão que esteja incumbido de gerir as atividades turísticas em toda sua totalidade. Segundo Ab'Saber

Dos vários problemas que ameaçam a qualidade ambiental e paisagística do litoral brasileiro, o turismo predatório se configura como uma ameaça às áreas naturais remanescentes. Em várias localidades do país como, por exemplo, o Balneário Camboriú em Santa Catarina, o turismo e o veraneio de final de semana comprometeram os seus ecossistemas com a construção de infraestruturas inadequadas, destruição de dunas, poluição das águas, supressão de manguezais para dar lugar a marinas e loteamentos (Ab'SABER, 2005 *apud* OLIVEIRA; 2008, p. 11).

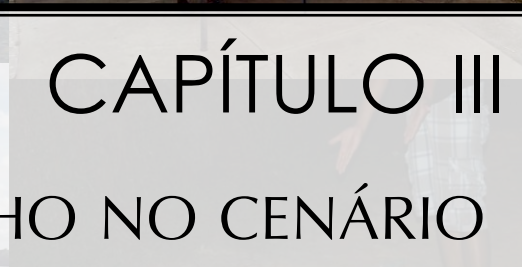
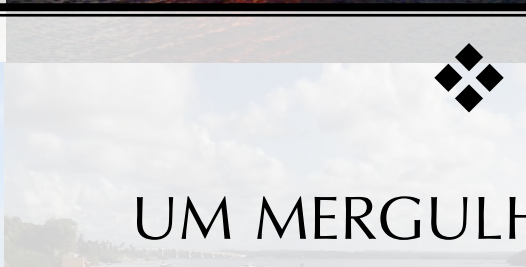
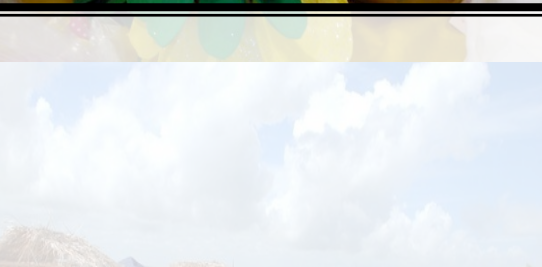
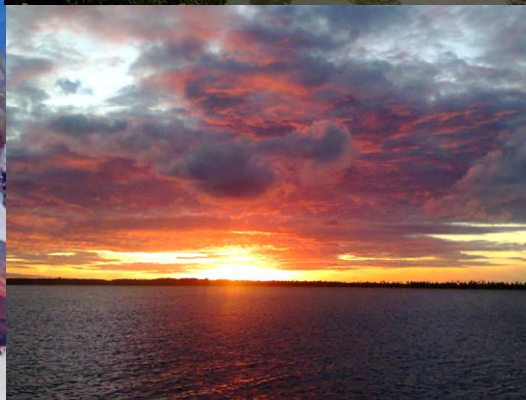
O cenário apresentado acima mostra que, se as condições atuais permanecerem, o turismo na região estuarina do rio Vaza Barris poderá ser insustentável, uma vez que o turismo tem potencial para a degradação dos recursos naturais, culturais e sociais, principalmente quando o seu planejamento é inapropriado e os gestores não têm interesse genuíno pelo desenvolvimento do turismo além do lucro (NEIMAN; ROBINOVICI, 2010).



Quanto ao planejamento, Dias (2002) é enfático ao afirmar que as áreas costeiras sempre foram o destino turístico que predominou na preferência dos turistas, sendo que os problemas ligados aos efeitos negativos do turismo nelas sempre estiveram ligados a falta de planejamento.

Infelizmente, somado a esse problema, o turismo de massas que é segmento turístico que predomina no Estado e que tem sido comercializado como ecoturismo, segmento este que propõe um turismo alternativo ao convencional e vem atingindo sucesso no campo publicitário e possivelmente pode atrair investimentos por consequência (OLIVEIRA, 2008).





## CAPÍTULO III

### UM MERGULHO NO CENÁRIO



## CAPÍTULO 3 - UM MERGULHO NO CENÁRIO

### 3.1 O CAMINHO PERCORRIDO

Para a construção dessa pesquisa, o primeiro ano do mestrado (período em que se cursa as disciplinas obrigatórias e optativas) foi fundamental para o levantamento bibliográfico bem como a participação nos seminários integradores e no teste de qualificação. Todas essas etapas com as orientações obtidas proporcionaram o aperfeiçoamento deste estudo.

O segundo ano do mestrado foi dedicado a escrita mais aprofundada da dissertação. Simultaneamente, o levantamento bibliográfico também era feito visto que enquanto a pesquisa ia desenvolvendo tornavam-se necessária novas buscas a fim de fundamentar o que estava sendo investigado.

Vale ressaltar que o reconhecimento das áreas de estudo foi feito anteriormente à aprovação da pesquisadora no processo seletivo do mestrado. No ano de 2012, foi realizada uma visita de campo para o reconhecimento das áreas, a fim de perceber como se dava a dinâmica das atividades turísticas e identificar os equipamentos e serviços turísticos existentes.

No intuito de fazer com que a metodologia do estudo atendesse de forma mais adequada aos objetivos da pesquisa, foi decidido no decorrer do processo de orientação que a pesquisa de campo seria pertinente juntamente com a pesquisa de documental.

Swarbrooke em seu livro intitulado “Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental” afirma que a natureza política do debate do turismo sustentável significa que o este turismo refere-se a quem tem o poder, ou seja, “[...] comunidades locais, governos, a indústria do turismo e os turistas – e como eles o utilizam” (2000, p. 64). Dessa forma, a ida à campo teve-se a grupos específicos com o objetivo de entrevistá-los guiados por roteiros (Apêndice A) para nortear as perguntas.

A amostra foi classificada por grupos assim caracterizados: **Grupo 1** - responsáveis pela gestão do turismo; **Grupo 2** - responsáveis pela gestão ambiental; **Grupo 3** - moradores da comunidade do Mosqueiro e o **Grupo 4** - trabalhadores do segmento turístico. Todavia, alguns setores que não estavam no escopo do planejamento da pesquisa tiveram de ser

contatados para diálogos informais a fim de preencher algumas lacunas nas informações, dentre eles: a SEPLAN (no dia 9 de julho), EMURB (14 de julho), o IBAMA (22 de setembro), a FUNCAJU (10 de junho) e a Capitania do Portos de Sergipe (01 de setembro). Contudo, nem todos setores forneceram as informações solicitadas.

### 3.1.1 A Gestão para o Turismo Sustentável em Sergipe

Swarbrooke (2000) alega que os setores públicos são fundamentais para facilitar o crescimento de formas mais sustentáveis de turismo, podendo trazer grandes benefícios sociais, econômicos e ambientais se for bem administrado. Sendo assim, o **Grupo 1** foi o primeiro a ser contatado. Para isso foi solicitada a Secretaria de Turismo (SETUR)<sup>26</sup>, um agendamento de data possível para entrevista com o secretário estadual de Turismo. O contato com a SETUR foi feito via telefone ficando a entrevista marcada para o dia 6 de junho de 2014. No dia agendado, a apresentação deu-se por meio de carta assinada pela coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA).

A fim de não deixar lacunas nas informações para a pesquisa, foi informado na SETUR que o substituto do secretário, consultor de acompanhamento e avaliação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), poderia repassar todas as informações que fossem pertinentes a gestão do turismo no Estado.

As entrevistas foram feitas com os objetivos de: identificar o que eles entendem por turismo sustentável; levantar quais os documentos e planos são voltados para a prática do turismo sustentável no Estado; identificar de que forma eles executam esses documentos e planos; identificar se existe algum trabalho de educação ambiental com o setor de divulgação dos destinos turísticos; verificar quais meios são utilizados para a divulgação dos destinos

---

<sup>26</sup> Instância governamental de maior representatividade no estado de Sergipe que trabalha em parceria com a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). Tem como competência a responsabilidade com a política estadual de governo na área de turismo; o desenvolvimento turístico e respectivos incentivos; a ampliação e o melhoramento de espaços turísticos; a realização e organização de exposições, feiras e outros eventos de divulgação de potencialidades turísticas do Estado; a capacitação de mão-de-obra para o turismo; bem como outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares (Seção III, art. 36, da Lei Nº 7.116 de 25 de março de 2011).

turísticos e qual a periodicidade; levantar quais são as empresas que divulgam as áreas de estudo assim como obter informações sobre o fluxo turístico da área.

Após entrevista com o secretário substituto, algumas questões não foram satisfeitas e o mesmo recomendou que se buscasse informações junto a coordenação de marketing da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). No mesmo dia (06 de junho de 2014) foi possível entrevistar o coordenador de Marketing, o qual forneceu mais informações que puderam contribuir para a pesquisa. Todavia, os dados que pretendiam ser coletados não foram satisfeitos até aqui sendo necessário, no mesmo dia comparecer ao Cadastur<sup>27</sup> para verificar se os trabalhadores envolvidos com a atividade turística na Orla Pôr do Sol estavam devidamente cadastrados. Porém, o setor não tinha a informação específica sobre a Orla Pôr do Sol e novamente fora orientado que se buscasse outro órgão para satisfazer a questão, dessa vez a Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes (FUNCAJU) que também desconhecia o caso alegando não ser o setor pertinente para dar informações sobre a área.

Houve informações que se acreditava ser de competência específica da SETUR (órgão da esfera estadual), no entanto, dados importantes estavam fragmentados em outros setores da área de turismo. Inclusive, foi necessário comparecer à Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo (SEMICT) a fim de conseguir informações de forma mais precisa referente ao turismo nos locais em estudo.

#### **a) Regulamentação do turismo na Orla Pôr do Sol e nas APPs.**

Para identificar se havia alguma recomendação do Ministério do Turismo em forma de documentos ou planos voltados para o turismo sustentável sendo em executados nos órgãos competentes foram feitas entrevistas com os gestores de turismo. Como resultado das entrevistas notou-se que não existe nenhum documento que regulamente de forma específica o turismo na Orla Pôr do Sol e nas Ilhas. Existe apenas o **Projeto “Pôr do Sol de Aracaju”**<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Setor responsável pelo cadastro dos prestadores de serviços turísticos, que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em operação (TURISMO SERGIPE, 2014)

<sup>28</sup> Todos os dados sobre o Projeto foram fornecidos pela SEMICT via documento impresso durante a pesquisa de campo. Vale ressaltar que essa iniciativa foi tomada em consonância com a política de investimentos dos

elaborado pela SEMICT que nasceu da necessidade de implementar e incentivar o turismo local, almejando dar visibilidade e atrair turistas com vistas a tornar a Orla Pôr do Sol um ponto turístico de referência da cidade de Aracaju.

De acordo com o projeto, a proposta consistia em realizar ao cair da tarde dos sábados, no período de um ano, uma performance musical com acordeonista/sanfoneiro que tocaria durante 40 minutos o Bolero de Ravel e a música da Ave Maria no horário das 18h. O evento começaria com o sanfoneiro tocando dentro do barquinho (figura 14. A), navegando durante 30 minutos às margens do rio Santa Maria voltado para o calçadão da Orla tocando para o público que simultaneamente apreciariam o pôr do sol e as águas tranquilas do rio.

Em sequência dessa apresentação, o projeto propunha a apresentação de grupo folclórico a fim de valorizar as raízes e tradições do local com danças de samba de côco, reisado e quadrilhas (figura 14. B). Uma pequena feira nos arredores da Orla também estava prevista no projeto (figura 14. C) com exposições de artesanato (figura 14. D) e venda de comidas típicas (figura 14. E) nos arredores da Orla.

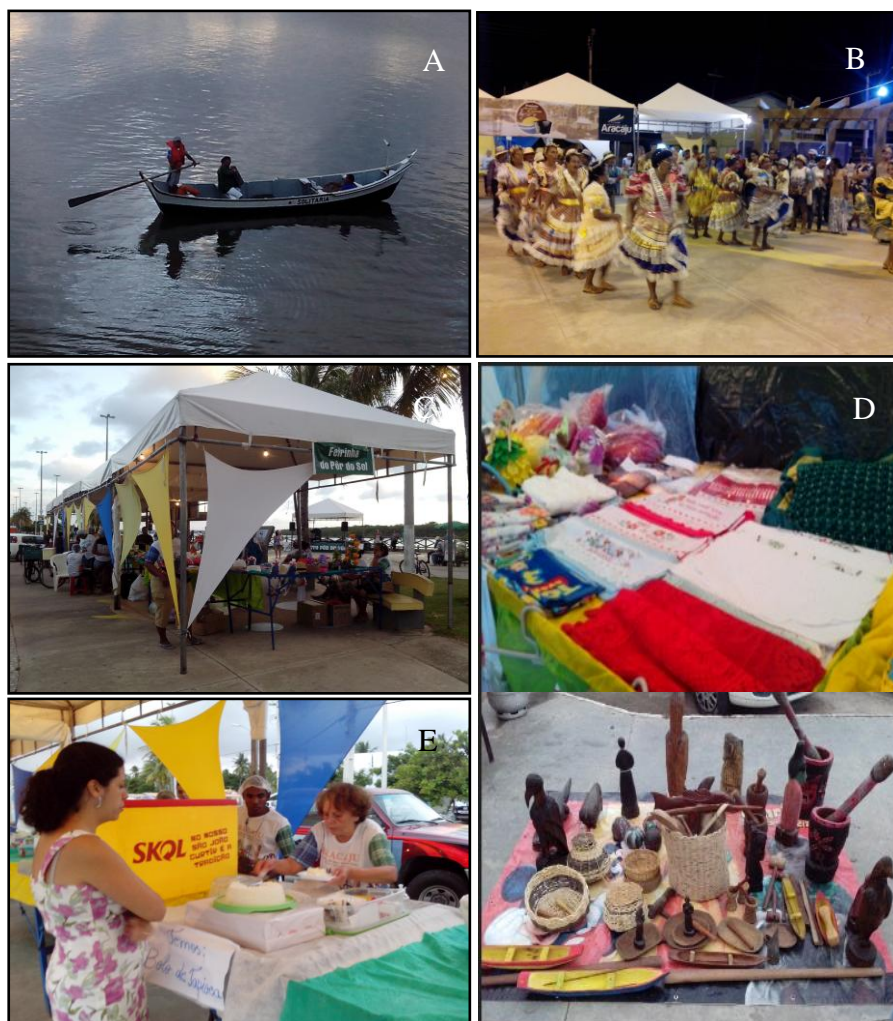


Figura 14 – Ações do Projeto “PÔR DO SOL DE ARACAJU”.  
Fonte: Acervo da autora, 2014.

A SEMICT destaca que essas ações fomentam e induzem o turismo no local ao atrair visitantes para apreciar a beleza natural do lugar, a música nordestina, o folclore, o artesanato e os quitutes da culinária regional produzidos pela comunidade. Assim sendo, acreditam também ter criado uma oportunidade de trabalho, renda e valorização do comércio já que os vendedores da feira e os envolvidos com as manifestações culturais são próprios da comunidade do Mosqueiro. Todavia, foi possível constatar que somente alguns moradores da região participam diretamente dos benefícios econômicos que o projeto proporciona.

Quanto aos demais documentos que remetem a regulamentação do turismo no Estado, os entrevistados citaram que as únicas formas de regulamentação da atividade turística se



davam por meio do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável Turismo de Sergipe** (2009-2014).

O **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009-2014)** é uma política de governo considerada a norteadora para que o estado de Sergipe se torne um “destino”. Foi criado como objetivo geral de consolidar o turismo no Estado de Sergipe como estratégico para o desenvolvimento sustentável.

Para a SETUR, este Plano

constitui-se numa ferramenta cotidiana daqueles que trabalham na perspectiva de um novo modo de desenvolvimento, em que as ações se articulam em redes tecnológicas e de proximidade, em que a informação e o conhecimento determinam as mudanças, em que cultura, ideias e cooperação geram a inteligência coletiva capaz de conciliar o desenvolvimento global e o local (SERGIPE, 2009, p. 19).

Esse documento aponta que as ações que norteiam o Governo de Sergipe são movidas por valores que induzem a melhoria da vida das populações, oferecendo possibilidades de benefícios coletivos, promoção da cidadania e fortalecimento da identidade cultural. Para tanto, demonstra a necessidade de que essas ações sejam incorporadas ao conjunto das políticas públicas e operem a partir de processos de planejamento e gestão descentralizada, cooperado, participativo (SERGIPE, 2009).

Para que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 fosse construído, uma série de etapas tiveram de ser cumpridas cujo resultado final reflete um modelo de desenvolvimento “[...] que demonstra ser socialmente justo e inclusivo conforme os princípios da sustentabilidade” (SERGIPE, 2009, p.26).

O processo de elaboração do Plano foi feito por meio de consultas e debates com os representantes dos Territórios Sergipanos, técnicos e gestores públicos, trade turístico, instituições de ensino superior (IES) que resultaram em proposições estruturadas cujo eixo central de desenvolvimento remetia a “inclusão pela renda” ramificado em macroprogramas tais como: Planejamento e Gestão, Competitividade do Turismo, Infraestrutura Básica e

Turística e Promoção e Apoio à Comercialização apresentando pontos fortes, críticos e os desafios de cada um.

Ao que mais interessa ao estudo em questão, cabe salientar que após análise do documento “a inexistência de normatização das atividades turísticas no Estado e nos Territórios” foi um dos pontos críticos no eixo político que contribuiu para a elaboração do Plano sendo que ainda nesse eixo um dos desafios concentrava-se em “[...] realizar movimento para a Lei Geral do Turismo” (SERGIPE, 2009, p.29).

No eixo Planejamento e Gestão, o ponto crítico pertinente ao presente estudo demonstra “baixa participação das comunidades locais no processo de decisão das políticas públicas” e como desafios este eixo apresenta que “[...] comprometer as instâncias de poder – Governos, iniciativa privada, organizações sociais, agentes de mercado – com o processo de desenvolvimento do turismo sustentável em Sergipe” bem como “[...] melhorar a rede de comunicação/informação das organizações estaduais com o MTur, MMA/IBAMA, EMBRATUR, agências e comunidades, órgãos municipais de turismo e meio ambiente” e “[...] motivar o empresariado para os registros formais exigidos na Lei do Turismo” (SERGIPE, 2009, p.31).

O eixo Competitividade do Turismo possui como um dos objetivos estratégicos a “[...] construção de um turismo sustentável” (SERGIPE, 2009, p.59) e nele foram citados pontos críticos para a atratividade do turismo em Sergipe tais como: “[...] especulação imobiliária predatória que compromete o meio ambiente, a qualidade de vida dos moradores e consequentemente a atratividade dos destinos”; “[...] destinos orientados para o turismo de massa” e “[...] unidades de conservação sem plano de manejo”. No que se refere a qualificação dos equipamentos e serviços turísticos, os pontos críticos apontados foram: “[...] baixa capacidade por parte das estruturas comerciais públicas e privadas, na sua maioria, em atender as necessidades do turista, quanto à aquisição de produtos artesanais: embalagens não apropriadas”; “[...] desconhecimento por parte dos vendedores da origem, matérias e técnicas de produção relacionadas aos produtos artesanais”; “[...] hotéis, bares e restaurantes com pouca mão de obra qualificada” (SERGIPE, 2009, p. 32-33).

Os desafios desse eixo para a atratividade do turismo sugerem “[...] formatar programa de educação para o turismo que permita a população conhecer a importância socioeconômica

da atividade turística”, “[...] fomentar a elaboração de Planos de Manejo e Uso Público nas Unidades de Conservação e áreas protegidas” e para a qualificação dos equipamentos e serviços turísticos sugerem “[...] assegurar educação profissionalizante para os prestadores de serviços turísticos” e “[...] qualificar/requalificar guias e condutores de turismo” (SERGIPE, 2009, p.33).

Quanto ao eixo Infraestrutura Básica e Turística, os pontos críticos apresentados referem-se a “[...] problemática dos centros urbanos e orlas: coleta de lixo, saneamento, poluição visual e sonora, falta de segurança, etc.”; “[...] atracadouros existentes com nível baixo de segurança e entorno sem infraestrutura desejável – banheiros, locais de lanche e consumo de água e urbanização”; “[...] locais de venda de produtos artesanais e outros produtos locais, na sua maioria, sem atratividade, embalagens precárias, produtos de baixa qualidade”. Em relação aos desafios, um deles indica a necessidade de “[...] estruturar os ancoradouros e serviços complementares nos atrativos turísticos às margens dos rios” (SERGIPE, 2009, p.34).



Figura 15 – Atracadouro interditado na Orla Pôr do Sol.

Fonte: Adiel, 2014.

Esses pontos críticos ainda são passíveis de consideração pois no que se refere a realidade local a que esse estudo se propôs observar, o atracadouro da Orla Pôr do Sol não está em boas condições de uso (Figura 16), causando transtorno ao embarque e desembarque de passageiros que se utilizam dele para a travessia provocando uma imagem deteriorada do destino turístico.

Por fim, o eixo Promoção e Apoio à Comercialização apontou como um dos desafios “[...] promover programas de educação ambiental, patrimonial e educação para o turismo” (SERGIPE, 2009, p. 36). Todas essas estratégias delineadas pelo Plano demandou recursos gerenciais, financeiros e técnicos que estimulou o governo a negociação de recursos externos.

O Plano apresenta ainda a estrutura da gestão do turismo em Sergipe que são compostas pela EMSETUR (com a competência de promover a “imagem Sergipe”), Coordenadoria de Turismo (responsável por articular as esferas de poder público e particular), Unidade de

Coordenação de Projetos do PRODETUR NACIONAL/SE (atua de modo cooperado e compartilhado com a Coordenadoria de Turismo e a EMSETUR) e o Fórum Estadual de Turismo (órgão colegiado com a finalidade de avaliar, validar, e executar o desenvolvimento a política estadual de turismo).

No tocante a sustentabilidade do turismo o documento relata que

a política estadual do turismo, estruturada a partir de políticas públicas globais e das interfaces administrativas com demais órgãos governamentais, garantirá os desenvolvimentos harmônicos e sustentável, que contemplem a preservação do meio ambiente natural e cultural [...] (SERGIPE, 2009, p. 49).

Diante dessas análises, nota-se que as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade do turismo, ao menos, alcançou as discussões nos órgãos competentes para sua gestão. Esse passo é indispensável para que de fato elas sejam implementadas, porém o Plano com sua validade limitada até o ano de 2014, ainda se percebe com ações locais sem implementação.

#### **b) Meios de divulgação dos destinos Orla Pôr do Sol, Ilha do Paraíso e Crôa do Goré e o fluxo turístico.**

A fim de identificar quais meios de divulgação eram utilizados para a promoção do turismo no local uma entrevista foi realizada com o coordenador de marketing da EMSETUR, Carlos Nascimento. O mesmo informou que é a EMSETUR quem divulga as informações mas é a Assessoria de Comunicação quem veicula.

Os meios utilizados para divulgação são: a internet (pelo site específico da EMSETUR: [www.conhecasergipe.com.br](http://www.conhecasergipe.com.br) ou [www.turismosergipe.net](http://www.turismosergipe.net)); Feiras de Eventos nacionais e internacionais (com periodicidade mensal); Workshops; Coletânia Sergipe Trade Tour (publicação anual da S&Z Comunicação); Revistas de bordo (Azul, da TAM, TRIP, GOL, PAN ROTAS, BRASIL TURIS); jornais e revistas especializadas. As demais empresas que comercializam as áreas de estudo são agências receptivas de turismo como: Nozes Tur; TopTur; Edson Tur; Crystal Tur (Receptivo) e MFTUR.

As figuras 16 a 22 mostram alguns folders, cartilhas, panfletos, cartões de visitas, catálogos e revistas que puderam ser coletados nas visitas aos órgãos de turismo e que são utilizados para a divulgação das áreas de estudo.



Figura 16 – Catálogo “Sergipe trade tour”, Ed. 09 (2011/2012).  
Fonte: Acervo da autora, 2014.



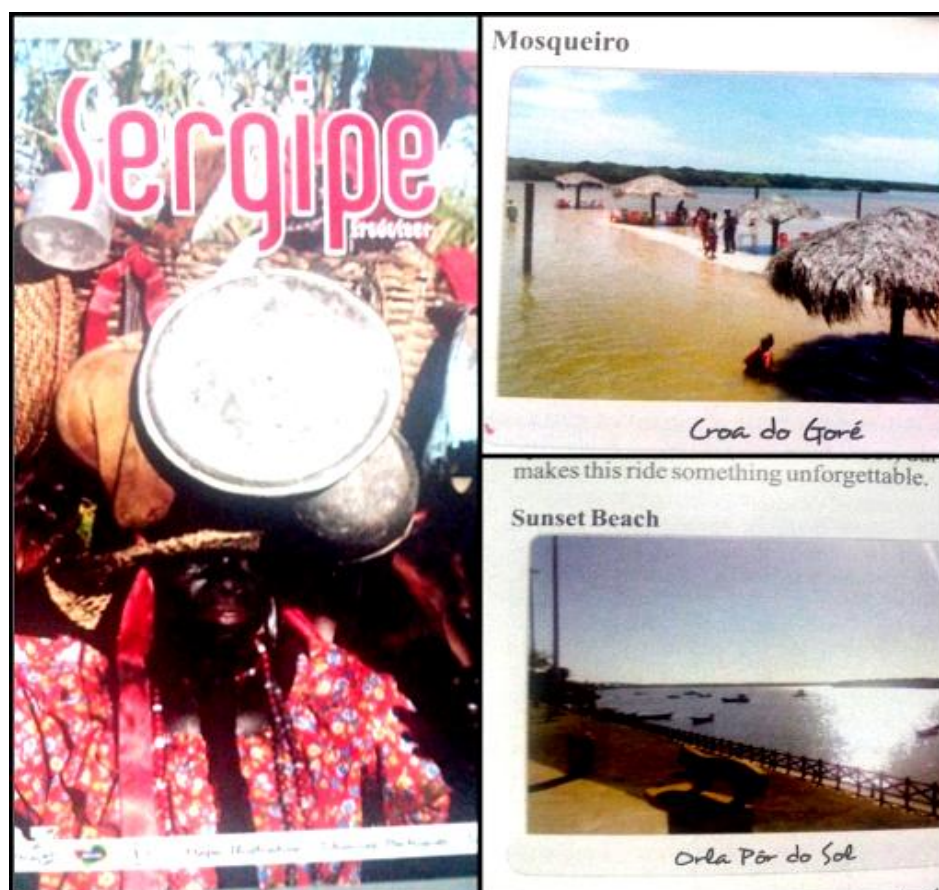


Figura 17 – Catálogo “Sergipe trade tour”, Ed. 11 (2013/2013).  
Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 18 – Mapa Turístico do ano de 2011.  
Fonte: Acervo da autora, 2014.

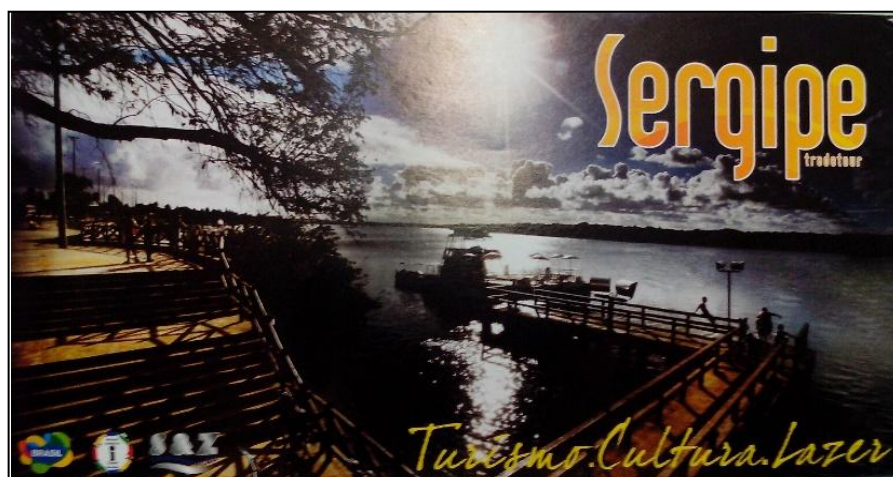


Figura 19 – Mapa Turístico “Sergipe Trade Tour, 2012.

Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 20 - Divulgação pela agência MFTUR.

Fonte: Acervo da autora, 2014.





Figura 21 - Divulgação das áreas de estudo no Catálogo de destinos turísticos "Sergipe Encantador".  
Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 22 - Alguns cartões de visita dos serviços de traslado.  
Fonte: Acervo da autora, 2014.

A Orla Pôr do Sol e a Ilha do Paz (Crôa do Goré) são os destinos mais divulgados em relação a Ilha do Paraíso (Praia do Viral). Segundo o coordenador de marketing da EMSETUR, esse fato deve-se a pouca infraestrutura e atratividade turística que a Ilha oferece.

No que tange ao controle de fluxo turístico das áreas, os gestores informaram que não existe um estudo específico quanto ao índice de incidência de turistas nas localidades. O que



existe é um posto de informações turísticas que passa todas as informações sobre reclamações do atendimento aos turistas, limpeza da Crôa do Goré, etc. para a SEMICT. Conforme constatação em pesquisa de campo, esse posto de informações possui estagiários da área de turismo e mais uma pessoa da comunidade que, segundo o secretário da SEMICT, foi escolhida pela necessidade de trazer alguém mais próximo dos problemas do turismo na comunidade.

O secretário explicou ainda que o posto dá as informações sobre os passeios e pedem para que eles respondam um questionário antes ou depois do passeio a fim de saber quais os motivos que os trouxeram até a Orla Pôr do Sol, dentre outras questões (figura 23).

Formulário de Pesquisa de dados para o turismo de Aracaju		
1. Motivo da Viagem:		
<input type="checkbox"/> Turismo	<input type="checkbox"/> Convenção	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Negócios	<input type="checkbox"/> Férias	
2. Meio de transporte:		
<input type="checkbox"/> Automóvel	<input type="checkbox"/> Navio	<input type="checkbox"/> Avião
<input type="checkbox"/> Ônibus/Trem	<input type="checkbox"/> Outros	
3. Pretende voltar, SIM ( <input type="checkbox"/> ) ou NÃO ( <input type="checkbox"/> )? Porquê?		
<hr/>		
<hr/>		
4. Residência Permanente ( Informe sua cidade, estado ou país):		
<hr/>		
5. Contato (e-mail, telefone, etc):		
<hr/>		
6. Pontos fortes a serem ressaltados sobre a cidade de Aracaju:		
<hr/>		
<hr/>		
<hr/>		
<hr/>		
7. Pontos de melhoria a serem ressaltados sobre a cidade de Aracaju:		
<hr/>		
<hr/>		
<hr/>		

Figura 23 – Questionário aplicado aos turistas na Orla Pôr do Sol.  
Fonte: Acervo da autora, 2014.

Todavia esse questionário demonstra ser inadequado a realidade sergipana visto que o próprio secretário adjunto da SEMICT afirmou que devido a secretaria possuir uma estrutura ainda pequena, ainda não tem um departamento de estatística que possa fazer o levantamento quantitativo dos dados da pesquisa. Outro ponto a ser citado é que a cidade de Aracaju não possui trem como transporte de tráfego. Então, por que perguntar ao turista se ele veio por meio desse meio de transporte? Esses apontamentos revelam que a estratégia de pesquisa foi impensada e provavelmente reproduzida de um modelo de questionário aplicado em outro estado.

### **c) Educação Ambiental dos moradores e turistas na Orla Pôr-do-Sol**

Nas entrevistas com os gestores de turismo foi questionado se era realizada algum tipo de ação para conscientizar os moradores da comunidade do Mosqueiro e os turistas quanto a necessidade de conservação e importância ambiental das APPs.

As informações obtidas não foram positivas. Segundo o secretário de turismo substituto no dia da pesquisa de campo, o que existe é uma ação geral prevista por um Plano entre a SETUR e SEMARH que é um dos objetivos do PRODETUR. Esse plano abrange apenas os polos do Velho Chico e o Costa dos Coqueirais e neles estão previstas ações de educação ambiental para serem executadas nos 5 anos do plano do PRODETUR. Ao ser finalizado e aprovado será feita a contratação com previsão para o ano de 2015, o que irá contemplar todas as áreas, inclusive a Orla Pôr do Sol.

Ele afirma que o plano foi criado com objetivo de tornar o turismo sustentável

A preocupação da Secretaria de Turismo com o meio ambiente é tão grande que a questão ambiental é um dos componentes mais importantes da nossa matriz de investimento da PRODETUR com ações de coleta de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, educação ambiental, combate a erosão de rios. Todos esses detalhes podem ser consultados no PDITS com detalhes de todas as ações do polo costa dos coqueirais. Como a gente não pode apenas utilizar um equipamento ou um atrativo turístico todas as ações de educação ambiental serão alocadas em todos os municípios dos dois polos sem exceção. A preocupação ambiental é importante, não é só nossa, é também da SEMARH e do banco - a questão ambiental é muito forte nas ações do Banco, tudo que é feito tem que ser feito com o mínimo de agressão ao meio ambiente, com o máximo de cuidado e atendendo as normas dentro das exigências do país bem como atendendo o que a ADEMA vai elencar nos pedidos de licença ambiental. A preocupação é grande por isso ele faz parte

de um dos componentes mais importantes do nosso material de investimentos” (Consultor de acompanhamento e avaliação do PRODETUR, em pesquisa e campo, 2014).

As informações, nesse sentido, divergiram quando questionado à EMSETUR e à SEMICT. Ambos informaram não haver nenhuma ação voltada para educação ambiental alegando que tal competência cabia, exclusivamente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). Todavia, não foi o que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe (2009-2014) propôs quando fora elaborado.

#### **d) Concepções acerca do turismo sustentável**

É salutar para este trabalho sobre a análise da sustentabilidade turística, trazer o que os gestores de turismo entendem por turismo sustentável uma vez que todas as ações executadas pelo homem precede um modelo de interpretação imbuído de pressupostos ideológicos e crenças particulares.

Schaeffer (2003, p. 48-49) explana acerca dos problemas ambientais que “[...] o problema não é o crescimento da população isoladamente nem o desenvolvimento técnico isoladamente - estes podem ser administrados. O problema [...] é a filosofia com a qual o homem tem contemplado a natureza”. Semelhante a essa linha de raciocínio, presumiu-se que o problema da sustentabilidade do turismo teria seu entrave principal na filosofia com a qual os gestores concebem a ideia de turismo sustentável, e não necessariamente com a prática efetiva de ações voltadas para a educação ambiental, conservação das APPs ou limpeza do Rio Vaza Barris entre outras.

Abaixo segue as falas dos gestores de turismo quando fora questionado sobre o que cada um compreendia sobre turismo sustentável

Nós temos que buscar a sustentabilidade [...] A gente tem que pensar em desenvolver de uma forma que possa ter projetos na estrutura turística para que seja de forma continuada [...] A gente tem contemplado não só a limpeza como a qualificação e o aperfeiçoamento. A gente sabe que precisamos desenvolver e que não é fácil, mas, temos buscado isso não só com o Projeto Orla Pôr do Sol, mas com o Projeto Marinete do Forró, o projeto lá no Mercado com várias apresentações, entre outros [...] Cada vez mais a gente

está em ascensão. A Orla Pôr do Sol é um equipamento turístico novo mas que precisa ter um resgate da cultura, um resgate ambiental, ecológico de toda essa área. Então, o que foi que a gente fez? A gente buscou promover ações que pudessem incrementar a Orla, mas não de forma que a degradasse mas de uma forma que a gente pudesse trazer um público que pudesse tirar o fim do projeto [...] (Secretário Adjunto da SEMICT. Pesquisa de campo, 2014).

Veja, eu não sou turismólogo. Eu sou economista. Sustentabilidade é um conceito multifacetado e independentemente de qualquer área existe alguns pontos de convergência um deles é que sustentabilidade não é só uma ação que se propague por períodos de tempo, a ação da sustentabilidade tem uma continuidade no tempo mas que seja, sim, uma sustentabilidade que [...] seja positiva socialmente e que empregue o mínimo de impactos ambientais. Então, o turismo sustentável é aquela atividade econômica (porque o turismo nada mais é do que uma atividade econômica) que exerça um papel fundamental de inclusão social com o mínimo de agressão ao meio ambiente. Então, sem esses dois aspectos não há como ter um conceito de turismo sustentável e, especialmente, numa visão mais de desenvolvimento sustentável, as atividades que provém dele deve ser feitas hoje visando o futuro [...] Não adianta achar que as atividades do turismo sejam boas pra agora e não prevê quais são os impactos dela no futuro até para as outras gerações que serão herdeiras desse legado. Sem esses três aspectos: ser socialmente incluyente, ser ambientalmente responsável e ter uma perspectiva de preservação das gerações futuras não há como ter sustentabilidade, isso não só no turismo mas como qualquer outra área. A secretaria está caminhando com essa visão de sustentabilidade (Secretário de turismo substituto no dia. Pesquisa de campo, 2014).

Particularmente, eu não gosto nem de separar o turismo da sustentabilidade ou colocar o turismo sustentável como uma categoria à parte ou segmento. Ou o turismo é sustentável ou ele não é turismo. Mesmo que a atividade turística aconteça num ambiente urbano é possível buscar a sustentabilidade ambiental e social. Por exemplo, eu posso comprar produtos de origem de comércio justo e colocá-lo nas decorações, no caso, em hotéis, restaurantes ou seja lá o que for. Há sempre um meio de espalhar a sustentabilidade. Outra coisa é incentivando a prática sustentável do próprio turista. Existe um ministério que é o passaporte verde que incentiva essa pratica. Eu posso incentivar aqui em Aracaju o uso das bicicletas que hoje estão espalhadas para aluguel. Há diversos modos pelo qual o turismo pode se desenvolver, mas a sustentabilidade sempre deve estar em foco. Eu sempre digo, ou o turismo é sustentável ou não é turismo (Coordenador de marketing da EMSETUR. Pesquisa de campo, 2014).

Como fora discutido no capítulo dois, o turismo sustentável é um conceito amplo em que ainda não há consenso quanto a uma definição que o esgote, sendo recomendado que não

seja discutido em termos de ser alcançável ou não. A imprecisão desse conceito torna-se ainda mais perceptível nas falas dos gestores de turismo visto que algumas foram vagas, outras remetem ao consumo sustentável e práticas isoladas e outras como uma utopia a ser alcançada. Contudo, convergem na ideia da necessidade de promover a proteção do meio ambiente, promoção da cultura local e no retorno econômico para os envolvidos com a atividade turística.

Apesar dos elementos similares na suas concepções, a aplicabilidade deles parece um tanto dificultosa se enquadrando num ideal utópico com pouca força de implementação. Tal fato pôde ser observado nas pendências das políticas públicas para o turismo sustentável no Estado descritas no tópico anterior.

### 3.1.2 A Gestão Ambiental para o Turismo na Orla Pôr Do Sol, Ilhas da Paz e Ilha do Paraíso

No roteiro de entrevistas, os gestores do meio ambiente foram classificados como **Grupo 2**. Os órgãos contatados em busca dos gestores foram: a SEMARH (no dia 25 de junho), SEMA (no dia 21 de agosto) e a ADEMA (no dia 1 de setembro) e o agendamento feito via telefonemas, WhatsApp Messenger<sup>29</sup>, e-mails e a apresentação era sempre realizada por meio de Carta assinada pela coordenação do PRODEMA.

As entrevistas tinham o objetivo de: identificar se existia algum programa de uso público para os visitantes das APPs; identificar se havia algum projeto de educação ambiental na Orla Pôr-do-Sol para os visitantes; levantar documentos que retratem os impactos ambientais nas APPs e, por fim, verificar quais medidas são tomadas para regulamentar o uso das APPs.

Em entrevista com o secretário da SEMARH, foi alegado que não havia nenhuma regulamentação propriamente dita para as APPs do corrente estudo. Como a SEMARH faz parte da esfera estadual, o mesmo afirmou que as APPs são de legislação federal.

---

<sup>29</sup> É um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS.

Já na entrevista feita junto a SEMA, o secretário informou que a Crôa do Goré pertence ao município de São Cristóvão, sendo a responsabilidade de regulamentá-la incumbência do município que a comporta. No que se refere a Praia do Viral (Ilha do Paraíso), informou que ela integra uma Área de Preservação Ambiental estadual, que não tem plano de manejo nem conselho gestor e que os gestores responsáveis pela área estão na SEMARH. Contudo, o secretário declara que a SEMA tem cooperado com a fiscalização por meio da SMTT mantendo o controle do tráfego de veículos, mas enfatiza que o domínio da área e a responsabilidade é do Estado de Sergipe.

Ratificando a informação, a resposta da ADEMA foi negativa declarando que não há regulamentação das APPs do estuário para o uso turístico, o que existe são os instrumentos do processo de licenciamento ambiental que dizem, através de legislações, quais são as atividades obrigatórias para licenciamento ambiental e outras legislações que tipificam as atividades que devem ser licenciadas. O licenciamento ambiental cabe à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) que possui a função de não apenas licenciar, mas fazer fiscalização e monitoramento ambiental. Nesse sentido, a SEMA alegou estar aumentado a fiscalização e iniciando um trabalho de conscientização com os atores locais que trabalham diretamente com o turista e com os serviços turísticos para minimizar os impactos.

Quanto as ações voltadas para educação ambiental, o secretário da SEMA informou que existem atividades sendo feitas em toda a Zona de Expansão, por meio de uma equipe que tem trabalhado nas escolas municipais e também em uma fiscalização preventiva devido à grande ocupação recente que tem causado pressão na Zona de Expansão. Informa também que

nós fizemos um planejamento para atingir todos as escolas do Município e estamos indo passo a passo. Existe algumas escolas ali que já foram priorizadas devido a um projeto específico da Caixa e nós pretendemos ampliar com algumas ações também na Orla do Pôr do Sol. Algumas intervenções estão sendo elaboradas pela equipe de educação ambiental para trabalhar a escola, o local de lazer, a moradia e ações de conscientização.

Frente a essas declarações, nota-se que não há nenhum documento que regule a visitação turística nas áreas de estudo nem ações efetivas de educação ambiental para os moradores da comunidade do Mosqueiro e dos visitantes/turistas. As incumbências dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental transpareceram-se mal definidas quando se tratou das APPs em estudo causando divergências nas informações.

### 3.1.3 O turismo e a comunidade do Mosqueiro

Os moradores do Povoado Mosqueiro foram classificados nos **Grupos 3**. Os questionários foram aplicados a um total de 47 pessoas da comunidade nos dias 26 e 27 de junho, 4, 5 e 8 de julho e 6 de agosto de 2014. No momento da abordagem para a aplicação dos questionários foi esclarecido a procedência da pesquisa por intermédio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A) e logo após tomarem ciência da finalidade do estudo, assinaram o termo concedendo que as informações dadas fossem divulgadas para fins científicos prezando o sigilo de suas identidades.

As perguntas do questionário pretendiam identificar se a comunidade compreendia a fragilidade ambiental do estuário do Rio Vaza Barris; se a construção da Orla Pôr do Sol interferiu de forma negativa os seus modos de vida; se o crescimento do turismo na localidade trouxe insatisfação aos moradores; assimilar aspectos sociais, econômicos e ambientais antes da construção da Orla Pôr-do-Sol e conhecer qual tipo de relação da comunidade tem com o Rio Vaza-Barris.

Para obter essas informações foi necessário identificar antecipadamente o tempo de moradia dos moradores (Figura 24) a fim de conseguir dados baseados na experiência de vida dos mesmos.

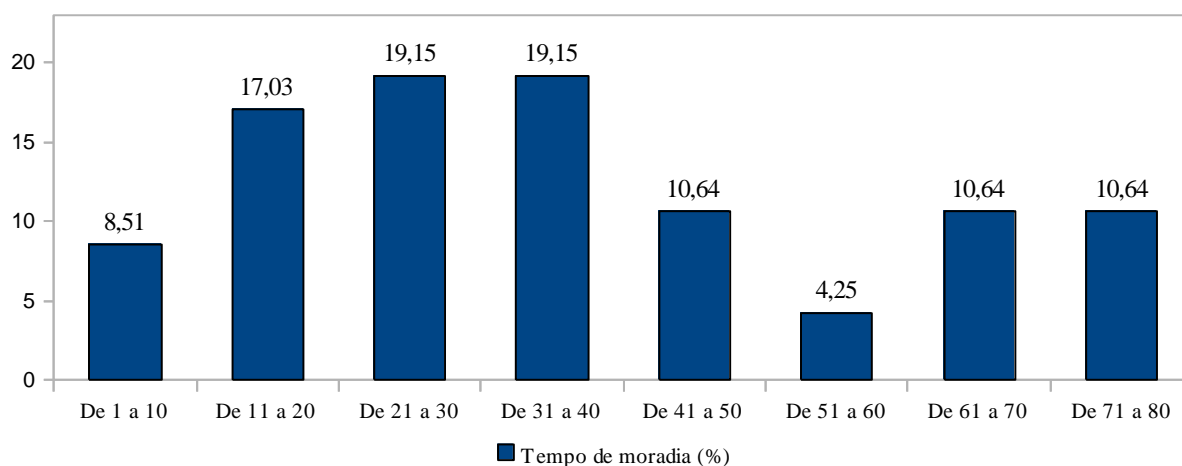


Figura 24 – Tempo de moradia no Povoado Mosqueiro  
 Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.

A pesquisa demonstrou que 38,30% dos entrevistados possuía entre 21 a 40 anos que moravam na comunidade do Mosqueiro, o que pôde dar mais respaldo aos dados coletados visto que o tempo de convivência nas áreas de estudo dariam conhecimento de causa para responder as demais questões.

Quando os entrevistados foram questionados sobre suas percepções acerca das fragilidades do Rio Vaza Barris eles responderam diversos fatores que prejudicavam sua conservação, como segue:

CATEGORIA AMBIENTAL	RESPOSTAS	FREQUÊNCIA (%)
Lixo (resíduos sólidos)	18	25
Esgoto (escoamento inadequado)	10	14
Falta de conscientização ambiental	10	13,9
Falta de fiscalização	8	11,2
Uso de lanchas e jet ski	6	8,4
Destruição de mangues e desrespeito à fauna	3	4,1
Construção de casas no leito do rio	1	1,4
Ausência de ações e projetos conscientizadores da conservação do meio ambiente	7	9,5
Dejetos de óleo	2	2,7
Indiferente	1	1,4
Nenhuma	6	8,4

Quadro 8 – Quais as fragilidades ambientais do estuário do Rio Vaza-Barris?  
 Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.



De acordo com o quantitativo de respostas, nota-se que o lixo foi considerado o fator mais agravante para os impactos ambientais que fragilizam a conservação do Rio Vaza Barris com frequência de respostas no total de 25%. As reclamações mais recorrentes alegavam que as agressões ao Rio decorriam, principalmente, dos visitantes/turistas que transitavam no rio com suas lanchas em alta velocidade sem preocupação com o equilíbrio da fauna aquática nem com a limpeza do rio prejudicando a pesca de muitos que exercem essa atividade como complementar a sua renda.

Nesse mesmo quesito fora citado que alguns eventos náuticos são promovidos defronte Orla Pôr do Sol sem a existência de qualquer sensibilização ambiental por parte dos promovedores. A limpeza do rio, por vezes, fica por conta da comunidade que se sente incomodada em perceber que seu patrimônio natural está sendo degradado, como pode ser percebido na figura 25.



Figura 25 – Eventos náuticos e a poluição do Rio Vaza-Barris.  
Fonte: Adiel, 2013.

No que se refere as interferências vivenciadas pela comunidade após a construção da ponte Jornalista Joel Silveira e da Orla Pôr do Sol, é importante salientar que a ponte veio beneficiar o turismo tanto do litoral Norte como do litoral Sul do estado. Segundo os gestores de turismo, a maioria dos turistas que chegam na capital Aracaju provem do estado da Bahia. Devido a isso, a ponte é considerada como uma das mais importantes obras de infraestrutura do turismo sergipano porque veio facilitar a relação com o mercado turístico baiano.

Todavia, no tocante à benefícios trazidos à comunidade do Mosqueiro, pode ser demonstrado na figura 26 que não houve nenhuma interferência ou mudança significativa após a construção da Ponte e da Orla Pôr do Sol por parte da maioria dos entrevistados.

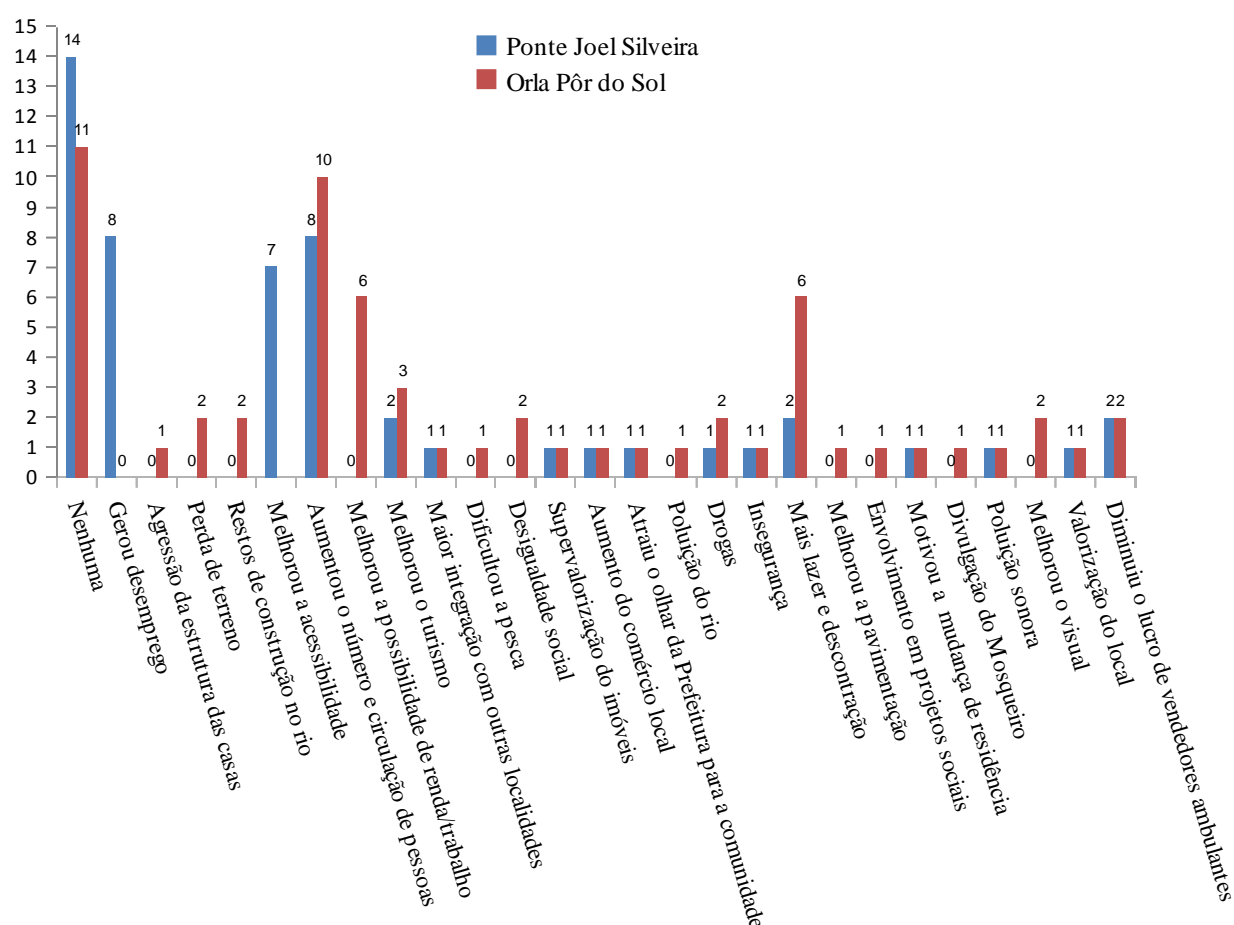


Figura 26 – Quais as interferências vivenciadas com a construção da ponte Joel Silveira e da Orla Pôr-do-Sol?  
Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.

Embora a maioria dos entrevistados tenha demonstrado indiferença quanto aos empreendimentos construídos, alguns responderam que a Orla Pôr do Sol e a Ponte Joel Silveira trouxeram pontos positivos como: maior fluxo de pessoas na região, uma opção de lazer e descontração bem como a possibilidade de obter uma renda alternativa.

Não interferiu em nada (Entrevistado 6. Morador da comunidade há 29 anos).

Interferiu acredito que pra melhor, porque chegou mais pessoas, mais turistas e aí veio a possibilidade das pessoas montarem seu negócio, ter uma renda, vender artesanato. Há uma proximidade maior com outras localidades como a Caueira, a Praia do Saco, então ficou mais fácil. A locomoção ficou melhor. E a questão do turismo ficou bem melhor (Entrevistado 3. Morador da comunidade há 22 anos).

Mudou bastante. Melhorou o movimento e o fluxo de pessoas (Entrevistado 11. Morador da comunidade há 50 anos).

Antes quem atravessava de canoa agora está atravessando de carro. Foi tudo ótimo (Entrevistado 13. Morador da comunidade há 74 anos).

A Orla chama mais turistas, tem artesanato, muitas coisas culturais, etc. eu gosto de ir por causa dos eventos, trouxe lazer. Pra mim foi benfeitoria. A ponte não interferiu (Entrevistado 25. Morador da comunidade há 37 anos).

Nesse sentido, vale fazer menção a Beni (2006) quando afirma que os problemas sociais relacionados ao turismo iniciam-se pela construção da infraestrutura do turismo como, por exemplo: o crescimento descontrolado da cidade; aumento e proliferação do consumo e drogas; desemprego, entre outros. Nos resultados das entrevistas foi possível confirmar, observando a figura 22, que tais problemas ocorreram após a construção da ponte Joel Silveira.

Alguns moradores, queixando-se do desemprego causado com a substituição da balsa como meio de travessia, alegaram que

Na ponte, a maioria da família trabalhava na balsa. Pra nossa família mesmo foi um caso porque boa parte ficou desempregada e nada foi feito pra

recompensar. Não montaram nada que viesse trazer um emprego pra população. Ficou mais viável pra turista [...] Como aqui, nem o bar flutuante tem apoio da autoridade [...] Antes, ele era posto nas revistas e nos aviões: "É o Bar flutuante da Croa do Goré" mas hoje em dia, com a ponte, aproximadamente umas 40 pessoas foram desempregadas, da minha família umas doze foram afetadas (...). A Orla melhorou o visual e, pra nós da comunidade, foi melhor do que a ponte. Ninguém ganhou nada com a ponte (Entrevistado 12. Morador da comunidade há 30 anos).

A pergunta posterior estava relacionada com o que Swarbrooke (2000) aponta como as dimensões do turismo sustentável: o meio ambiente (natural ou construído), a vida econômica da comunidade e os aspectos sociais do turismo, em termos de seus impactos sobre as culturas locais. Dessa forma, pretendeu-se evidenciar quais mudanças ocorreram depois que a Orla Pôr do Sol foi construída visto que foi criada com o intuito de ser um ponto turístico de referência da cidade de Aracaju.

No que tange à mudanças no aspecto social, pode ser observado na figura 27 que 33,87% dos entrevistados expressaram que a Orla tornou-se uma opção de lazer trazendo mais divertimento para suas famílias e 19,35% apontaram o aumento da movimentação e do número de pessoas, tanto da própria cidade de Aracaju como de outros estados.

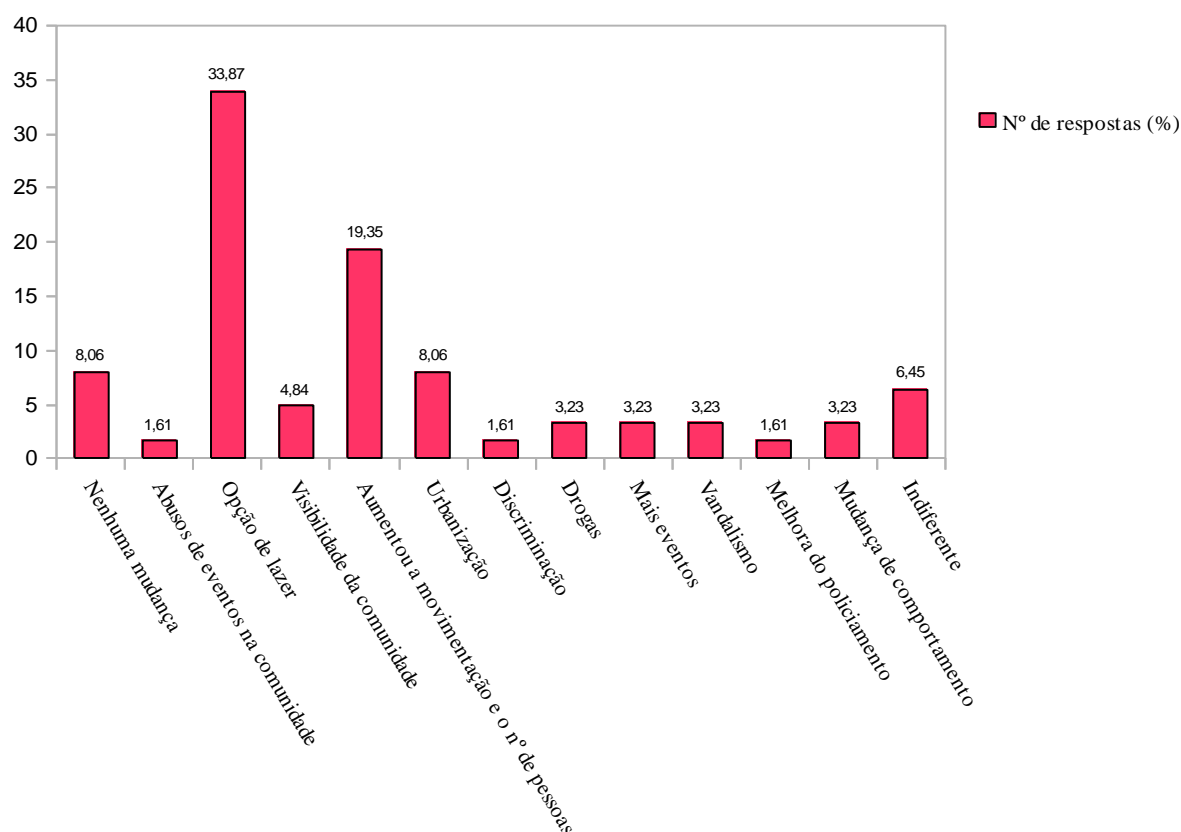


Figura 27 – Mudanças ocorridas no aspecto social após a construção da Orla Pôr do Sol  
 Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.

Todavia, houve depoimentos que salientaram aspectos negativos que, apesar da opção de lazer e o aumento no contingente de pessoas na localidade,

A Orla não foi feita para o povo do Mosqueiro. A Orla foi feita para turistas. Eles, o governo e a Prefeitura, não estão nem aí (Entrevistado 01. Morador da comunidade há 23 anos).

Está melhor porque antes fazia até medo de passar lá porque era mato do lado e a estrada. Ficou até melhor depois que fez, mas, é uma opção de lazer que minhas crianças não vão muito lá [...] os pobres não pode ir no bar e nem levar as crianças pra brincar no parque que fica perto do bar que ele (o dono do bar) não gosta [...] não pode porque ele diz que ali é só dos turistas. O negócio que eu acho chato é isso (Entrevistado 14. Morador da comunidade há 10 anos).

é uma opção de lazer mas que não é muito usufruído pela comunidade [...] aqui devia ter outras melhoras: um posto de saúde pra gente. A gente aqui não tem um posto de saúde adequado nem posto policial que seja ativo porque ele é pequeno e a comunidade tá crescendo, né? (Entrevistado 16. Morador da comunidade há 12 anos).

Não houve nenhuma mudança para a comunidade porque, pra trazer o desenvolvimento pra comunidade, eu acho que os órgãos deveriam preparar a comunidade e não existiu preparo pra comunidade. Chegou um desenvolvimento de repente e esse desenvolvimento não foi pra comunidade, foi pra o poder econômico. Então, pra o poder latifundiário existiu muita diferença, rendeu os valores de terra e várias outras coisas. Pra comunidade que não teve preparo, pra alguma parte da comunidade, não rendeu nada porque você não vê benefício nenhum. As pessoas que viviam da pescaria continuam vivendo da pescaria. O pescado que eles pegam pra vender pros cambistas continuam vendendo a mesma coisa. Então não houve mudança social (Entrevistado 10. Morador da comunidade há 47 anos).

Essas declarações dos moradores do Mosqueiro denunciam o sentimento de discriminação que é compartilhado entre eles, o que Swarbrooke (2000) denomina de “privação relativa”, um dos principais fatores de ressentimento que uma comunidade local tem em relação a um grupo. Afirma ainda que é imprescindível para a existência do turismo

sustentável não apenas considerar a proteção do meio ambiente mas considerar as necessidades das comunidades locais.

Os problemas aqui expostos demonstram que a ausência do planejamento turístico sustentável, reafirmado pela falta de regulamentação do turismo no local, estão diretamente interligados. Caso os órgãos competentes pela gestão do turismo e ambiental comprometam-se em arcar com as medidas cabíveis à sustentabilidade da atividade, tais problemas poderão ser amenizados consideravelmente.

Quanto as mudanças ocorridas referentes ao aspecto econômico, a figura 28 demonstra que 55,81% dos moradores não perceberam nenhuma mudança no que se refere a empregabilidade ou alternativa de renda.

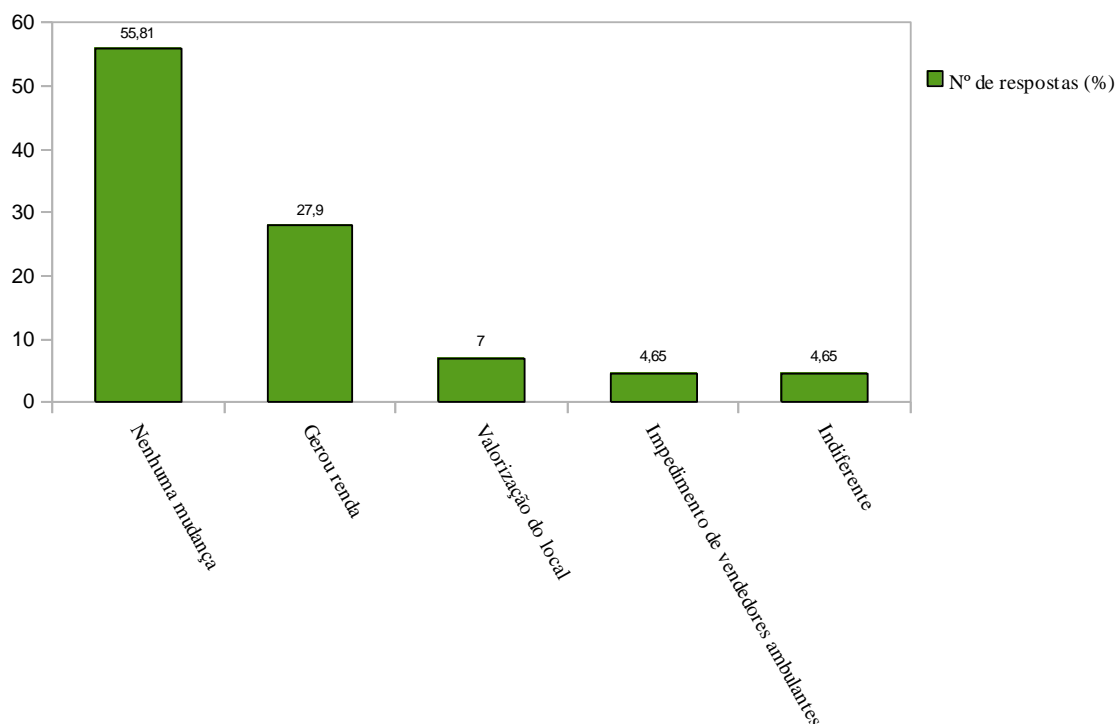


Figura 28 – Mudanças ocorridas no aspecto econômico após a construção da Orla Pôr do Sol. Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.

Os impactos econômicos do turismo mais benéficos para uma comunidade são, conforme Beni (2006), os empregos diretos e indiretos gerados numa região de destinação

turística. Segundo ele, a implantação de um empreendimento turístico promove a criação de postos de trabalho sendo que em muitos casos a comunidade fica relegada apenas a venda de artesanato ou a atividades do setor terciário como passeios, transporte, restaurantes e outros.

No caso específico do povoado Mosqueiro, apenas 27,9% dos entrevistados informaram que a construção da Orla gerou renda. Porém, vale ressaltar que esse quantitativo advém, principalmente, do fato das entrevistas terem sido aplicadas aos moradores no momento em que estavam trabalhando com as suas vendas na Feira do “Projeto Orla Pôr do Sol”.

Do total dos 47 participantes da pesquisa, alguns puderam expressar que

Não houve mudança. Houve pra minoria que são as marinas. Pra população é nada! Só alguns lucraram com as 4 barracas que foram liberadas das 100 que foram solicitadas por mim ao presidente da Associação de Moradores (Entrevistado 01. Morador da comunidade há 23 anos).

A prefeitura de Aracaju está com um projeto diferente, todo sábado tem feira de artesanato, tem de comidas típicas da região e são pessoas daqui que vendem lá. Hoje tem um forrozinho, uma coisinha. Qualquer pode chegar e vender um cervejinha com seu isopor e um churrasquinho [...] lanchas que passam ali pra pegar o pessoal, o Catamarã isso aqui já existia. Hoje vem meio mundo de carro e a gente pensa "poxa, o turismo cresceu", mas não cresceu muita coisa não. Eu sou marinho também e não vi crescer muita coisa não (Entrevistado 08. Morador da comunidade há 29 anos).

Antes, quando começaram a construir essa Orla, a gente começou a vender refrigerante, espetinho, cerveja mas eles proibiram porque disse que não podia por causa do Bar do KID. Ai chamaram até a EMSURB e veio com o caminhão pra levar a mercadoria da gente [...] e proibiram de vender. A gente foi até na EMSURB conversar com uma política [...] e ela disse que não podia permitir não porque a Orla ficou pra quem tem bar e quiosque [...] a gente não ia poder vender de carrinho de mão nem de tenda porque a Orla ia ficar [...] parecendo uma favela [...] e que só ia pra lá os bandidos e traficantes, que não podia fazer isso porque os turistas iam ver e iam ficar com medo e não iam voltar mais [...] É pra uns e pra outros não, é muita coisa que eu acho errado aqui (Entrevistado 14. Morador da comunidade há 10 anos).

A partir desses depoimentos e do quantitativo da maioria das respostas observadas na figura 28, pode-se se aferir que não houve desenvolvimento econômico da comunidade após a construção da Orla Pôr do Sol. Apesar das vendas que algumas pessoas da comunidade fazem na Feira do “Projeto Orla Pôr do Sol” e do aumento do lucro para os que trabalham com o serviço de travessia, tais acontecimentos não representam a totalidade da amostra em análise.

Quanto as respostas referentes as mudanças referentes aos aspectos ambientais após a construção da Orla Pôr do Sol não foram muito divergentes comparadas as respostas anteriores. Como demonstrado na figura 29, cerca de 42,55% dos moradores informaram não haver nenhuma mudança no aspecto ambiental do Mosqueiro.

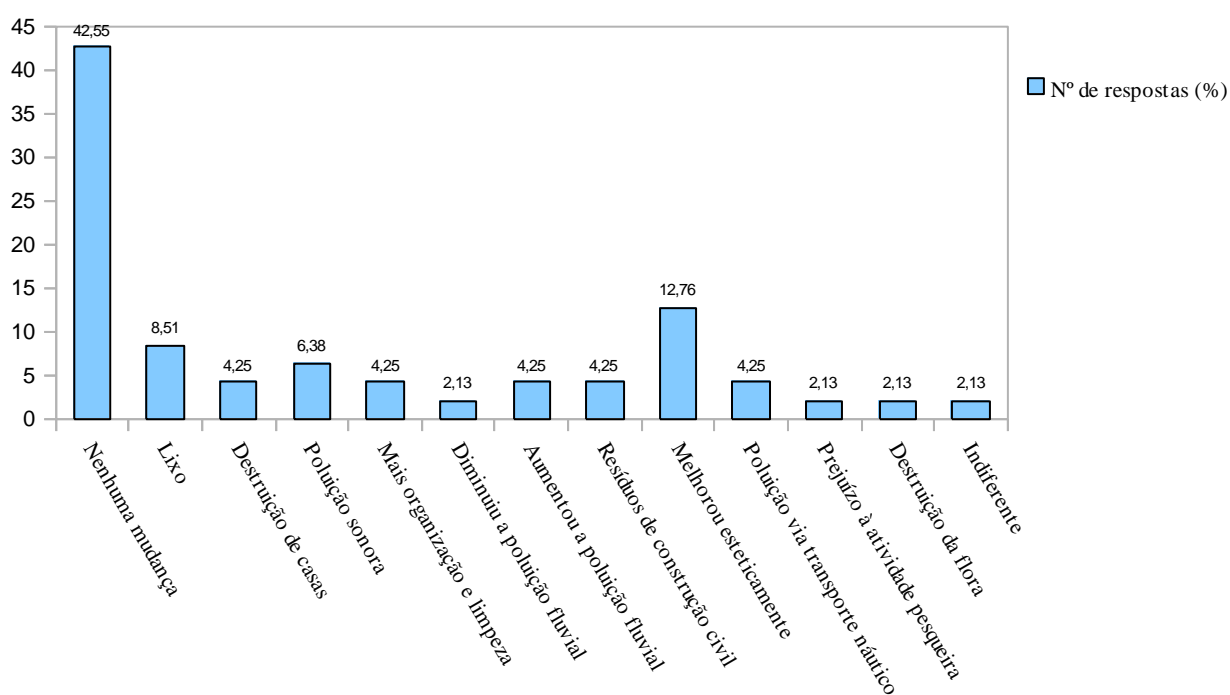


Figura 29 – Mudanças ocorridas no aspecto ambiental após a construção da Orla Pôr do Sol.  
Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.

Quando essa questão foi abordada, o enunciado não foi compreendido corretamente, sendo necessário dar mais subsídios para que eles pudessem compreender e responderam “nenhuma mudança” referindo-se ocorrências de impactos ambientais após a construção da Orla.



Em relação à aspectos positivos percebidos pela comunidade, somente 12,76% reconheceu que o ambiente melhorou esteticamente. Quanto aos aspectos negativos, 8,51% informaram que os eventos promovidos na Orla são os maiores provocadores da poluição, especialmente, pelo despejo de lixo.

Não tem banheiro e o pessoal desce na beirada e fazem xixi, coco, todo homem, toda mulher e ai fica aquela podridão danada. É desagradável porque tá afetando o meio ambiente e a nós também. Gente que tá todo o dia ali tirando os barcos, colocando os barcos e fica aquela podridão danada e até ratos e mais ratos...” (Entrevistado 17. Morador da comunidade há 52 anos).

Muitos turistas e muita bagaceira, um exemplo é o passeio ciclístico quando tem aqui. Eles deixam a pista cheia de copo [...] É bonito mas tem que deixar limpo como eles encontraram (Entrevistado 15. Morador da comunidade há 25 anos).

Falta respeito das pessoas para com a natureza [...] uma pessoa que tem uma visão de ter um dinheiro pra comprar um jet ski, ela deve ter uma visão de impacto ambiental, de um tratamento diferente, de não jogar sujeiras como jogam aí por falta de fiscalização, por falta de punição (Entrevistado 24. Morador da comunidade há 31 anos).

Apesar da precariedade de ações voltadas para a educação ambiental com os envolvidos na atividade turística, algumas iniciativas de sensibilização ambiental foram tomadas pela Associação dos Pescadores do Mosqueiro como se vê na figura 30.

Assim, a própria comunidade do Mosqueiro toma suas próprias iniciativas em prol da conservação do seu patrimônio natural e sensibilização dos visitantes/turistas que frequentam a localidade. Portanto, ações voltadas

para a inibição de impactos ambientais não surtirão o mesmo efeito se forem executadas de forma isolada. Os órgãos que administram o turismo e o meio ambiente



Figura 30 – Cartaz para a sensibilização ambiental dos visitantes da Orla Pôr do Sol.  
Fonte: Acervo da autora, 2014.

precisam direcionar o desenvolvimento do turismo a fim de torná-lo harmônico com os interesses dos visitantes, as necessidades da comunidade e de conservação ambiental.

No tocante ao relacionamento da comunidade local com os visitantes/turistas, Swarbrooke diz que esse é ponto principal para originar impactos socioculturais. Pois, as relações comunidade local-turista tendem a ser desprovidas de espontaneidade e são frequentemente formais, planejadas, desiguais e desequilibradas por natureza visto que “o turista tem o controle e o poder para geralmente impor sua vontade sobre os que o recebem, que são vistos como serviçais” (2000, p. 115).

Sendo assim, a fim de compreender como se dava essa relação no local de estudo foi questionado a cada participante:

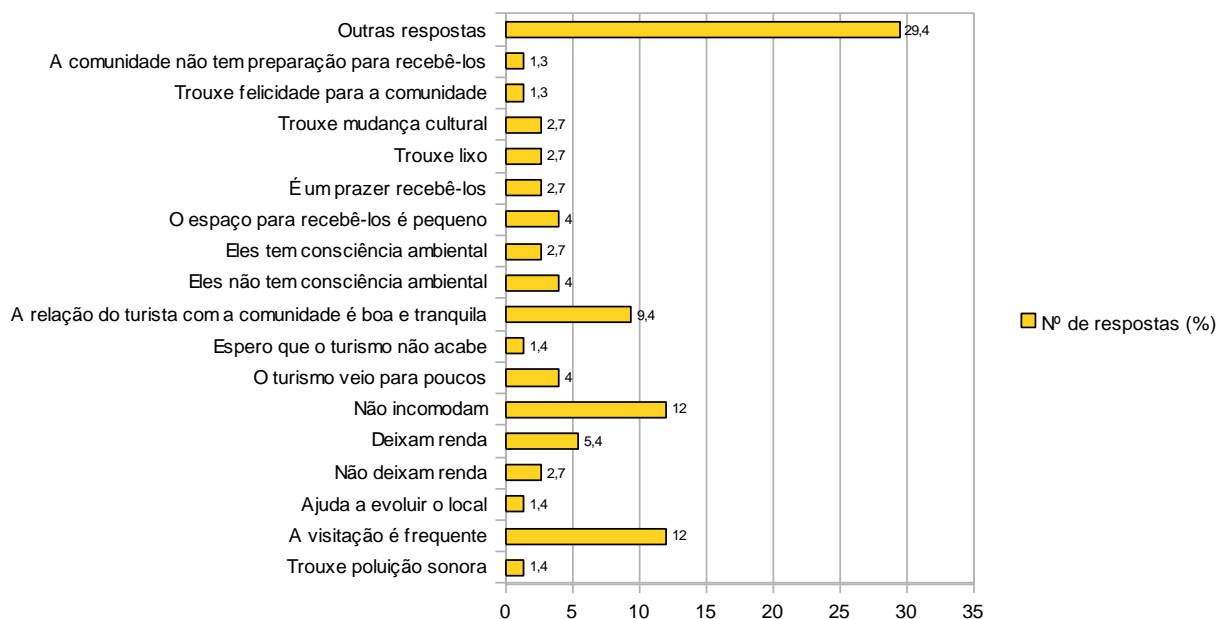


Figura 31 - Como você percebe a dinâmica de visita de pessoas (turistas) na localidade?

Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.

A maioria das respostas foi vaga e indiferente à problemática resultando no total de 29,4% dos entrevistados. Cerca de 12% dos respondentes afirmaram que a visita dos turistas é frequente e que eles não incomodam, o que corrobora com as outras informações pois as

respostas que mais prevaleceram demonstraram que o crescimento do turismo naquela região não tem afetado, consideravelmente, os moradores da área adjacente à Orla Pôr do Sol.

Cerca de 55,55% dos participantes do estudo mantem relação direta com estuário do Rio Vaza Barris por meio de alguma atividade, dentre elas 25% mantem relação por meio da pesca, conforme figura 32.

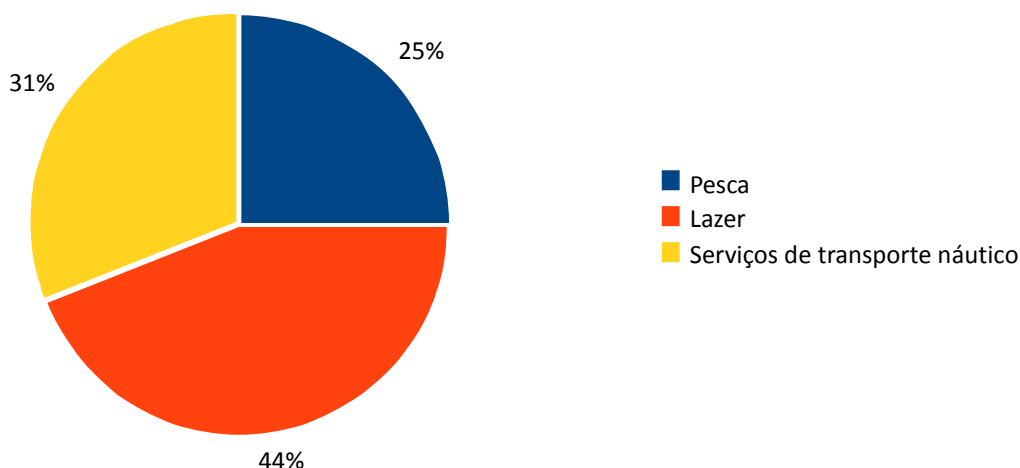


Figura 32 - Atividade direta relacionada com o estuário do Rio Vaza Barris

Fonte: Dados coletados pela autora, 2014.

Dessa forma, apesar da pseudo neutralidade de muitos moradores com relação a dinâmica do turismo na localidade, os pescadores são parte importante da comunidade e que sofrem mais diretamente com o aumento do fluxo de visitantes/turistas como pode ser observado no depoimento a seguir.

A visita deles é boa. As pessoas que vem, nem todos são pessoas que tem consciência, mas muitos tem [...] A obra da Orla não tem fiscalização. A verdade é que a Orla foi feita pra rico, não foi feita pra comunidade porque eu moro aqui, e sou vice-presidente da Associação de Pescadores, e quando eles querem fazer evento aqui, eles não participam a ninguém. Nem a associação do moradores nem de pescadores. Eles fazem vem e deixam a seboseira deles. Atrapalha a nós, porque eles interditam a rua [...] e os moradores vão ter que vim com as compras deles na mão porque os ônibus não descem, entende? Ai eles fecham tudo ali e quem tem carro não vem mais. Tem que deixar o carro lá e esperar acabar o evento e vim pra casa. Por isso que eu digo que a Orla Pôr do sol foi feita pra rico e não pra nós. Tem um mês mais ou menos que teve um evento aqui, o Triatlo. Fizeram a

atividade até as 11h do dia e anoiteceu os copos ai, e a maioria caiu nos dutos de agua que vai para o rio. E no outro dia de manhã o pessoal que faz a limpeza aqui, foi que fez o favor de limpar porque eles não tomaram providencia nenhuma. O morador que se vire, eles não sabem que estão acabando com o nosso ambiente. Pra eles tanto faz porque eles tem do que sobreviver, agora nós que somos pescadores e depende do Rio, aí que se ferre [...] a prefeitura não toma providência. Se pelo menos eles mandassem um oficio avisando a gente ou avisar a comunidade que seria interditado lá e cá, mas nem isso. Chegou e fez. A SMTT vem interdita as entradas e pronto. Eles tem que pedir permissão a Prefeitura p fazer isso. A Orla Pôr do sol é do morador do mosqueiro? Não. A Orla Pôr do sol é do rico. Eles é quem manda (Entrevistado 17. Morador da comunidade há 52 anos).

O aumento do fluxo de turistas na localidade traz consigo a promoção de eventos incentivados pela Prefeitura de Aracaju que, em casos como este supracitado, revelam desrespeito para com a comunidade local. Tal fato é um agravante a ser considerado quando se trata do turismo sustentável uma vez que sua premissa é o respeito às culturas locais.

Em continuidade a pesquisa de campo, os trabalhadores do segmento turístico foram entrevistados e classificados no **Grupo 4**. Nesse grupo foi dada a preferência aos que trabalhavam diretamente com a atividade turística no espaço da Orla Pôr do Sol a fim de identificar aspectos relacionados ao fluxo turístico na área; regulamentação da mão de obra; capacitação voltada para a educação ambiental dos visitantes; participação da comunidade nos serviços turísticos e a compreensão deles acerca da fragilidade ambiental das APPs.

Para isso os questionários foram aplicados em 9 trabalhadores nos dias 27 de junho, 5 e 8 de julho e 6 de agosto de 2014. Os resultados obtidos apontaram que entre os meses de dezembro a janeiro encontra-se o maior fluxo de visitantes na Orla Pôr do Sol que, ao chegarem no local, contratam os serviços de travessia para os passeios até a Ilha da Paz e/ou a Ilha do Paraíso.

O serviço de travessia até os destinos turísticos tem um valor que varia entre 20 reais a 40 reais por pessoa podendo ser feito por meio de lanchas e catamarãs que ficam à disposição dos visitantes atracadas na Orla Pôr do Sol e na marina Marisol. A Orla Pôr do Sol funciona como ponto de embarque e desembarque dos passageiros e a chegada até os destinos dura em torno de 10 minutos.

Com a aplicação dos questionários foi possível descobrir que a maioria dos que trabalham com os serviços turísticos na localidade é própria da comunidade do Mosqueiro.

Não há nenhum tipo de cadastro dos serviços que eles fornecem junto ao Ministério do Turismo, como também não possuem nenhuma capacitação voltada para educação ambiental dos visitantes. Alguns alegaram que o conhecimento que possuem aprenderam com a experiência no trabalho e, por isso, sabem lidar bem com a maré, com as áreas de preservação e conhecem bem o rio.

Todavia, a condução dos grupos que chegam para conhecer as Ilhas dá-se de forma despreocupada com a sensibilização ambiental. Inclusive foi possível constatar no momento da travessia que algumas informações erradas sobre o local eram repassadas pelo condutor, ratificando que a falta de preparo para um serviço turístico de qualidade é um os fatores críticos a serem reavaliados pelos gestores de turismo.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse estudo teve como objetivo analisar se as atividades turísticas nas APPs e na Orla Pôr do Sol estão acontecendo de forma sustentável. Para que o turismo seja analisado como sustentável ou não Swarbrooke (2000) considera que a dimensão econômica, social e ambiental devem ser identificadas para, então, ser administrado de forma a alcançar a sustentabilidade.

O exame sistemático das relações entre a Lei Geral do Turismo, as políticas públicas para o turismo do Estado e a realidade do turismo no povoado Mosqueiro puderam demonstrar tendências favoráveis à sustentabilidade em algumas dimensões e em outras não.

As entrevistas e questionários com os órgãos públicos e moradores da comunidade do Mosqueiro, bem como a pesquisa bibliográfica e documental, foram imprescindíveis para alicerçar a confirmação da hipótese geral dessa pesquisa a qual sustentava que “o crescimento do turismo em áreas naturais no estado de Sergipe e a ausência de um programa de uso público para a atividade turística no estuário do Rio Vaza-Barris poderá desencadear relevantes entraves à sua sustentabilidade”.

No decorrer da elaboração desse estudo, foi possível perceber que o turismo sustentável não está relegado somente ao discurso. A Lei Geral do Turismo já o incentiva dando atribuições ao poder público para que ele seja implementado. Porém, a execução das diretrizes determinadas pelo MTur revelou-se inoperante por parte dos órgãos de turismo. Embora as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade tenha alcançado as discussões nos órgãos competentes para sua gestão, as recomendações dadas ainda não tem aplicabilidade efetiva. As ações feitas pelos gestores de turismo visam, a priori, incentivar o turismo local e atrair turistas. Apesar do “Projeto Orla Pôr do Sol” ter buscado resgatar a cultura local e inserir uma pequena parcela da comunidade na participação da geração de renda, foi uma iniciativa que visou o aumento do fluxo de turistas mas sem preocupação com o planejamento turístico sustentável, podendo ocorrer com os destinos turísticos o que Ruschmann (1997) denomina ‘declínio do ciclo de vida da destinação turística’.



Nesse sentido a pesquisa deixa notório que, do ponto de vista da comunidade do Mosqueiro, a dinâmica do turismo não interfere em seus modos de vida. A mídia apresenta que a comunidade tem-se desenvolvido comparada há anos atrás, todavia, tal desenvolvimento não pode ser remetido, necessariamente, aos investimentos feitos para o incremento do turismo na região. Tal fato pôde ser constatado nos dados coletados do campo empírico ao apontarem que a atividade turística em si não trouxe desenvolvimento econômico, social ou cultural significativos.

A falta de conscientização ambiental foi considerado o fator principal da causa dos impactos ambientais que fragilizam a conservação do Rio Vaza-Barris, sendo os principais agressores os visitantes/turistas que transitam no rio com lanchas em alta velocidade sem preocupação com o equilíbrio da fauna aquática nem com a limpeza do rio, dentre outros.

Quanto aos equipamentos turísticos construídos: Orla Pôr do Sol e a Ponte Joel Silveira, a maioria da comunidade demonstrou indiferença quanto a benefícios/malefícios advindos deles, alegando não ter sofrido nenhuma interferência.

No que tange a dimensão social da sustentabilidade da comunidade, notou-se que a construção da Orla Pôr do Sol trouxe uma opção de lazer e a movimentação e o número de pessoas aumentaram na localidade. Na dimensão econômica, os moradores não perceberam melhora significativa no que se refere a empregabilidade ou alternativa de renda. E na dimensão ambiental, os moradores informaram que não houve nenhuma mudança no aspecto ambiental do Mosqueiro. Aparentemente, tal constatação denota que o crescimento do turismo na comunidade local não tem afetado, consideravelmente, seus moradores. No entanto, houve variedades de reclamações pertinentes a toda comunidade, o que sinalizou que ela pode estar alheia aos problemas derivados do turismo.

Ao longo da pesquisa ficou claro que a maioria dos trabalhadores que faz o traslado para as Ilhas são próprios da comunidade, o que poderia ser favorável a sustentabilidade econômica e social, mas vale ressaltar que os passeios para as Ilhas já existiam antes da construção da Orla Pôr do Sol. Eles também não possuem nenhum tipo de cadastro ou registro dos seus serviços junto ao Ministério do Turismo nem mesmo capacitação voltada para educação ambiental dos visitantes.

No que se refere aos impactos ambientais, foi possível constatar que a Ilha do Paraíso tem sofrido agressões por parte dos visitantes que não possuem um comportamento orientado para o uso sustentável do local. Já na Ilha da Paz, os impactos são menos agravantes, não obstante, encontra-se em um ecossistema de manguezal vulnerável à qualquer mudança ambiental devido ao fluxo frequente de visitantes/turistas que também não são orientados quanto a necessidade de evitar práticas que causem dano ao meio ambiente. O que ratifica a necessidade da divulgação dos destinos ser acompanhada por ações voltadas para a sensibilização ambiental a fim de que, não somente os visitantes/turistas compreendam o contexto ao qual irão se inserir, mas, também, os trabalhadores diretos com a atividade turística, pois, a maioria deles afirmam não ter conhecimento de que a Praia do Viral e a Crôa do Goré são áreas de APPs protegidas por lei.

Percebeu-se que os órgãos competentes pela gestão ambiental e do turismo não têm dado a atenção devida ao gerenciamento e fiscalização das áreas estudadas. Uma das evidências foi inexistência de regulamentação específica das áreas para o uso turístico. O que torna mais urgente a intervenção desses órgãos para sua gestão através da elaboração do Plano de Uso Público de áreas protegidas, planejamento, do controle de uso e ocupação do solo, na proteção da vegetação nativa e no combate à poluição do rio Vaza-Barris por resíduos sólidos.

O trabalho de sensibilização dos visitantes/turistas é indispensável para a sustentabilidade ambiental do local e deve acontecer regularmente podendo ser feita por meio de palestras, dinâmicas, oficinas e/ou placas educativas nas áreas.

Recomenda-se também o incremento nos equipamentos turísticos tais como: meios de hospedagens e restaurantes, entre outros. Também é recomendado a melhoria da qualidade dos produtos artesanais de forma que represente melhor a cultura e a representatividade da localidade, capacitando as artesãs pela promoção de curso de aperfeiçoamento; articular a secretaria de turismo para estabelecer a estatística do fluxo de turistas nas APPs a fim de dimensionar a capacidade de carga dos espaços turísticos em períodos de alta estação do turismo.

Algumas questões pertinentes a essa temática dessa dissertação poderão ser aprofundadas no que diz respeito ao ecoturismo e turismo de aventura devido a contribuição que eles podem fornecer para a sustentabilidade turística.

Sugere-se também que os destinos turísticos estudados possuam políticas claras em relação ao uso turístico, que favoreçam à população local ao passo que se beneficiem de forma mais participativa dos benefícios que o turismo pode gerar.

É importante citar a necessidade de adequação do questionário do posto de informações da Orla Pôr do Sol para a realidade do local.

Apesar da discussão acerca da necessidade de tornar a sustentabilidade “palpável” nas atividades turísticas das áreas de estudo, sabe-se que esse conceito possui ampla complexidade, o que torna sua prática dificultosa já que as concepções sobre ela são diversas. Ainda assim, este estudo é pertinente pois traz à tona problemas ambientais derivados do turismo que precisam ser debatidos na academia de forma contínua uma vez que é a partir da produção do conhecimento que o interesse em conservar o meio ambiente é despertado.

Visto que houve muitas informações fragmentadas em setores não especializados para atender a finalidade da pesquisa, sugere-se melhoria na interlocução dos setores públicos a fim de delimitarem melhor suas funções para um atendimento mais preciso.

Diante disso, espera-se que este estudo auxilie aos tomadores de decisão em projetos mais consistentes que possam configurar-se em um Programa de Uso Público para as APPs; projetos de educação ambiental e qualificação dos serviços e da mão de obra bem como de inclusão da história e a cultura da comunidade do Mosqueiro no roteiro turístico.





## REFERÊNCIAS

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS. **Praia do Viral receberá Projeto Ambiental**. 2011. Disponível em: <[http://agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:26682/praia\\_do\\_viral\\_recebera\\_projeto\\_ambiental.html](http://agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:26682/praia_do_viral_recebera_projeto_ambiental.html)>. Acesso em: 5 de jan. 2015.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Ática, 1997.
- BARROS, J. D. S.; SILVA, M. F. P. **Aspectos teóricos da sustentabilidade e seus indicadores**. In: Revista Eletrônica Polêmica, v. 11, n.1, p. 104-112, 2012.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2007.
- BRAGHINI, C. R. **Sustentabilidade da atividade turística em Xingó (SE/AL)**. São Cristóvão, SE, 2009. 360 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007**. Brasília: MMA/SBF, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastur**. s/d. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/qualificacao\\_equipamentos/cadastur.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/qualificacao_equipamentos/cadastur.html)>. Acesso em: 20 de dez. 2014.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. **Importância das áreas de preservação permanente**. Em Discussão. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/areas-de-preservacao-permanente/importancia-das-areas-de-preservacao-permanente.aspx>>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- BRASIL. Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília/DF, 2000.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. **Áreas de preservação permanente**. Em Discussão. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/areas-de-preservacao-permanente.aspx>>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. **Importância das áreas de preservação permanente**. Em Discussão. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/areas-de-preservacao-permanente/importancia-das-areas-de-preservacao-permanente.aspx>>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- BRASIL. Constituição (2012). Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe Sobre A Proteção da Vegetação Nativa**; Altera as Leis Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, 9.393, de 19 de Dezembro de 1996, e de 11.428, de 22 de Dezembro de 2006; Revoga As Leis Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965, e 7.754, de 14 de Abril de 1989, e A Medida Provisória Nº 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001; e Dá Outras Providências. Brasil, 25 maio 2012.



- BRASIL, Governo Federal. **Lei Geral do Turismo nº 11.771/08, de 17 de setembro**, 2008.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: jun. 2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção Sobre Diversidade Biológica**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/cdbport\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf)>. Acesso em: 24 maio. 2014.
- CASTILHO, C. J. M. de. SELVA, V. S. de F. **Políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Universitária da UFPE, 2012.
- CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. (Org.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.
- DIAS, R.; AGUIAR, M. R. de. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Alínea, 2002.
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
- DIEGUES, A. C. **Ilhas e Sociedades Insulares**. NUPAUB- Núcleo de apoio á pesquisa de populações humanas e áreas humidas brasileiras – USP, 1997.
- ECOLOGIA, Globo (Ed.). **Hidrelétricas e esgoto são as maiores ameaças a estuários no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/05/hidreletricas-e-esgoto-sao-maiores-ameacas-estuarios-no-brasil.html>>. Acesso em: 5 abr. 2014.
- GAZETA NEW. **Crôa do Goré receberá sinalizações turísticas**. s/d. Disponível em: <[http://www.gazetanew.com.br/site/Noticia.aspx?cd\\_noticia=27957](http://www.gazetanew.com.br/site/Noticia.aspx?cd_noticia=27957)>. Acesso em: 5 de jan. 2015.
- GLOBO. **Bar na 'Croa do Goré' deve ser regularizado em Sergipe**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/08/bar-na-croa-do-gore-deve-ser-regularizado-em-sergipe.html>. Acesso em: 26 de ago. 2014.
- GOMES, L. J.; SANTANA, V.; RIBEIRO, G. T.; **Unidades de Conservação do Estado de Sergipe**. In: Revista da Fapese. v. 2, n.1, p. 101-112. 2006.
- HERCULANO, S. C. “Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz”. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e lutas de ideias do movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. **Investigação por questionário**. 2. ed. rev. e corr. Lisboa: Sílabo, 2012.
- HOGAN, D. J.; MARANDOLA JUNIOR, E.; OJIMA, R. **População e ambiente: desafios à sustentabilidade**. São Paulo, SP: E. Blucher, 2010.
- HUFFNER, J. G. P.; **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização: o caso da ilha de Cotijuba, Belém – PA**. 2011. 193 f. Dissertação

(mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, 2011.

INFONET. **Orla Pôr do Sol é novo cartão postal de Aracaju**. 2010. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=106157&titulo=cidade>> Acesso em: jun. 2014.

JORNAL DA CIDADE. **Onde Aracaju é mais interiorano**. Sergipe, v. 31, N. 7.928, 15 de dez. 1998.

KURY, G. ROSA, U. (Org.). **Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa**. São Paulo: FDT, 2002.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte, MG: UFMG; Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

LAYRARGUES, P. P. **Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável**. PROPOSTA, Rio de Janeiro, N° 71, p. 5-10, Fev. 1997.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 494 p.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. X. F. **A importância dos princípios constitucionais ambientais na efetivação da proteção do meio ambiente**. Revista Científica Anap Brasil, São Paulo, v. 1, n. 1, p.34-52, jul. 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M., **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MATOS, A. A. **Gestão e percepção ambiental: a área de proteção ambiental Morro do Urubu - Aracaju (SE)**. São Cristóvão, SE, 2010 xv; 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Turismo: disciplina desregrada**. Geonordeste. São Cristóvão, v. 2, n. 2, p.221-237, 11 nov. 2010.

NASCIMENTO, M. do. **Turismo e Recreação nas Praias do Baixo Rio Negro - Uma Avaliação Retrospectiva de Impactos Ambientais**. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Biológicas, Programa de Pós-graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005. Disponível em: <[http://www.globalgarbage.org/praias/downloads/dissertacao\\_mauro\\_do\\_nascimento.pdf](http://www.globalgarbage.org/praias/downloads/dissertacao_mauro_do_nascimento.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2014

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A.; **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

NEVES, L. S.; SEMINÁRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE. **Sustentabilidade: anais de textos selecionados do V seminário sobre sustentabilidade**. Curitiba: Juruá, 2011.



- OLIVEIRA, I. S. S. **Estratégias para o planejamento e gestão do ecoturismo no Parque Nacional Serra de Itabaiana, SE.** São Cristóvão, SE, 2008 138 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Sergipe, 2008.
- OLIVEIRA, I. S. S.; OLIVEIRA, D. C.; GOMES, L. J. y FERREIRA, R. A. **Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe.** Caderno Virtual de Turismo [en línea] 2008, vol. 8 [citado 2012-07-31]. Disponível em Internet: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115415175005>. ISSN. Acesso em: 19 ago. 2012.
- PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo.** São Paulo: Brasiliense. 2013.
- PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- PIRES, P. dos S. **Dimensões do Ecoturismo.** São Paulo: SENAC, 2002.
- PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.
- REDE ACQUA. **Bacias Hidrográficas do Estado de Sergipe.** Disponível em: <http://redeacqua.com.br/2011/03/bacias-hidrograficas-do-estado-de-sergipe/> Acesso em: 28 de ago, 2014.
- RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C. A. **Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica.** Caderno Virtual de Turismo [en línea] 2003, vol. 3 [citado 2012-07-31]. Disponível em Internet: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115417955001>. ISSN. Acesso em: 2 jan. 2014.
- SANTANA, T. S. de; **Envolvimento das Comunidades Locais no Planejamento e Desenvolvimento do Turismo: O Caso Da Orla Pôr do Sol e da Ponte Joel Silveira – Povoado Mosqueiro – Aracaju/SE.** 2012. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2012.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHAEFFER, F. **Poluição e a Morte do Homem: A resposta cristã à depravação humana no jardim de Deus.** São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- SERGIPE: Governo de Sergipe. Decreto nº 13.468, 21 de janeiro de 1993. **Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul. Aracaju/SE,** 1993.
- SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014.** Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2009.

SERGIPE: Governo de Sergipe. **Lei Nº 2.795, 1990. Define áreas de proteção ambiental da foz do Rio Vaza-Barris, e dá outras providências**, 1990.

SIRHSE. **Sistema de informações sobre recursos hídricos de Sergipe: Versão 2012.9.** SRH-SEMARH/SE. 2012.

SOUSA, M. C. **Estuário do Rio Vaza-Barris.** Disponível em: <[http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/avesmigratorias/nordeste/Aves\\_barris.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/avesmigratorias/nordeste/Aves_barris.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2012.

SOUZA, K. K. M. **A dimensão ética do turismo sustentável** / Karoline Ketilin Moura Souza; orientador Antônio Carlos dos Santos. – São Cristóvão, 2013.153: f.: il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SOUZA, B. B.; SILVA, G. N.; J. D. de MELO. **Pesquisa em Meio Ambiente: Novas Abordagens e suas Contribuições**, Aracaju: ADEMA, 2013

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental.** 2.ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TURISMO SERGIPE. **Projeto de balizamento do Viral é discutido na Setur.** 2012. Disponível em: <<http://www.turismosergipe.net/noticias/ler/projeto-de-balizamento-do-viral-e-discutido-na-setur>> Acesso em: 5 de ago. 2014.

UTSUMI, M. C. (Org.) **Entrelaçando Saberes: contribuições para a formação de professores e as práticas escolares.** Florianópolis/SC: INSULAR, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VILAR, J. W. C., ARAÚJO, H. M. **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano.** São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

ZILBERSZTAJN, D.; LINS, C. **Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

## **ANEXOS**

### **ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO AOS MORADORES DO BAIRRO MOSQUEIRO.**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, Sabriny Sueley Oliveira da Conceição, mestranda pelo PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe, estou fazendo um convite para que o Sr. ou Sra. participe como voluntário da pesquisa intitulada: (IN)SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NO RIO VAZA-BARRIS: Perspectiva analítica da legislação vigente.

Esta pesquisa pretende analisar se as atividades turísticas desenvolvidas no estuário do Rio Vaza-Barris tem sido desenvolvidas de forma sustentável. Acredito que essa pesquisa é importante porque tem como propósito fornecer informações aos tomadores de decisões que tornem viável a elaboração do planejamento ordenado do turismo a partir da fiscalização da atividade, monitoramento das áreas de preservação ambiental permanente e ações de educação ambiental no local.

Para sua realização será feito os seguintes procedimentos metodológicos:

Identificação e coleta de informações dos principais documentos que respaldam a gestão do turismo no Estado;

Coleta de informações em leis e documentos sobre o turismo que dão respaldo a sustentabilidade;

Coleta de dados de localização geográfica e construção de mapas;

Entrevistas com o gestor de meio ambiente e com os gestores do turismo em Sergipe;

Entrevistas com pessoas da comunidade do Mosqueiro;

Entrevistas com os trabalhadores diretos do segmento do turismo na localidade.

Ao participar desta pesquisa o voluntário(a) não torna-se obrigado(a) a participar até o fim da pesquisa podendo ter o direito de se retirar do estudo, a qualquer momento, sem que isso represente qualquer tipo de penalidade ou prejuízo ao seu cuidado.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. O entrevistado tem o direito de escolher se sua fala poderá ser gravada, e em qualquer momento poderá desistir da gravação e da entrevista.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (79) 9877-8383 ou ainda pelo e-mail [sabriny.ufs@gmail.com](mailto:sabriny.ufs@gmail.com) para esclarecer eventuais dúvidas que o Sr. ou a Sra. possa ter e fornecer as informações que considerem necessárias durante ou após o encerramento do estudo.

Autorização:

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

---

(Assinatura do participante de pesquisa)

Aracaju, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura de uma testemunha

## ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO ENVIADA AO SECRETÁRIO DE TURISMO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E  
MEIO AMBIENTE



### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos a mestranda SABRINY SUELEY OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO, que está sob nossa coordenação no Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente – PRODEMA, nesta Universidade.

Comunicamos que a aluna (bolsista Capes), está sob orientação da professora doutora Maria José Nascimento Soares (coordenadora do PRODEMA) e necessita da colaboração para a realização de entrevistas com José Roberto de Lima Andrade (Secretário adjunto de turismo).

Informamos ainda que, a mestranda já está qualificada e em fase de elaboração de dissertação, as entrevistas fazem parte desse trabalho. Pelos motivos expostos acima, solicitamos de Vossa Senhoria verificar a possibilidade da realização do trabalho da aluna.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada e ficamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 05 de Junho de 2014.

Prof.ª Dr.ª Maria José N. Soares  
Coordenadora do PRODEMA  
Port. 2235 de 20/06/2013

---

PRODEMA/UFS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM MEIO AMBIENTE  
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos – Pólo de Gestão  
Av. Marechal Rondon- S/N – CEP: 49.100-000 – Aracaju - Sergipe – Brasil  
Tel. 2105-6783 / Fax: (79) 2105-6783 – E-mail: prodema.ufs@gmail.com

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS

<b>GRUPO 1 RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DO TURISMO</b>	<b>GRUPO 2 RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>GRUPO 3 MORADORES DA COMUNIDADE DO MOSQUEIRO</b>	<b>GRUPO 4 TRABALHADORES DO SEGMENTO TURÍSTICO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar o que eles entendem por “turismo sustentável”.</li> <li>- Levantar quais são os documentos e planos voltados para a prática do turismo sustentável no Estado.</li> <li>- Identificar de que forma eles executam esses documentos e planos.</li> <li>- Identificar se existe algum trabalho de educação ambiental com o setor de divulgação dos destinos turísticos.</li> <li>- Verificar quais meios são utilizados para a divulgação dos destinos turísticos e qual a periodicidade.</li> <li>- Levantar quais são as empresas que divulgam as áreas de estudo.</li> <li>- Obter informações sobre o fluxo turístico da área.</li> <li>- Verificar se existe algum cadastro feito pelo Ministério do Turismo dos trabalhadores do ramo turístico da Orla Pôr-do-Sol.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar se existe algum programa de uso público para os visitantes das APPs.</li> <li>- Identificar se existe algum projeto de educação ambiental na Orla Pôr-do-Sol para os visitantes.</li> <li>- Levantar documentos que retratem os impactos ambientais nas APPs.</li> <li>- Verificar quais medidas são tomadas para regulamentar o uso das APPs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar se a comunidade compreende a fragilidade ambiental do estuário do Rio Vaza-Barris.</li> <li>- Conhecer a relação da comunidade com o Rio Vaza-Barris.</li> <li>- Analisar se a construção da Orla interferiu de forma negativa aos seus modos de vida da comunidade.</li> <li>- Analisar se o crescimento do turismo na localidade tem trazido insatisfação aos moradores.</li> <li>- Conhecer aspectos sociais e ambientais antes da construção da Orla Pôr-do-Sol.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar qual a compreensão deles para com a fragilidade ambiental do estuário do Rio Vaza-Barris.</li> <li>- Verificar se os que trabalham com as atividades turísticas na localidade são próprios da comunidade.</li> <li>- Identificar se eles possuem cadastro de sua atividade junto a MTur.</li> <li>- Identificar se eles possuem alguma capacitação voltada para a educação ambiental dos visitantes.</li> </ul>

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA OS RESPONSÁVEIS PELA  
GESTÃO DO TURISMO (GRUPO 1)**

- 1 - Há documentos que regulamentam o turismo em Sergipe? Em especial na Orla Pôr-do-Sol?
- 2 – Como é aplicado as normas /princípios e objetivos do Plano?
- 3 – Como é veiculada as informações sobre o turismo em Sergipe? Há alguma empresa responsável?
- 4 – Há algum controle sobre o fluxo turístico na área? E cadastro de trabalhadores no Ministério do Turismo?
- 5 – Como é realizado o trabalho de conscientização de Educação Ambiental entre os moradores e turistas da Orla Pôr-do-Sol?
- 6 – O que é turismo sustentável?



**APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA OS RESPONSÁVEIS PELA  
GESTÃO AMBIENTAL DAS APPs (GRUPO 2)**

- 1 – Há algum documento que regulamenta as APPs para o turismo em Sergipe?
- 2 – Como é aplicado o Programa que regulamenta a visitação in locus?
- 3 – Como é realizado o trabalho de conscientização de Educação Ambiental entre os moradores e turistas da Orla Pôr-do-Sol?
- 4 - Existe algum projeto de Educação Ambiental voltado para os visitantes da Orla Pôr-do-Sol? Como ele é aplicado?
- 5 – Quais as medidas tomadas em relação aos impactos negativos do turismo in locus?

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA OS MORADORES DA  
COMUNIDADE (GRUPO 3)**

- 1 – Há quanto tempo mora na localidade?
- 2 - Quais as fragilidades ambientais do estuário do rio Vaza-Barris?
- 3 – Quais as interferências vivenciadas com a construção da ponte Joel Silveira e da Orla Pôr-do-Sol?
- 4 – Cite as mudanças ocorridas após a construção da Orla nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.
- 5 – Como você percebe a dinâmica de visita de pessoas (turistas) na localidade?
- 6 – Você mantém alguma relação direta com o estuário? Por meio de que atividade?

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA OS TRABALHADORES DO  
SEGMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO (GRUPO 4)**

- 1 – Qual a periodicidade da visitação da Orla Pôr-do-Sol?
- 2 – Há algum cadastro da atividade no Ministério do Turismo?
- 3 – Há participação de pessoas da comunidade em auxiliar na atividade turística?
- 4- Você possui alguma capacitação voltado para Educação Ambiental?
- 5- Você sabia que as Ilhas da Paraíso e a Crôa do Goré são áreas de preservação permanente protegidas por lei?

**APÊNDICE F - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA A CAPITANIA  
DOS PORTOS DE SERGIPE**

- 1) Existe algum projeto ou norma que regulamente o trânsito do transporte náutico no rio Santa Maria (afluente da BH Vaza-Barris)?
  
- 2) Que procedimento deve ser tomado junto à Marinha quando se tratar de algum evento de recreação/esportivo no espaço do Rio Santa Maria, mais especificamente nas imediações da Crôa do Goré, Orla Pôr do Sol e Ilha do Paraíso (praia do Viral)?
  
- 3) Que tipo de orientação a Marinha fornece aos usuários do transporte náutico nas áreas supracitadas?
  
- 4) Qual a periodicidade da fiscalização naquela região?
  
- 5) Existe algum tipo de punição ou multa para as atividades impactantes do meio ambiente feitas pelos usuários de transporte náutico?
  
- 6) Que tipo de infrações são observadas com mais frequência nessas áreas de estudo?
  
- 7) Existe algum projeto de balizamento que delimite a área dos banhistas e dos manobristas de jetsky (ou lancha)?
  
- 8) Existe alguma parceria da Marinha com o Pelotão Ambiental para salvaguardar a qualidade ambiental daquela região?